



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**EVASÃO NOS CURSOS SUPERIORES DA REGIÃO NORTE
E ESTUDO COMPARATIVO PARA AVALIAÇÃO DAS IFES
TOCANTINENSES**

LUCIANO CORREIA FRANCO

**Palmas - TO
2016**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**

LUCIANO CORREIA FRANCO

Evasão nos Cursos Superiores da Região Norte e Estudo Comparativo para Avaliação das IFES Tocantinenses.

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. David Nadler Prata

**Palmas - TO
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F825e Franco, Luciano Correia.

Evasão nos cursos superiores da região norte e estudo comparativo para avaliação das IFES tocaninenses. / Luciano Correia Franco. – Palmas, TO, 2016.

138 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2016.

Orientador: David Nadler Prata

1. Evasão. 2. Educação Superior. 3. Avaliação políticas públicas. 4. Estudo comparativo. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUCIANO CORREIA FRANCO

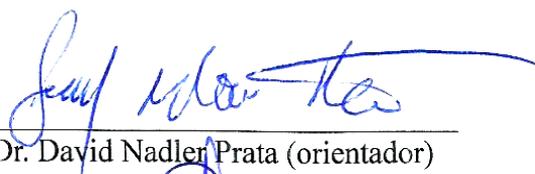
**EVASÃO NOS CURSOS SUPERIORES DA REGIÃO NORTE E ESTUDO
COMPARATIVO PARA AVALIAÇÃO DAS IFES TOCANTINENSES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Gestão de Políticas Públicas
da Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.

Orientador(a): Prof. Dr. David Nadler Prata.

Aprovada em 02/05/16.

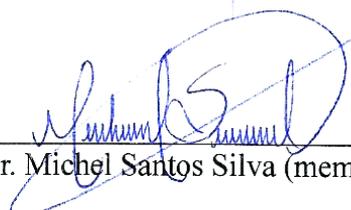
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. David Nadler Prata (orientador)



Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (membro interno)



Prof. Dr. Michel Santos Silva (membro externo)

Para as minhas meninas,

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família.

Os meus avós, que mesmo aos noventa, mantêm a dignidade e independência de sempre, exemplos da minha conduta.

Aos meus pais, o apoio e incentivo incondicionais às minhas decisões, sejam quais forem.

Às minhas “meninas”, minha esposa e filhas, serem meu céu e meu chão, motivação e inspiração para o meu trabalho.

Aos meus irmãos, a amizade e reconhecimento.

Agradeço os meus amigos, em especial meus colegas do IFTO e do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, companheiros solidários dos enfrentamentos, dia e noite.

Agradeço ao meu orientador, prof. David Nadler, a simpatia, simplicidade e objetividade nas orientações.

Muito Obrigado!

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

(Cora Coralina)

RESUMO

Nas últimas décadas a educação sofreu grandes transformações no Brasil. Na educação superior, a expansão das instituições de ensino, públicas e privadas, e o crescente aumento do número de vagas, são decorrentes de programas educacionais implantados pelas políticas públicas da educação superior, de abrangência nacional. Essa nova realidade, caracterizada pela existência de programas sociais diversos, criou condições para que estudantes até então sem perspectiva de graduação pudessem ter acesso à educação superior. Isso se deve, em grande parte, à necessidade desenvolvimentista do Estado, de formar cidadãos preparados para um cenário mundial de competitividade e internacionalização dos mercados. Entretanto, para que os programas educacionais sejam efetivos, eles também precisam ser avaliados e reformulados, caso necessário. Os indicadores educacionais são de grande utilidade nos processos avaliativos das políticas públicas e são amplamente utilizados com esse propósito no Brasil. Este trabalho apresenta indicadores de evasão da educação superior da Região Norte do Brasil, agrupados por Estado da Federação e categoria administrativa. Esses indicadores foram calculados a partir dos microdados extraídos do Censo da Educação Superior do Inep no período de 2010 a 2014, e utilizados em um estudo comparativo para avaliar o desempenho das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior em funcionamento no Estado do Tocantins. Os resultados apontaram que nos Estados, de uma forma geral, a categoria pública federal apresentou melhor desempenho quanto à evasão que as demais categorias administrativas. Dentre as Instituições Federais, as do Estado do Tocantins apresentaram o quarto melhor índice de evasão. Na comparação entre as categorias administrativas dentro do Estado do Tocantins, as Instituições Federais apresentaram bom desempenho, obtendo o melhor índice médio de evasão anual no período.

Palavras-chave: Evasão escolar; Ensino superior; Políticas públicas.

ABSTRACT

In recent decades, education has been changed mainly in Brazil. In higher education, the expansion of educational institutions, public and private, and the increasing number of vacancies were due to educational programs implemented by public policies of higher education nationwide. This new reality, characterized by the existence of various social programs, created conditions for the students without graduation perspective could have access to higher education. It is because of developmental needs of the Government, towards citizen's formation in front of a global scenario of competitiveness and internationalization of markets. However, for the educational programs being effective, the politics also need to be evaluated and remodeled when necessary. Educational indicators are very useful in the evaluation's processes of public policies and are widely used for this purpose in Brazil. This paper presents evasion indicators of higher education in the North Region of Brazil, among others, grouped by states from Federation, and administrative categories. These indicators were collected from the microdata of Higher Education census, extracted from INEP during 2010 to 2014. It is used to a comparative study in order to evaluate the performance of Higher Education Federal Institutions operating in the State of Tocantins. The results showed that in the states, in general, the federal category presented better indicators on the evasion that the other administrative categories. Among the federal institutions, the State of Tocantins had the fourth best evasion rate. Comparing the administrative categories within the State of Tocantins, the federal institutions performed well, achieving the best average rate of annual evasion in the period.

Keywords: Evasion; Higher education; Public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Microdados do Inep/CES 2010 visualizados no IBM SPSS	58
Figura 02. Janela do Editor de Dados do IBM SPSS	63
Figura 03. Janela do Visualizador de Dados do IBM SPSS	64
Figura 04. Download dos microdados do CES no site do Inep	65
Figura 05. Função “selecionar casos” do SPSS.....	66
Figura 06. Janelas de análise estatística do SPSS	67
Figura 07. Fluxograma do esquema de agrupamento dos dados	68
Gráfico 01. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Acre, 2010 a 2014	70
Gráfico 02. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Acre, 2010 a 2014.....	73
Gráfico 03. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Acre, 2011-2014.....	74
Gráfico 04. Evasão média nas IES do Estado do Acre, 2011-2014	74
Gráfico 05. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Amapá, 2010 a 2014	75
Gráfico 06. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Amapá, 2010 a 2014	77
Gráfico 07. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Amapá, 2011-2014...78	
Gráfico 08. Evasão média nas IES do Estado do Amapá, 2011-2014	78
Gráfico 09. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Amazonas, 2010 a 2014	80
Gráfico 10. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Amazonas, 2010 a 2014	81
Gráfico 11. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Amazonas, 2011-2014	82

Gráfico 12. Evasão média nas IES do Estado do Amazonas, 2011-2014.....	82
Gráfico 13. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Pará, 2010 a 2014	84
Gráfico 14. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Pará, 2010 a 2014.....	85
Gráfico 15. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Pará, 2011-2014.....	86
Gráfico 16. Evasão média nas IES do Estado do Pará, 2011-2014.....	87
Gráfico 17. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa de Rondônia, 2010 a 2014	88
Gráfico 18. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES de Rondônia, 2010 a 2014	90
Gráfico 19. Evolução da evasão anual nas IES do Estado de Rondônia, 2011-2014	91
Gráfico 20. Evasão média nas IES do Estado de Rondônia, 2011-2014	91
Gráfico 21. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa de Roraima, 2010 a 2014.....	92
Gráfico 22. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES de Roraima, 2010 a 2014.....	94
Gráfico 23. Evolução da evasão anual nas IES do Estado de Roraima, 2011-2014.	95
Gráfico 24. Evasão média nas IES do Estado de Roraima, 2011-2014	96
Gráfico 25. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Tocantins, 2010 a 2014.....	97
Gráfico 26. Médias de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Tocantins, 2010 a 2014.....	100
Gráfico 27. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Tocantins, 2011-2014	102
Gráfico 28. Evasão média nas IES do Estado do Tocantins, 2011-2014	102

Gráfico 29. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa na Região Norte (exceto Tocantins), 2010 a 2014	103
Gráfico 30. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES da Região Norte (exceto Tocantins), 2010 a 2014	105
Gráfico 31. Evolução da evasão anual nas IES da Região Norte (exceto Tocantins), 2011-2014	106
Gráfico 32. Evasão média nas IES da Região Norte, 2011-2014.....	106
Gráfico 33. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES públicas federais da Região Norte 2011-2014	108
Gráfico 34. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES públicas federais da Região Norte	108
Gráfico 35. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES públicas estaduais da Região Norte 2011-2014.....	110
Gráfico 36. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES públicas estaduais da Região Norte.....	110
Gráfico 37. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES públicas municipais da Região Norte 2011-2014	111
Gráfico 38. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES privadas com fins lucrativos da Região Norte 2011-2014	112
Gráfico 39. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES privadas com fins lucrativos da Região Norte	113
Gráfico 40. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES privadas sem fins lucrativos da Região Norte 2011-2014	114
Gráfico 41. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES privadas sem fins lucrativos da Região Norte	115
Gráfico 42. Crescimento percentual do número de estudantes matriculados nas IES da Região Norte no período de 2010 a 2014	116
Gráfico 43. Relação percentual entre concluintes e matriculados nas IES dos Estados da Região Norte 2010-2014	117

Gráfico 44. Evasão percentual anual total nos cursos superiores dos Estados da Região Norte 2011-2014	118
Gráfico 45. Evasão percentual média nos cursos superiores dos Estados da Região Norte 2011-2014	119
Gráfico 46. Evasão percentual anual nos cursos das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO) por categoria administrativa e total 2011-2014	120
Gráfico 47. Evasão percentual média (2011-2014) nos cursos das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO), por categoria administrativa e total.....	121
Gráfico 48. Aumento percentual do número de matriculados nos cursos das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO) entre 2010 e 2014, por categoria administrativa e total	122
Gráfico 49. Participação média das IFES na oferta de cursos superiores por Estado, 2010-2014	124
Gráfico 50. Relação percentual entre o total de concluintes e ingressantes nas IFES da Região Norte, 2010 a 2014	125
Gráfico 51. Evasão percentual média nos cursos das IFES da Região Norte 2011-2014	126
Gráfico 52. Participação média percentual no total da oferta de cursos superiores por categoria administrativa no Estado do Tocantins, 2010-2014.....	126
Gráfico 53. Média de estudantes matriculados por ano nas categorias administrativas das IES do Estado do Tocantins, 2010-2014	127
Gráfico 54. Relação percentual entre o total de concluintes e ingressantes nas IES do Estado do Tocantins, 2010 a 2014.....	127
Gráfico 55. Evasão percentual anual e total nas IES do estado do Tocantins por categoria administrativa, 2011 a 2014.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Acre, de 2010 a 2014	70
Tabela 02. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Acre por categoria administrativa, 2010-2014.....	71
Tabela 03. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Acre por categoria administrativa, 2010-2014	72
Tabela 04. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Acre, 2011-2014	73
Tabela 05. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Amapá, de 2010 a 2014	75
Tabela 06. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Amapá por categoria administrativa, 2010-2014....	76
Tabela 07. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Amapá por categoria administrativa, 2010-2014	76
Tabela 08. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Amapá, 2011-2014	77
Tabela 09. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Amazonas, de 2010 a 2014	79
Tabela 10. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Amazonas por categoria administrativa, 2010-2014	80
Tabela 11. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Amazonas por categoria administrativa, 2010-2014	81
Tabela 12. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Amazonas, 2011-2014	82
Tabela 13. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Pará, de 2010 a 2014.....	83

Tabela 14. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Pará por categoria administrativa, 2010-2014	84
Tabela 15. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Pará por categoria administrativa, 2010-2014.....	85
Tabela 16. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Pará, 2011-2014	86
Tabela 17. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado de Rondônia, de 2010 a 2014	87
Tabela 18. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado de Rondônia por categoria administrativa, 2010-2014	89
Tabela 19. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado de Rondônia por categoria administrativa, 2010-2014	89
Tabela 20. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado de Rondônia, 2011-2014	90
Tabela 21. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado de Roraima, de 2010 a 2014	92
Tabela 22. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado de Roraima por categoria administrativa, 2010-2014..	93
Tabela 23. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado de Roraima por categoria administrativa, 2010-2014.....	94
Tabela 24. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado de Roraima, 2011-2014	95
Tabela 25. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Tocantins, de 2010 a 2014.....	97
Tabela 26. Categorias administrativas e quantitativo de cursos ofertados por IES no Estado do Tocantins em 2014.....	98
Tabela 27. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores no Estado do Tocantins por categoria administrativa.....	99
Tabela 28. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Tocantins por categoria administrativa, 2010-2014.....	100

Tabela 29. Evasão anual e média dos cursos superiores no Estado do Tocantins por categoria administrativa	101
Tabela 30. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa na Região Norte (exceto Tocantins), de 2010 a 2014	103
Tabela 31. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores da Região Norte (exceto Tocantins) por categoria administrativa, 2010-2014	104
Tabela 32. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior da Região Norte (exceto Tocantins) por categoria administrativa, 2010-2014	104
Tabela 33. Evasão anual e média dos cursos superiores da Região Norte (exceto Tocantins), 2011-2014	105
Tabela 34. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES públicas federais na Região Norte 2011-2014	107
Tabela 35. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES públicas estaduais na Região Norte 2011-2014.....	109
Tabela 36. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES privadas com fins lucrativos na Região Norte 2011-2014	112
Tabela 37. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES privadas sem fins lucrativos na Região Norte 2011-2014	114
Tabela 38. Evasão anual total e média (2011-2014) nos cursos superiores dos Estados da Região Norte	118
Tabela 39. Evasão percentual anual das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO) por categoria administrativa e total 2011-2014	120
Tabela 40. Participação percentual anual e média das IFES no total de cursos superiores ofertados por Estado da Região Norte, 2010-2014	123

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CBE – Confederação Brasileira de Educação

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CES – Censo da Educação Superior

CEULJI/ULBRA - Centro Universitário Luterano de Ji-paraná

CEULP/ULBRA - Centro Universitário Luterano de Palmas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso

EAFA – Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ETF – Escola Técnica Federal

FACETEN - Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil

FIMCA - Faculdades Integradas Aparício Carvalho

GB – *GigaByte*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM – *International Business Machines*

IDD – Índice de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Educação Superior

IFAC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre

IFAM - Instituto Federal do Amazonas

IFAP - Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

IFES – Instituições Federais de Educação Superior

IFPA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

IFRR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEPDATA – Site de busca às Informações do CES no portal do INEP

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE – Plano Nacional da Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REDE FEDERAL – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SPSS – *Statistical Package for Social Science for Windows*

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

UEAP - Universidade do Estado do Amapá

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFAP - Universidade Federal do Amapá

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia

UNITINS - Universidade do Tocantins

UTFPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1. Justificativas	23
1.2. Objetivos.....	29
1.2.1. Objetivo geral	29
1.2.2. Objetivos específicos	29
1.3. Pressupostos e problemas de pesquisa	29
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	33
2.1. Educação superior e desenvolvimento	33
2.2. Políticas públicas de educação superior no Brasil e no Tocantins	37
3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	45
3.1. Conceitos de avaliação de políticas públicas.....	45
3.2. Indicadores sociais e avaliação de políticas públicas da educação superior.....	49
3.3. Indicadores de evasão e avaliação de programas educacionais	54
3.4. O Inep e o Censo da Educação Superior	56
3.5. Microdados do Censo da Educação Superior.....	57
4. METODOLOGIA.....	60
4.1. Bases Metodológicas.....	60
4.2. Objeto da pesquisa	62
4.3. Instrumentos de pesquisa	62
4.4. Procedimentos para pesquisa	64
4.5. Tratamento dos dados extraídos	67
5. RESULTADOS	69

5.1. Dados do Estado do Acre	69
5.2. Dados do Estado do Amapá	75
5.3. Dados do Estado do Amazonas	79
5.4. Dados do Estado do Pará	83
5.5. Dados do Estado de Rondônia	87
5.6. Dados do Estado de Roraima	92
5.7. Dados do Estado do Tocantins	96
5.8. Dados da Região Norte Excluído o Tocantins	102
6. COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS	107
6.1. Comparativo entre os resultados estaduais por categoria administrativa	107
6.1.1. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Pública Federal	107
6.1.2. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Pública Estadual	109
6.1.3. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Pública Municipal	111
6.1.4. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Privada com Fins Lucrativos	111
6.1.5. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Privada sem Fins Lucrativos	113
6.2. Comparativo entre os resultados estaduais	115
6.2.1. Crescimento do número de estudantes matriculados nos cursos superiores dos Estados da Região Norte	115
6.2.2. Relação entre o número total de estudantes concluintes e ingressantes no período 2010-2014	116
6.2.3. Evasão total nos cursos superiores dos Estados	117
6.3. Comparativo entre os resultados do Tocantins e da Região Norte	119
6.4. Comparativo do desempenho das IFES tocantinenses	122

6.4.1. Comparativo entre as Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte	123
6.4.2. Comparativo entre as categorias administrativas das IES do Estado do Tocantins.....	126
7. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
APÊNDICE A – Mapa da evasão nos cursos superiores da Região Norte 2011 - 2014	139

1. INTRODUÇÃO

Há tempos não se via tanto clamor pela educação. Após os protestos que tomaram o país em 2013 e o fracasso da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2014, realizada aqui no país, parece que os olhares da sociedade se voltaram definitivamente para as mazelas nacionais. Antes da Copa muito já se falava sobre os gastos exorbitantes com estádios de futebol em detrimento à construção de hospitais e escolas, na corrupção decorrente de todo esse investimento e no fato de alguns segmentos sociais não estarem satisfeitos com a realização do evento no país. Porém, após a euforia dos jogos, expressa nitidamente pelas bandeiras e gritos ensandecidos, a desilusão da derrota traz à realidade e as críticas ganham mais força e abrangência, atingindo àqueles que até então estavam, de certa forma, alienados de todo esse processo. Tal facilidade de julgamento se explica no fato de que sempre nos posicionamos ao lado dos “bons” e nunca dos “maus”. E aos maus se atribuem as culpas, pois a eles, única e exclusivamente, pode-se também desejar o pior.

De todos os culpados o mais frequente é a educação, ou melhor dizendo, a ausência dela. Isso parece explicar quase tudo. Se a economia vai mal, se a criminalidade aumenta, se os políticos enganam a população, ou até mesmo se a seleção nacional de futebol fracassa. Esse clamor pela educação, mesmo quando originado nas camadas sociais mais politizadas, na maioria das vezes não se converte em ações efetivas, sobretudo se o objetivo é justamente atingir as camadas inferiores, oferecendo-lhes melhores condições de vida.

Indubitavelmente, a educação é um direito do ser humano. Porém, antes que um indivíduo possa gozar do “privilégio” da instrução, ele precisa ter garantidas suas necessidades mais elementares, como a alimentação, a segurança pessoal e a liberdade. Devem existir condições mínimas para que o indivíduo possa ser instruído, ou então não passará de uma tentativa, sem garantia alguma de se lograr êxito. Em outras palavras, o ser humano precisa ter garantidos direitos fundamentais que, se ordenados por relevância, devem constar primeiro que a educação. Na mesma linha de raciocínio, a educação superior para ser plenamente alcançada necessita de estudantes bem formados no ensino fundamental.

Alguns conceitos que envolvem a educação estão definitivamente consolidados. Sabe-se, por exemplo, que ela forma cidadãos. Que através dela uma nação se integra culturalmente. Ao Estado, ela proporciona o vital e tão perseguido desenvolvimento social e econômico. Mas talvez o conceito mais importante seja que a educação é uma poderosa ferramenta de transformação da realidade, em vários sentidos. Sobre isso se pode discorrer infinitamente, pois enquanto se discorre sobre a educação e suas consequências, a própria realidade se transforma em volta, fazendo necessárias novas considerações.

Cabe ao Estado, através de políticas públicas efetivas, garantir os direitos fundamentais de seus cidadãos, entre eles a educação, e com isso garantir também os benefícios que essa traz para ele próprio. Entretanto, esse ciclo virtuoso encontra barreiras de todo tipo, principalmente aquelas que representam interesses individuais ou de grupos específicos. Cabe à sociedade um papel importante na garantia deste direito fundamental: identificar e combater tais obstáculos, valendo-se das prerrogativas de um Estado Democrático de Direito. No Brasil se observam heterogeneidades históricas quando o assunto são as políticas públicas em educação. Embora a maioria das ações de grande impacto ocorra sob âmbito federal, a educação de uma forma geral é descentralizada e alguns Estados da federação possuem particularidades que refletem grandes diferenças na realidade de cada um.

Considero importante dizer que escolhi como foco do meu trabalho o Estado do Tocantins, por viver aqui e trabalhar como docente de uma Instituição Federal de Ensino, onde percebo dia-a-dia a dificuldade dos estudantes da graduação na execução de tarefas que deveriam ser, para eles, menos árduas e mais proveitosas. Esse fato me impulsiona na direção da investigação da efetividade das Políticas Públicas Federais da Educação Superior, considerando a enorme diferença da realidade social e econômica presente entre os Entes Federativos.

No decorrer das últimas décadas o Brasil passou por transformações econômicas e sociais significativas, que sob vários aspectos mudaram a imagem e o papel do país na Comunidade Internacional. O processo recente de redemocratização, a reforma estatal, as privatizações, o novo modelo econômico, e mais recentemente as importantes mudanças decorrentes das políticas públicas sociais - em especial da educação - fornecem o contexto para pensarmos mais

profundamente a educação como ferramenta de impulsão desenvolvimentista de uma nação.

As transformações ocorridas na educação brasileira nas últimas décadas ainda refletem de várias formas, muitas vezes contraditórias, as divergências políticas e ideológicas de seus idealizadores. O documento maior da educação brasileira, a LDB de 1996, é um exemplo do resultado de incontáveis embates na câmara dos deputados e nas comissões responsáveis pela sua elaboração. Na educação superior, políticas como a expansão das universidades públicas federais, a criação de novas instituições de ensino profissional e superior e o financiamento de instituições privadas através de programas de ação social embalaram num ritmo frenético a criação de novas vagas e o conseqüente aumento do número de graduados no país.

No decorrer de todo esse processo foram criados mecanismos de regulação e de avaliação dessas políticas públicas educacionais. Esses últimos, quase sempre baseados em indicadores provenientes de pesquisas oficiais, como as do IBGE e do Inep, ou de provas específicas, aplicadas diretamente aos estudantes, como o Enade, que confere também o *status* dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses indicadores sociais orientam os gestores públicos na avaliação das Políticas Públicas durante seu “ciclo de vida” e na formulação de novas políticas, constituindo-se como provisão argumentativa e de tomada de decisão. Este trabalho pretende a apresentação de indicadores a partir dos dados do Censo da Educação Superior (CES) do Inep, na intenção de que possam constituir mais um objeto de análise, avaliação e orientação na condução das Políticas Públicas da Educação Superior, especialmente para os gestores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Estado do Tocantins.

1.1. JUSTIFICATIVAS

As recentes políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo Governo Federal na última década vêm promovendo grandes transformações no ensino de nível superior no Brasil. Entretanto, essas mudanças acontecem de forma heterogênea, principalmente se as analisarmos geograficamente, através de

indicadores educacionais representativos dos Municípios, Estados e Regiões. No sentido de dar maior relevância e credibilidade aos resultados deste trabalho escolheu-se trabalhar exclusivamente com dados da Região Norte do Brasil, devido às similaridades históricas e geográficas entre os entes federativos, possibilitando uma comparação das informações do Estado do Tocantins com outras resultantes de cenários educacionais menos discrepantes.

Considera-se importante um breve histórico da Educação Superior no Estado do Tocantins, especificamente de suas Instituições Federais de Ensino, por constituírem parte fundamental do objetivo geral deste trabalho. Instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) iniciou suas atividades com a transferência de cursos de graduação da antiga Universidade do Tocantins - UNITINS, mantida pelo governo do Estado. A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, absorvendo antigas Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Centros de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) e aumentando sua abrangência através do Plano de Expansão da Rede Federal.

A instalação dessas novas unidades educacionais no Estado do Tocantins gerou expectativas e ampliou de fato a oferta de cursos profissionalizantes e superiores na região. Embora o próprio Ministério da Educação possua mecanismos de avaliação dessas políticas públicas, algumas regiões, como o Estado do Tocantins, possuem características muito particulares, algumas históricas, e outras ainda desconhecidas, que devem ser levadas em consideração nas tomadas de decisão dos gestores educacionais locais.

Historicamente as regiões norte e nordeste brasileiras, em especial o Estado do Tocantins, sofrem com a falta de investimentos públicos. A ausência de Políticas Públicas, de uma forma geral, e mais especificamente na educação do Estado do Tocantins, é um fator negativo para o desenvolvimento regional. Segundo Pinho, (2007, p. 56), “Olhar para a história recente do Estado do Tocantins significa perceber seu isolamento inicial em relação à federação e compreender como esse aspecto contribuiu para a quase inexistência de Políticas Públicas na região”. O próprio MEC reconhece, em um importante documento, que a educação superior no Brasil é legada de políticas equivocadas.

O sistema de Educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto

acadêmicos como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. (BRASIL, 2007)

Essa situação geral manteve o Estado do Tocantins em desvantagem frente ao avanço e a modernização das cadeias produtivas. Quanto ao desenvolvimento conseguinte às recentes transformações na educação brasileira, na última década os indicadores sociais de emprego e renda melhoraram bastante. Mais educação diminui a pobreza e aumentam as chances de empregabilidade. Educação de qualidade forma pessoas aptas a ocuparem posições em um mercado de trabalho cada vez mais exigente. (RAMOS, 2011, p.75).

A educação, em especial a Educação superior, tem lugar estratégico nos processos de transformação social, alocada como meio de impulsão tecnológica e como ferramenta de aumento do discernimento e da capacidade crítica da população. No primeiro aspecto, em especial em países como o Brasil, em que a cadeia de inovação passa fortemente pelo setor público de pesquisas e de formação/qualificação de sujeitos para os diversos postos da cadeia produtiva, grande parte da energia capaz de dinamizar pesquisa, desenvolvimento e o universo da produção passa pela arquitetura das instituições acadêmicas; e, por extensão, pelos fundos públicos e projetos orientadores desse investimento como uma política pública estratégica. (MARQUES E CEPÊDA, 2012, p.170).

Apesar dos progressos, a educação superior na região norte do Brasil ainda é visualizada através de indicadores bem piores que os das regiões mais desenvolvidas. Um bom exemplo é que em 2013 a região Norte, na qual o Tocantins está inserido, tinha apenas 11,2% da população entre 18 e 24 anos que frequentavam ou tinham concluído um curso de graduação, enquanto que na região Sudeste, que abriga o Estado de São Paulo, este índice foi de 16,8%. (INEP, 2014).

O motivo de escolher para este trabalho a região norte é justamente poder realizar uma análise comparativa entre entes federativos menos heterogêneos, principalmente no que diz respeito às condições sociais históricas, a geografia e a atenção política dada pelo governo federal. Comparar o Estado do Tocantins com outros mais desenvolvidos, como São Paulo ou o Distrito Federal, me parece insensato e de pouca utilidade, pois nessa comparação reside um abismo conjuntural.

Analisar o impacto local das políticas públicas em educação é fundamental para compreender a dimensão socioeconômica dessa evolução. Reagir proporcionalmente nas tomadas de decisão que visam ajustes e adequações nessas políticas pode impulsionar o processo positivo de transformação social.

No Brasil, os estudos sobre políticas públicas são recentes. Existe atualmente uma grande variedade de abordagens, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam dar significação à diversificação dos processos de formação e gestão das Políticas Públicas. (FARIA, 2003, p.21)

As políticas públicas no Brasil geralmente vêm sendo analisadas (*policy analysis*) levando em consideração o ciclo político (*policy cycle*), dividido consensualmente em fases distintas, de formulação, implementação e controle dos impactos das ações públicas.

Do ponto de vista analítico, uma subdivisão um pouco mais sofisticada parece pertinente. Proponho distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas, 'agenda-setting, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. (FREY, 2000, p.226)

Para os fins desta pesquisa, destaca-se a última fase do ciclo político, a avaliação de políticas e correção das ações (*evaluation*), analisando os programas já implementados e seus impactos efetivos. Investigam-se os *déficits* de impacto e os efeitos colaterais indesejados produzindo subsídios para ações e programas futuros (TREVISAN e BELLEN, 2008, p. 531).

De acordo com Frey (2000, p.229), "a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública".

Nos últimos anos, a avaliação de políticas e programas governamentais vem ganhando grande importância no que concerne ao planejamento e gestão, e também na tomada de decisão sobre as intervenções governamentais. Para Maciel, Muniz e Rodrigues (2010, p.52), as metodologias de avaliação de políticas são "importantes instrumentos para a tomada de decisões em relação à criação, implementação e redirecionamento das ações de governo".

As avaliações posteriores à implementação do programa são chamadas *ex post* ou somativas, e visam trabalhar com impactos e processos, portanto, estuda-se a eficácia e o julgamento do valor geral do programa. A objetividade e a credibilidade dos achados são mais importantes que a aplicabilidade direta dos resultados. (LOBO, 1998; ALA-HARJA e HELGASON, 2000 *apud* TREVISAN e BELLEN, 2008).

No caso da pesquisa aqui proposta os achados seriam indicadores sociais específicos da educação superior, construídos a partir dos dados extraídos do Censo da Educação Superior do Inep. Quanto aos requisitos como objetividade e

credibilidade, avalia-se que o caráter oficial dos dados do Inep é suficiente para garanti-los.

O processo de construção de um indicador social, ou melhor, de um sistema de indicadores sociais, para uso no ciclo de Políticas Públicas inicia-se a partir da explicitação da demanda de interesse programático, tais como a proposição de um programa para ampliação do atendimento à saúde, a redução do déficit habitacional, o aprimoramento do desempenho escolar e a melhoria das condições de vida de uma comunidade. (JANNUZZI, 2005, p.138).

O que se propõe efetivamente é a descoberta de novos indicadores sociais, especificamente da educação superior, e a sua utilização para análise qualitativa através de um estudo comparativo sobre o quantitativo de estudantes ingressantes, concluintes e evadidos nos cursos das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, no período de 2010 a 2014, visando à avaliação das políticas públicas de educação superior nas IFES do Estado do Tocantins.

A ideia central desse estudo baseia-se na comparação do desempenho dos cursos superiores das IFES tocantinenses com os demais cursos da Região Norte, usando para isso os indicadores educacionais, extraídos ou calculados.

A intenção é calcular um índice de evasão mais preciso, a partir das variáveis do Censo da Educação Superior (CES) do Inep. Três variáveis coletadas no CES correspondem respectivamente ao número de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores. Assim pretende-se estabelecer um sistema de indicadores de aproveitamento dos estudantes nos cursos superiores baseado apenas nessas três variáveis.

Além do mais, as variáveis do CES podem ser agrupadas por instituição de ensino, categoria administrativa e região geográfica, o que permite, por exemplo, a comparação dos índices dos setores público e privado, ou entre os Estados.

De fato, pretende-se, além da apresentação destes indicadores, a sua comparação entre os Estados da Federação e as categorias administrativas, com foco nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) do Tocantins. Isso pode permitir o posicionamento dessas IFES em uma escala de aproveitamento e comparar seu desempenho com as demais instituições, do Tocantins e da Região Norte.

O CES permite agrupar os dados dos cursos em cinco categorias administrativas distintas de IES: pública federal, pública estadual e pública municipal, além das privadas com e sem fins lucrativos. A comparação entre público

e privado é importante no sentido de fornecer argumentos para a formulação de políticas públicas educacionais. Alguns segmentos políticos e sociais, em especial os de linha neoliberal e/ou gerencialista, defendem um maior investimento no setor privado, enquanto alguns movimentos sociais de centro-esquerda, por exemplo, defendem ferozmente as escolas públicas e gratuitas.

Evidentemente, existe a possibilidade de a pesquisa apresentar resultados desfavoráveis à defesa de uma ou outra categoria administrativa, mas é exatamente para isso que existe a ciência, para desmitificar e transformar pressupostos em resultados factíveis. O importante é descobrir informações que produzam argumentos válidos para criticar as ações dos gestores no que diz respeito à educação superior.

Acredita-se que a necessidade de avaliar as Instituições Federais de Educação Superior no Tocantins, tendo como foco o aproveitamento dos estudantes, surge do fato de parecer não existir estudo semelhante, que compare em uma escala macroscópica o desempenho dessas instituições a outras de mesmo segmento educacional no Estado e na Região Norte do Brasil.

Este trabalho deve apresentar dados quantitativos como parâmetro para uma análise qualitativa e permitir confrontar informações das IFES tocantinenses com os indicadores de outras Instituições de Ensino Superior. Indicadores que representam a realidade regional de IES públicas e privadas, dentre elas as melhores e piores da Região Norte em desempenho.

É importante observar que nas investigações preliminares, documentais e bibliográficas, não foram encontradas muitas pesquisas similares a esta. Imagina-se que tratar os dados do CES com esta abrangência geográfica e agrupamento dos dados com foco na análise pontual dentro das IFES tocantinenses seja algo novo e pelo menos, de razoável utilidade.

Deve-se esclarecer, no entanto, que esta não se trata de uma pesquisa sobre evasão escolar, embora sejam esses dados a constituir a informação mais importante a se apresentar. Não se intenciona discutir aqui os fatores que motivam os estudantes ou os levam a abandonar os cursos, muito menos discorrer sobre as bases epistemológicas da educação.

A intenção é que as informações aqui apresentadas possam ser utilizadas nas IFES tocantinenses, para a avaliação dos programas educacionais implantados

a partir das políticas públicas federais, e conseqüentes tomadas de decisão. Esse é o foco desta pesquisa: os indicadores e a avaliação dos programas educacionais.

Por definição os índices de evasão são medidas de ineficiência, pois representam a perda de aproveitamento dos estudantes nos cursos, pela ausência destes. Significa a parcela de alunos que deixam de se matricular nos cursos, após os terem iniciado.

A evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. (FILHO *et al*, 2007, p. 642).

Bons indicadores de evasão são mínimos e nesse caso podem significar um bom retorno ou aproveitamento do investimento dos recursos públicos. Já no setor privado, corresponderia ao aumento de receitas, pois seguindo uma visão gerencialista, o lucro das IES pode depender diretamente da redução dos custos de ocupação de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Para a sociedade, a necessidade de redução dos índices de evasão escolar é evidente. Tanto pelo já citado retorno dos investimentos públicos, quanto pela pressão desenvolvimentista internacional, que impõe às nações a construção de altos índices de profissionalização e competitividade.

Pode-se questionar o que mais um conjunto de indicadores sociais poderia trazer de útil ou de novo para a avaliação de uma política pública educacional. Na verdade não se trata de avaliar as políticas públicas federais de educação superior como um todo, afinal existem vários mecanismos mais abrangentes e também dispositivos institucionais para isso. A proposta é analisar o desempenho das IFES tocaninenses a partir das informações obtidas dos dados extraídos do CES. Dados que também poderão ser utilizados como insumos para avaliação das demais IES da Região Norte do Brasil e, evidentemente, das políticas públicas as quais estão submetidas.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Geral

Apresentar informações sobre evasão nas Instituições de Ensino Superior da Região Norte e um estudo comparativo para a avaliação do desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Tocantins.

1.2.2. Específicos

- Analisar as Políticas Públicas Federais de Educação Superior no Brasil e no Tocantins, relacionando os indicadores educacionais à avaliação dos programas educacionais;
- Extrair informações dos microdados do Censo da Educação Superior – Inep;
- Calcular os indicadores de evasão anual e média do período 2011 - 2014, com base na quantidade de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores e agrupar por Unidade da Federação e categoria administrativa;
- Comparar os resultados do Estado do Tocantins com os resultados dos demais Estados da Região Norte, com foco na avaliação do desempenho das IFES tocaninenses.

1.3. PRESSUPOSTOS E PROBLEMAS DE PESQUISA

As principais questões motivadoras dessa pesquisa partem do pressuposto de que o seu principal produto pode ser uma informação relativamente nova e bastante útil na avaliação dos programas educacionais. Não os dados propriamente ditos, mas o que se pode inferir sobre eles. Essa informação pode ser útil no sentido de esclarecer e orientar os gestores educacionais nas tomadas de decisão.

Basicamente existem três questões as quais se busca responder. Qual é o quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes, concluintes e evadidos, entre 2010 e 2014, nos cursos superiores das IES dos Estados da Região Norte? Que

partes desse quantitativo correspondem a cada categoria administrativa? Como esses indicadores podem ser utilizados para avaliar o desempenho das IFES no Tocantins? Para tentar responder esses questionamentos propõe-se agrupar os dados, extraídos e calculados, por unidade federativa e esfera administrativa.

Em buscas preliminares, não foram encontradas referências aos indicadores de aproveitamento nos cursos superiores apresentados e analisados da forma aqui proposta. Portanto presume-se que, ou não existe pesquisa igual ou ela é pouco conhecida. De qualquer forma, e em função da existência das hipóteses acima, seria então interessante prosseguir com o projeto.

No entanto existem algumas questões a se discutir. Essas questões dizem respeito à importância do resultado dessa pesquisa (relevância social) e à sua credibilidade (validade e confiabilidade).

Inicialmente pode parecer ingênuo apresentar informações a partir de dados públicos, como os do Censo da Educação Superior do Inep, afinal em tese todos podem ter acesso a essas informações. Os bancos de microdados do CES estão disponíveis para *download* no *site* do Inep, e não é necessário nenhum cadastro ou identificação especial para baixá-los. Sendo assim, qual a necessidade de se apresentar esses mesmos dados em uma pesquisa?

A resposta é simples. Os microdados do Censo da Educação Superior são constituídos de milhões de entradas (linhas) e colunas (variáveis). São dados que “escondem” informações importantes, mas que apenas olhando para os números não podem ser visualizadas. É necessário extrair os dados e “construir” as informações, algumas vezes valendo-se dos cálculos, outras por simples inferência.

As informações precisam ser “filtradas” de alguma maneira, e o Inep disponibiliza uma ferramenta chamada InepData, no próprio *site* da instituição, para esse fim. Nela podem-se escolher algumas variáveis de filtro, mas com várias restrições, como por exemplo, opções de agrupamento limitadas. Por isso optou-se por outra ferramenta de extração dos dados, o programa estatístico IBM SPSS.

Cabe ao pesquisador social, quando necessário, buscar informações mais aprofundadas ao trabalhar os dados de várias maneiras, como por exemplo, utilizando ferramentas estatísticas. A impossibilidade de selecionar algumas variáveis no InepData também pode limitar uma pesquisa, caso essas sejam informações relevantes.

Sintetizando, embora a informação exista, ela não é visível, não é conhecida. E a importância de tal informação é difícil de ser estimada, pois só é possível fazer uma avaliação após conhecer a informação e se fazer uso dela. Em outras palavras - e para ser mais claro - o que existem de fato são apenas os dados, as informações precisam ser reveladas e utilizadas.

Se as informações reveladas a partir dos dados extraídos e analisados nesse trabalho atingirem o objetivo de serem úteis na avaliação das políticas públicas da educação superior, agora ou no futuro, isso determinará seu grau de relevância social.

A relevância social da temática é uma propriedade importante de um indicador social, justifica sua produção e legitima seu emprego nos processos que envolvem as Políticas Públicas. “Ela é determinada historicamente e resulta da agenda de discussão política e social de cada sociedade ao longo de sua trajetória.” (JANNUZZI, 2012, p.33).

Os indicadores sociais, de uma forma geral, são utilizados para o monitoramento da realidade social e também na discussão permanente sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Aqui a proposta é de apresentar indicadores sociais educacionais que sejam fiéis à realidade dos estudantes e das IES brasileiras, em especial do Estado do Tocantins, no que diz respeito ao aproveitamento das vagas oferecidas por essas instituições.

Esses indicadores pretendem mostrar, após uma análise comparativa com foco nas IFES do Estado do Tocantins, informações úteis no processo de avaliação e reformulação das ações dos gestores locais. Para essa finalidade as informações precisam ser confiáveis, ou seja, para que a pesquisa tenha efeito é preciso conferir-lhe credibilidade, na forma de validade de *constructo* e confiabilidade.

A validade de um indicador corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a “substituir” ou a “operacionalizar”. (JANNUZZI, 2012, p.33).

A construção da validade dos indicadores educacionais partirá do conceito de aproximação da realidade, a “proximidade” entre indicador e indicando, que ainda segundo Jannuzzi (2012, p.34) é propriedade fundamental para justificar o uso de uma medida quantitativa qualquer como um indicador social.

As variáveis do Censo da Educação Superior escolhidas para essa pesquisa carregam a responsabilidade dessa aproximação, pois correspondem ao número de

estudantes matriculados, ingressantes e concluintes dos cursos superiores no Brasil, informados pelas próprias IES através do sistema do Inep.

Entretanto a total validade dos índices de evasão, que visa expressar a parcela de estudantes que não consegue continuar a graduação em determinado período, ainda depende do aprofundamento da questão metodológica, o que será discutido no momento adequado.

A confiabilidade de um indicador é uma característica relacionada à qualidade da coleta dos dados que o originam. Conferi-la ao indicador significa garantir que o processo de levantamento dos dados foi realizado da melhor forma possível, embora isso seja uma tarefa complexa.

As agências e instituições públicas, como o Inep, realizam uma extração padronizada e contam com apoio técnico especializado, seguindo um protocolo previamente estabelecido. Entretanto, de um modo geral, “ainda há muito por fazer em termos de melhoria da confiabilidade dos indicadores provenientes dos registros administrativos de órgãos públicos.” (JANNUZZI, 2012, p.34).

É muito importante que os indicadores extraídos representem satisfatoriamente a realidade empírica em análise, pois a intenção é aprofundar o diagnóstico da realidade dos cursos superiores brasileiros, e conseqüentemente das IES submetidas às políticas públicas federais de educação superior. O apoio às tomadas de decisão e o conseqüente aprimoramento técnico das ações dos gestores educacionais dessas IES depende da confiança nesses dados, por isso também se busca uma forma de apresentação sistematizada e mais transparente das informações.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Hoje os brasileiros vivem uma época de relativo conforto no que diz respeito ao acesso à educação. As últimas décadas foram importantes para a educação no Brasil, em especial o ensino de nível superior. Como é dito popularmente, “os números não mentem”, espera-se que muito menos os indicadores oficiais.

Segundo o próprio Ministério da Educação, através do Inep (2013), nos últimos 10 anos a taxa média de crescimento anual de ingressantes na Educação superior foi de 5,0% na rede pública e 6,0% na rede privada e somente no período 2011-2013, o número de ingressantes cresceu 16,8% nos cursos de graduação, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada. Esses indicadores refletem uma realidade também constatada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). As pesquisas apontaram que o percentual de pessoas frequentando a educação superior em 2002 era de 16,6% e em 2012 atingiu 28,7% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos. (BRASIL, 2015).

No Brasil o aumento significativo na oferta de graduação resulta das recentes políticas públicas federais para a educação. Esse capítulo apresenta os principais eventos ocorridos nos processos de reforma e expansão da Educação Superior no Brasil dos últimos anos e analisa a importância e o impacto dessas mudanças na sociedade, de uma forma geral, com base no referencial teórico, a fim de contextualizar e também justificar essa pesquisa.

2.1. EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO

As ações reformadoras da educação superior se contextualizam num cenário onde a educação ocupou definitivamente um lugar de destaque na corrida pelo desenvolvimento social e econômico. Parece existir hoje o consenso de que o desenvolvimento de uma nação pressupõe investimentos na formação de seus cidadãos. Um país sem efetivos investimentos em educação não pode e não poderá jamais esperar de sua população a autossuficiência ou a produtividade, nos moldes capitalistas, se não garantir o mínimo de instrução, empregabilidade e renda.

O mínimo torna-se insuficiente considerando-se a competitividade interna e externa (dentro e fora do país). Internamente o trabalhador disputa seu próprio meio de sobrevivência com outros trabalhadores, e precisa se afirmar diariamente em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. No mercado externo, entram em cena as nações e corporações competitivas, sujeitas às consequências do recente processo de liberalização econômica, ora chamado globalização, que as tornou de muitas formas dependentes da informação instantânea e da mão-de-obra qualificada.

Retomando o modelo anterior de valorizar a função e a ação do Estado, este passa a responder às demandas de repartição da riqueza social, com peso equilibrado para a melhoria do conjunto das atividades econômicas e sociais, atribuindo lugar de destaque para o papel transformador da educação (especialmente de nível superior) na tarefa do desenvolvimento. (MARQUES E CÊPEDA, 2012, p. 164).

O Brasil está entre as maiores economias do mundo, mas ainda assim, existe um alto índice de desigualdade social separando os poucos ricos, donos da maioria da riqueza, dos muito pobres, maioria da população. Dentre os vários indicadores que permitem mensurar o nível de desenvolvimento de uma nação, certamente o fraco desempenho da educação brasileira é o que mais contribui para que a distância entre ricos e pobres não diminua.

A educação é uma importante ferramenta para a modificação desse cenário negativo, ela é a base de sustentação e desenvolvimento de uma nação. A Educação superior “tem lugar estratégico nos processos de transformação social, alocada como meio de impulsão tecnológica e como ferramenta de aumento do discernimento e da capacidade crítica da população.” (MARQUES E CÊPEDA, 2012, p. 170).

Um país pequeno, o relevo acidentado, recursos naturais escassos, entre outras características desfavoráveis, podem comprometer o desenvolvimento de uma nação. No entanto, alguns países, apesar de apresentarem essas características, conseguiram atingir um alto patamar de desenvolvimento, dentre outros fatores, graças a investimentos duradouros e bem aplicados na área da Educação. É o caso de países como Japão e Coréia do Sul que, priorizando a área do conhecimento, promoveram o desenvolvimento de áreas afins, principalmente a produção científica e tecnológica.

Criticando a inépcia dos países em desenvolvimento, Veiga (2010, p. 23) diz que “o principal vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria

dos países “em desenvolvimento” atende pelo nome de miséria científico-tecnológica.” Destaca também que a demanda por produtos e serviços de alta tecnologia cresce numa proporção cinco vezes maior do que a de matérias-primas, evidenciando que o conhecimento científico-tecnológico agrega valor a produtos e serviços. (VEIGA, 2010).

Dentro do recente contexto histórico de reformas democráticas e neoliberais, a educação no Brasil passou por diversas mudanças. Os debates e discussões em diversas esferas políticas, acadêmicas e sociais resultaram em políticas públicas educacionais voltadas para o atendimento de uma grande e reprimida demanda por capacitação.

Por exigência do mercado e da busca frenética pela retomada do desenvolvimento econômico, a educação superior ganhou caráter de urgência, e embora muitas vezes desconsiderado o histórico de formação dos estudantes, estes foram “catapultados” às vagas da educação superior. Políticas públicas diversas trataram de jogar na estratosfera os indicadores educacionais, através de programas como o REUNI (expansão das universidades públicas), a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - como parte da expansão do ensino profissional e tecnológico - e os cursos à distância, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), entre outros.

Existem várias ações decorrentes de políticas públicas que tem como objetivo mudar a realidade da educação no Brasil, dentre elas está a expansão da educação superior. Um estudo do Ministério da Educação (MEC) denominado Análise sobre a Expansão das Universidades Federais no período de 2003 a 2012, concluiu:

A comissão, após o diagnóstico realizado sobre a expansão das universidades federais (em especial a implantação do Reuni) e considerando, sobretudo, a opinião de reitores e de estudantes, expressa neste relatório, conclui que a expansão das universidades federais, ocorrida nos últimos 10 anos, foi, sem dúvida alguma, uma das mais importantes Políticas Públicas do governo federal para o país. (BRASIL, 2012, p. 38).

Um dos indicadores comumente utilizados para estimar o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos anos 80.

O IDH aglutina indicadores que representam três dimensões básicas para o Desenvolvimento Humano, segundo o próprio PNUD. O Produto Interno Bruto *per*

capita (ajustado segundo uma técnica específica), a expectativa de vida (como medida síntese das condições de saúde) e um indicador composto de nível educacional (taxa de alfabetização de adultos e de escolarização) (JANNUZZI, 2012, p. 133).

Assim como no IDH, os indicadores educacionais figuram em diversos contextos como sinalizadores de desenvolvimento, e são reconhecidamente mais expressivos quanto mais uma sociedade é desenvolvida social e economicamente.

Além do mais, os indicadores sociais, entre eles os da educação, são insumos básicos e indispensáveis no processo de formulação e implementação das políticas públicas, pois cada aspecto destas deve ser avaliado através de indicadores adequados.

Para Jannuzzi (2012, p.22), “o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.”

Vários estudos mostram a relação entre educação e desigualdade social e também como o investimento em capital humano é mola propulsora do desenvolvimento socioeconômico.

Essa desigualdade é em grande parte resultado da péssima distribuição educacional existente, tanto em termos pessoais como entre grupos de indivíduos com características similares. Há uma grande concentração de pessoas com pouca qualificação entre os negros ou mulatos, morando em áreas não metropolitanas da região nordeste e trabalhando na agricultura. (MENEZES-FILHO, 2001, p.02).

É preciso diminuir as diferenças educacionais existentes entre indivíduos, grupos e regiões e para isso é necessário conhecer a realidade local e os impactos das políticas públicas educacionais. Ao discorrer sobre o alto grau de desenvolvimento de alguns países, Abramovay (2001, p.02) faz uma interessante citação sobre as “causas” do crescimento econômico:

O que explica o crescimento econômico sustentado destas nações não é sua capacidade inovadora, a democratização do ensino e a valorização do conhecimento: “inovação, economias de escala, Educação, acumulação de capital, etc. não são causas do crescimento: eles são o crescimento” (NORTH E THOMAS, 1973 *apud* ABRAMOVAY, 2001).

Voltando aos objetivos desse trabalho, faz-se necessário, portanto, conhecer a realidade atual da educação superior no Brasil, para avaliar, corrigir e também propor novas ações para as políticas públicas na área. Hoje existem muitos dados sobre os programas educacionais brasileiros, mas são dados que, por si só, não trazem muita informação, é preciso filtrá-los e proceder a uma análise qualitativa dos

números, na intenção de revelar fatores implícitos e relevantes. Como exemplo, pode-se supor que tais revelações possam ajudar a determinar o grau de impacto dos programas educacionais no desenvolvimento regional.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NO TOCANTINS

No Brasil, as políticas públicas de maior impacto na educação superior partem, indistintamente, do Poder Público Federal. Elas foram elaboradas nas últimas décadas por comissões de evidente contorno político e submetidas à aprovação do legislativo sob condições heterogêneas.

Por isso, trazem em sua implementação algumas características difusas, reflexo dos embates políticos as quais invariavelmente foram submetidas. Não que isso seja propriamente negativo. Ao contrário, essas divergências podem ser interpretadas como uma evolução consequente do processo de redemocratização do país, que permitiu que alguns segmentos da sociedade pudessem participar mais ativamente - mesmo que na maioria dos casos indiretamente – no processo de formulação das políticas públicas nacionais.

Durante seu processo de elaboração e implantação e, principalmente em seus resultados, as políticas públicas representam formas de exercício do poder político, e envolvem a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão e a repartição de custos e benefícios sociais. (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Entretanto, os atores desses processos de âmbito nacional nem sempre conseguem imprimir nas leis e regulamentos as particularidades regionais. E assim, a maioria dos documentos não consegue atender as necessidades específicas de uma região. É claro que para isso existem outros mecanismos, inclusive os previstos em leis federais, mas para que eles surtam efeito e sejam devidamente formulados é necessário conhecer as diferentes realidades regionais e confrontá-las. Isso já foi defendido aqui e será discutido adiante, de uma forma mais ilustrativa.

É conveniente revisar alguns conceitos na tentativa de direcionar o posicionamento ideológico aqui defendido. Inicia-se com a definição de políticas

públicas, na tentativa de se fazer entender o grau de abrangência e efetividade que ela pode ter.

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Outra definição interessante para as políticas públicas é oriunda de uma vertente que defende que elas devem ser formuladas e postas em prática sempre que existe um “risco social”, ou seja, sempre a atender uma demanda real da sociedade. Para Heidemann (2014, p. 33) “toda ação de mudança praticada na sociedade por força de lei ou por regulação pública é política pública, independentemente de serem públicos ou privados seus agentes implementadores”.

Para promover o desenvolvimento as políticas públicas devem resultar de demandas que realmente são interesse da sociedade impactada pelas ações. É importante destacar esse aspecto visto que é comum que se implementem políticas que atendem a interesses particulares em detrimento da coletividade.

Ainda que frequentemente afirmemos que a política pública reflete as demandas “do povo”, esta afirmação talvez expresse mais o mito do que a realidade da democracia de um país. A teoria elitista sugere que “o povo” é apático e mal informado quanto às políticas públicas e que a elite molda, na verdade, a opinião das massas sobre as questões políticas mais do que as massas formam a opinião da elite. Assim, as políticas públicas, na realidade traduzem as preferências das elites. [...] As políticas fluem “de cima para baixo”, das elites para as massas; não se originam nas demandas da massa. (DYE, 2014, p. 119).

Esses conceitos dão o significado que se pretende para discorrer sobre as políticas públicas da educação superior. Elas são princípios norteadores que orientam através de diretrizes e normas documentais as ações do poder público.

Porém percebe-se, de uma forma às vezes bastante sutil, que algumas leis e regulamentos foram formulados para atender demandas dos políticos e não as da sociedade. Um exemplo conhecido é a criação de novas unidades de Instituições Federais de Educação superior em cidades do interior antes da conclusão estrutural de outras já iniciadas. Nesse caso as críticas recaem sobre a necessidade do político de inaugurar obras e garantir sua popularidade, priorizando a quantidade em

detrimento a qualidade. É óbvio que tal conduta fere os princípios da boa administração dos recursos públicos.

Importante é notar que também as políticas públicas educacionais estão sujeitas às opções e orientações dos que ocupam cargos, sejam gestores, executivos, legisladores ou magistrados. E isso ocorre de forma regionalizada, ou seja, cada Estado da Federação é responsável, de uma forma ou de outra, seja no público ou privado, a gerir sua própria estrutura educacional. Isso ocorre devido ao caráter descentralizado de execução das Políticas Públicas Federais da Educação.

A partir dos anos 90, a crise do Estado no Brasil desencadeou uma busca por soluções que levassem à retomada do desenvolvimento. Muito se discutiu sobre a intervenção do Estado no processo produtivo e iniciou-se então a adoção de uma política de caráter neoliberal. O discurso que dizia ser o setor público estatal ineficiente e corrupto ganhou força, dando lugar a ações de caráter descentralizador e privatizante.

As profundas reformas políticas ocorridas no Brasil nos anos 80 e 90 conduziram à redemocratização do Estado e a descentralização da educação. Durante esse período existiu uma tendência, orientada por determinações internacionais, de que o Estado deveria conduzir suas políticas educacionais com base nos processos de globalização, de reestruturação produtiva e seguindo o ideário neoliberal.

No conjunto de determinações internacionais que recaem sobre as reformas do ensino ao longo dos anos de 90, há de se observar, igualmente, a importância que assumem as recomendações advindas de diversos fóruns mundiais e regionais. (SOUZA e FARIA, 2004, p. 927).

Segundo Pinho (2007, p. 29), “a reforma do Estado atribuiu à sociedade brasileira competência para assumir a responsabilidade pelos problemas sociais.” Uma vez que no modelo de administração proposto o Estado deixava de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social e assumia um papel de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Embora tenha prevalecido, esse modelo sofreu duras críticas. Para Chauí (*apud* Pinho, 2007, p.30), a proposta desconsiderou os moldes sobre os quais se acha estruturada a sociedade brasileira, em que ainda não se concretizou sequer o mínimo dos pressupostos liberais, marcadamente os direitos de cidadania (direitos humanos: à vida, à saúde, à educação, à moradia e direitos civis: liberdade, igualdade jurídica, justiça).

Os conflitos e interesses expressos pela reforma do Estado foram polarizados nas discussões sobre a reforma educacional brasileira. Duas propostas surgiram, uma que considerava a participação da sociedade civil nos mecanismos de funcionamento da educação, onde antes prevalecia apenas o interesse político, e outra que entendia que os organismos internacionais deveriam intervir no papel que a educação vinha cumprindo nos países em desenvolvimento. (PINHO, 2007, p.31).

Influenciado pela internacionalização e acompanhando uma forte corrente latino-americana, provocada pelo fim de regimes ditatoriais ou totalitaristas em vários países, o principal resultado dessa reforma política para a educação brasileira foi a aprovação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996a).

Esse instrumento legal fundamentado em um modelo de educação descentralizada representa, com ressalvas é claro, um importante avanço na educação brasileira, pois cria mecanismos para a educação dentro de um modelo de desenvolvimento social e econômico.

Durante a V Conferência Brasileira de Educação (CBE) realizada em Brasília de 2 a 5 de agosto de 1988, as discussões resultam em propostas para uma nova LDB. O documento final “Declaração de Brasília” assinala que a nova LDB deve ter como eixo a universalização do ensino fundamental e a organização de um Sistema Nacional de Educação. E conclama todos os educadores e educandos a se unirem na luta pela defesa de tais princípios e diretrizes indispensáveis para a construção de uma educação brasileira democrática. (OLIVEIRA, 1997, p. 817).

... “Declaração de Brasília”. O documento apresentava as considerações dos participantes da conferência, que julgavam indispensáveis para o pleno desenvolvimento da nação:

- formar cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades perante o Estado e os diferentes organismos da sociedade civil;
- permitir que cada qual pudesse alcançar a posição de governante ou controlador dos dirigentes nas distintas instâncias de gestão democrática; e
- fortalecer a unidade nacional e a solidariedade internacional e promover um processo de integração das artes, da cultura, da ciência e da tecnologia. (PINHO, 2007, p.32).

Outro documento importante que orientou a elaboração da LDB foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, assinada pelo Brasil e outros países e organismos internacionais durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. O documento retoma compromissos firmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. (ONU, 1948).

O encontro de Jomtiem definiu objetivos e compromissos, sendo o objetivo primordial a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Entre os compromissos, constavam as seguintes propostas: universalizar o acesso à educação, promover a equidade, concentrar a atenção na aprendizagem, ampliar os meios e o raio de ação da educação básica, propiciar um ambiente adequado à aprendizagem, fortalecer alianças e elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos. (PINHO, 2007, p.35).

Entretanto, o principal instrumento regulador da educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reflete o resultado do conflito de interesses sociais e econômicos sobre a legislação brasileira. Sobre a elaboração da LDB, observa-se que o texto aprovado restringiu de certa forma os direitos consagrados na promulgação da Constituição Federal de 1988, e reformulou as responsabilidades e atribuições do Estado, do mercado e da sociedade na educação, em função da alteração da correlação de forças ocorridas na sociedade durante o período de oito anos decorrido entre a promulgação da Constituição e a LDB. (KRAWCZYK, 2005, p.808).

Impulsionadas pela nova lei, e apesar da continuidade dos conflitos, surgiram novas orientações para a educação superior brasileira. No setor privado, a ampliação da educação superior, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, se deu pela flexibilização normativa para a abertura de novos cursos e IES.

Já no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a expansão do ensino superior no setor privado foi decorrente de uma política social: o Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferecia bolsas de estudo integrais ou parciais em troca de isenções fiscais às instituições privadas com ou sem fins lucrativos. (BARREIRO; ROTHEN, 2014, p.63).

Embora no período imediatamente posterior à promulgação da LDB não tenha acontecido uma grande movimentação, nos anos a seguir, principalmente no período do governo Lula, dois programas relacionados à expansão da Educação superior, que faziam parte do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007, ganharam força e destaque: a expansão das Universidades Federais, através do programa REUNI, e a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e tinha como um dos objetivos dotar as universidades federais das

condições necessárias para ampliação do acesso e permanência dos estudantes na Educação superior.

Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (BRASIL, 2007, p. 04).

O REUNI veio tentar colocar em prática algumas recomendações técnicas já previstas em acordos internacionais e também na LDB, como a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e o estabelecimento de uma relação de dezoito alunos por professor.

Propunha também um melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do qualificado contingente de recursos humanos, além de garantir a qualidade da graduação da Educação Pública.

Os desafios do novo século exigem uma urgente, profunda e ampla reestruturação da educação superior que signifique, no contexto democrático atual, um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade, visando a elevação dos níveis de acesso e permanência, e do padrão de qualidade. O país encontra-se em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais. (BRASIL, 2007, p. 09).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas antigas Escolas Técnicas Federais e Centros de Educação Profissional e Tecnológica.

Hoje a rede é constituída das seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II. Esse último Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012. (BRASIL, 2008).

De acordo com a Lei 11.892, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deve destinar 20% de suas vagas a cursos superiores de Licenciatura, porém os Institutos Federais podem oferecer também cursos de

Bacharelado e Tecnológico de Nível Superior. O que contribuiu significativamente para o aumento do número de vagas.

O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), acaba de criar um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 314 campi espalhados por todo o país, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (...), licenciaturas (...) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica. (PACHECO, 2010, p.13).

A implantação desses dois programas alavancou o crescimento do número de vagas nos cursos superiores, o que já vinha acontecendo há alguns anos devido à criação de novas universidades, a partir da Medida Provisória nº 661 de 1994 que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE). Além do mais, o processo de interiorização das instituições teve um papel importante na diminuição das diferenças regionais, como foi reconhecido em um importante documento oficial, o Balanço Social MEC SESu 2003-2014.

O desenvolvimento de uma região está diretamente ligado aos investimentos locais. O incentivo à educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local, resultando no desenvolvimento por conta do aumento da demanda de docentes, técnicos e discentes no local. (BRASIL, 2014, p. 20).

O Estado do Tocantins foi o último a compor a República Federativa do Brasil. Criado na Constituição de 1988, ele é o mais novo do país. Entretanto, sua relativa juventude não apaga o histórico de isolamento e abandono a que seu povo foi submetido durante décadas – ou séculos - quando ainda era parte do território do Estado de Goiás.

O antigo Norte Goiano, como era conhecido o atual território do Tocantins, padecia da falta de escolas, mas não só isso. A condição de isolamento e pobreza criava dificuldades muito grandes para a formação escolar da maioria da sua população.

O isolamento da região, a falta de oportunidade de crescimento profissional e as grandes distâncias até as unidades escolares, não davam muitas alternativas aos que moravam no antigo norte goiano e sonhavam em ver seus filhos na escola. (VIEIRA, 2011).

Com a criação do Estado do Tocantins e os recentes processos de democratização do acesso à educação, o cenário de total abandono ou isolamento,

diga-se, não existe mais. E as dificuldades, embora não tenham desaparecido, são contornadas gradativamente com programas de grande impacto social, como as bolsas Família e Escola do Governo Federal. E a criação de vagas nas escolas públicas em todos os níveis educacionais, em especial nos cursos superiores, promove a capacitação do jovem, inserindo-o no mercado de trabalho.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), por exemplo, foi uma precursora desse processo de reestruturação da educação superior, anterior ao REUNI, mas que posteriormente aderiu ao programa.

Instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, que federalizou a Universidade do Tocantins - UNITINS, mantida pelo governo do Estado, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) iniciou suas atividades pedagógicas efetivamente a partir do mês de maio de 2003, com a posse e nomeação de seus primeiros docentes concursados e com a transferência dos cursos de graduação regulares da UNITINS. Hoje a UFT possui sete unidades no Estado: Palmas, Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis. (UFT, 2015).

No Estado do Tocantins, até o ano de 2008, faziam parte da antiga Rede Federal, a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas) e a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA). Com a Lei 11.892 de 2008, essas escolas foram credenciadas a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), passando a ser cada uma delas um *campus* do IFTO (IFTO, 2010).

Posteriormente, de acordo com informações da página da instituição na *Internet*, foram implantadas as unidades de Araguaína, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis, Colinas do Tocantins, Pedro Afonso e Formoso do Araguaia.

Essa duas Instituições, a UFT e o IFTO serão objetos dessa pesquisa, uma vez que aqui se propõe comparar e analisar os indicadores dessas IFES com foco na avaliação dos programas implementados. Juntas elas correspondem ao total de Instituições Federais de Educação Superior no Estado.

3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Este capítulo apresenta alguns conceitos norteadores sobre avaliação de políticas públicas, de uma forma geral, e discorre especificamente sobre a forma como são avaliadas as políticas públicas educacionais no Brasil. Muito se pensou na utilidade de apresentar esses conceitos, sobretudo pelo fato de que não se pretende aplicar nenhuma metodologia de avaliação às políticas educacionais em estudo.

Porém conclui-se que, para que o objetivo geral proposto seja alcançado, existe a necessidade de entender como as informações aqui extraídas, comparadas e analisadas, poderão ser úteis aos gestores das IFES tocantinenses. Pois devido o caráter autônomo dessas instituições, cabe a eles no decorrer do processo decisório de gestão, analisar os dados e avaliar suas ações dentro de um programa contextualizado regionalmente, embora submetido às diretrizes de uma política pública nacional.

3.1. CONCEITOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A estruturação do campo da análise de políticas públicas ainda é bastante incipiente no Brasil, padece de grande fragmentação organizacional e temática e possui institucionalização precária. Tais características podem tornar compreensíveis determinadas lacunas, e a ausência de investimentos mais sistemáticos no estudo dos processos de implementação e avaliação evidencia o status privilegiado dos processos decisórios na ciência política do país. (FARIA, 2005, p.101).

Na verdade, há hoje uma Babel de abordagens, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam dar inteligibilidade à diversificação dos processos de formação e gestão das políticas públicas em um mundo cada vez mais caracterizado pela interdependência assimétrica, pela incerteza e pela complexidade das questões que demandam regulação. (FARIA, 2003, p. 22).

Para vários pesquisadores, a avaliação de uma política pública é nada mais que parte do processo de análise da mesma. Sendo assim é importante primeiro definir a dimensão dessa análise e seu significado. Frey (2000, p. 216) diz que a literatura sobre análise de políticas (*policy analysis*), diferencia três dimensões da política.

Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de 'polity' para denominar as instituições políticas, 'politics' para os processos políticos e, por fim, 'policy' para os conteúdos da política:

- a dimensão institucional 'polity' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- no quadro da dimensão processual 'politics' tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- a dimensão material 'policy' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. (FREY, 2000, pp. 216-217).

Embora frequentemente o pesquisador tenha que considerar as outras dimensões, a abordagem da dimensão *policy* para a análise das políticas públicas educacionais é a mais adequada possível, levando em conta a necessidade de avaliar o conteúdo dos programas, a forma como são configurados ou estruturados, aos seus problemas técnicos, tais como desempenho e manutenção e ainda, à forma como são conduzidos pelos gestores educacionais.

Outra questão importante a se discutir diz respeito ao conceito de *Policy Cycle*, o ciclo de vida das políticas públicas, na literatura. As abordagens são variadas, mas segundo Frey (2000, p. 226), elas se diferenciam apenas gradualmente, uma vez que comum a todas as propostas são as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas. O autor ainda propõe “uma subdivisão um pouco mais sofisticada”.

Proponho distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas, agenda-setting, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. (FREY, 2000, p. 226).

Para efeito desta pesquisa considerar-se-á essa proposta, com foco na fase de avaliação e correção das ações das políticas públicas, em consonância com os objetivos almejados. É a fase de apreciação dos programas já implementados e seus impactos. Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros.

Ainda segundo Frey (2000, p. 229-230), a avaliação de uma política pública pode levar à suspensão, fim ou iniciação de um novo ciclo político, isso vai depender dos objetivos do programa terem sido alcançados ou não. Se forem, pode-se suspender ou encerrar definitivamente um programa, pois este atingiu seu objetivo. Caso contrário, cabe iniciar um novo ciclo, uma nova fase de percepção, a elaboração de um novo programa político ou a modificação do programa anterior.

Outra definição, muito próxima da primeira, é apresentada por Faria (2005, p. 97) como uma visão muitas vezes defendida por manuais e apreciações mais introdutórias, que diz ser a avaliação a última etapa do “ciclo das políticas”. Nessa definição a avaliação é definida como:

- (a) atividade destinada a aquilatar os resultados de um curso de ação cujo ciclo de vida se encerra;
- (b) a fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso; e
- (c) como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais, ou seja, como elemento central da accountability. (FARIA, 2005, p. 97).

Essa definição completa o sentido desejado para a avaliação das políticas públicas. Embora reconhecidamente incipiente, o campo da análise das políticas públicas vem crescendo notoriamente, dada a urgência da necessidade de reavaliação dos processos decisórios governamentais. Isso ocorre devido ao dinamismo das relações internacionais de mercado e das pressões internas pelo desenvolvimento, em especial pelo crescimento econômico. De certa forma é uma demanda que parte da sociedade, embora no seu atendimento o poder público, como dito anteriormente, ainda desfrute de muitos privilégios.

Em um plano normativo, a década de 1990 testemunhou, nas democracias ocidentais de uma maneira geral, e na América Latina particularmente, a busca de fortalecimento da “função avaliação” na gestão governamental. Com efeito, foram implementados, em diversos países da América Latina, sistemas de avaliação das políticas públicas de escopo variável. Tal processo tem sido justificado pela necessidade de “modernização” da gestão pública, em um contexto de busca de dinamização e legitimação da reforma do Estado. (FARIA, 2005, p. 97).

Novamente faz-se referência à reforma estatal, aos ideais neoliberais e práticas gerencialistas. Pois foi nesse contexto que metaforicamente a ciência da análise de políticas públicas andou a passos largos. E embora muitas vezes usada mais em benefício da política (no sentido *politics*) que da sociedade, não se pode negar sua importância para a formulação e continuidade dos programas sociais de qualquer governo.

Após o fim do período autoritário no Brasil, constatou-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas continuaram existindo, o que fortaleceu os estudos sobre políticas públicas. O desencantamento em relação ao desempenho do Estado na execução dessas políticas provocou maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública. A difusão internacional dos ideais reformistas do aparelho de Estado passou a ser o princípio organizador da agenda

pública dos anos 1980-90, o que provocou uma proliferação de estudos sobre políticas públicas. (TREVISAN; BELLEN, 2008, P. 532).

Alguns estudos tratam especificamente da avaliação de programas sociais, nos quais se incluem os programas educacionais.

No campo do trabalho social, das tecnologias sociais, a avaliação é entendida como um mecanismo de regulação de ações e políticas sociais, que pode permitir uma notável diminuição das possibilidades de fracasso de um programa de interesse social. (MENDES; SORDI, 2013, p. 95).

Para Sobrinho (2003), a avaliação reflete a concepção de mundo, indivíduo e de sociedade, condiciona a tomada de decisões no plano das políticas educacionais, norteia e orienta as práticas pedagógicas nos ambientes educacionais. Portanto, a avaliação das políticas públicas educacionais pode também mudar a forma como se conduz as ações táticas e estratégicas dentro de um programa, aumentar a efetividade dos resultados, enfim melhorar o desempenho das instituições e dos estudantes.

A metodologia utilizada para se avaliar uma política é um exemplo da “Babel” de abordagens teóricas sobre análise de políticas públicas, descrita por Faria (2003, p.22). Existem muitas vertentes analíticas e propostas de construção metodológica, algumas postas em prática, outras não, sobre o processo e a efetividade dos resultados de uma avaliação.

A relevância de avaliar uma política pública usando uma investigação comparativa, eminentemente quantitativa, como aqui se propõe, pode ser facilmente justificada. Para alguns importantes pesquisadores da área, existe uma forma de utilização da avaliação que visa somente esclarecer pontos desconhecidos de uma determinada política.

Por fim, há o uso para o “esclarecimento”, que nem sempre é propositado, mas que acarreta, pela via do acúmulo de conhecimento oriundo de diversas avaliações, impacto sobre as redes de profissionais, sobre os formadores de opinião e sobre as *advocacy coalitions*, bem como alterações nas crenças e na forma de ação das instituições, pautando, assim, a agenda governamental. Esse é um tipo de influência que ultrapassa a esfera mais restrita das políticas e dos programas avaliados. (FARIA, 2005, p. 103).

Para efeito deste trabalho, busca-se também sugerir formas de proceder à análise da informação resultante desta pesquisa para fins da avaliação das políticas públicas em questão. Isso porque, como já foi dito, o objetivo aqui não é simplesmente uma avaliação pontual das IFES tocantinsenses, e sim a apresentação

das informações da Região Norte para que outros pesquisadores possam também utilizá-las.

No que diz respeito aos elementos da avaliação que podem ser utilizados, cabe destacar que as suas “descobertas” (ou o relatório final da avaliação) inicialmente monopolizaram a atenção daqueles interessados em investigar a questão da utilização da pesquisa avaliativa. Contudo, essas “descobertas” constituem apenas um dos elementos que podem ser utilizados. Como se sabe, elas usualmente se concentram nos processos, nos resultados e no impacto das políticas e dos programas. (FARIA, 2005, p. 103).

É importante ressaltar que apenas essas informações, por si só não constituem elementos suficientes para uma ampla avaliação de programas tão abrangentes, pretendem apenas colaborar em um dos aspectos passivos de avaliação, o aproveitamento dos estudantes nos cursos superiores. Mais especificamente, no caso deste estudo, os indicadores produzidos pela relação entre os números de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores da Região Norte do Brasil.

3.2. INDICADORES SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os indicadores sociais, de uma forma geral, são utilizados para o monitoramento da realidade social e também na discussão permanente sobre a formulação, implementação e avaliação das Políticas Públicas. Isso já foi dito neste trabalho, porém mesmo correndo o risco de ser repetitivo, vale lembrar a importância desses dados, pois detêm especial relevância na avaliação das políticas educacionais atuais, tão dependentes e carentes de informações que representem de fato a sua realidade empírica.

No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. (JANUZZI, 2005, p.138).

Os indicadores sociais são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do ciclo de vida das políticas públicas. Na fase do Diagnóstico, os indicadores são do tipo produto e caracterizam os aspectos socioespaciais, a gravidade dos problemas e a quantidade de demandas de serviços públicos. Na fase de

Especificação dos programas, os indicadores do tipo insumo traduzem que tipo de recursos empregar em cada opção de programa sugerido. Na Implementação do programa, indicadores do tipo processo fazem referência ao uso dos recursos humanos, materiais e financeiros alocados. Finalmente, na Avaliação dos programas são utilizados vários tipos de indicadores para medir a eficiência, a eficácia e a efetividade social das soluções sugeridas. (JANNUZZI, 2012, p. 40).

Nos últimos anos, com a redemocratização e as reformas estatais, a sociedade civil aumentou seu controle social sobre o Estado brasileiro. Com isso, a mídia, os sindicatos e outros organismos conseguiram um aumento no poder de fiscalização e passaram a exigir o uso mais eficiente dos gastos públicos. Tudo isso contribuiu para a crescente utilização dos indicadores na administração pública. (JANNUZZI, 2005, p.138).

Na educação, os indicadores são utilizados com muita frequência para mensurar quantitativa e qualitativamente os programas implantados pelas políticas públicas em todas as esferas da administração. No Brasil existem vários mecanismos de coleta, agregação e aglutinação desses dados, um deles trata-se de um sistema alimentado anualmente pelos dados operacionais repassados pelas Instituições de Educação Superior. O Censo da Educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, o Inep.

Desde meados dos anos 90, nos moldes da reforma do Estado, promovida em resposta à crise do bem estar social europeu e alçada no Brasil com o propósito da economia de livre mercado, a descentralização das políticas públicas e a diminuição da interferência estatal, a educação tenta ser, pelo menos em tese, a mola propulsora do desenvolvimento programado.

Para Marchelli (2007, p.196), o modelo de avaliação desenvolvido nos anos 90 foi conduzido principalmente pelo Banco Mundial, que elaborou propostas para a avaliação do ensino como parte das estratégias para se conseguir financiamento.

Esse modelo provocou forte impacto sobre a universidade pública no Brasil, que precisava ser reorganizada para ajudar a diminuir os custos estatais, “ser mais autônoma e pactuar com as forças do mercado, produzindo conhecimentos úteis e rentáveis como condição de sobrevivência na competitiva sociedade global.” (MARCHELLI, 2007, p.196).

Nesse contexto de descentralização da administração e para compensar a ausência da interferência direta do Estado, a maioria dos países recorreu à implantação de estratégias de avaliação centralizadas. Essas assumiram a forma de exames nacionais para verificação de desempenho de cursos, alunos e instituições.

A avaliação era vista como instrumento de medida e controle para responder às expectativas de eficiência e produtividade no ensino superior, massificado pela explosão das matrículas e compelido a se tornar mais produtivo em situações de crescentes restrições orçamentárias. (MARCHELLI, 2007, p.196).

A partir de 1996 houve um aumento na oferta de vagas da Educação superior, em parte pelo grande aumento do número de instituições privadas, e o governo federal lançou mão do Exame Nacional de Cursos, também conhecido popularmente como Provão, uma ferramenta de regulação para avaliar o desempenho dos estudantes, cursos e instituições.

A criação de uma ferramenta de diagnóstico da educação superior repercutiu na sociedade com a força da novidade que era. Afinal até então não havia sido realizada uma tentativa tão inovadora de avaliar, principalmente, os estudantes.

Se, por um lado, o Provão encontrou grande receptividade na imprensa nos momentos em que os resultados eram divulgados, pois a maioria das matérias apontava que esse exame seria um bom diagnóstico da educação superior, por outro, houve forte resistência do movimento estudantil e de acadêmicos vinculados às experiências anteriores de avaliação da educação superior, o que gerou algumas alterações pontuais, como a não inserção do resultado do exame no histórico escolar dos alunos e a previsão de avaliações *in loco*. (BARREIRO; ROTHEN, 2014, p.63).

Já no governo Lula, em 2003, foi baixada a Medida Provisória nº 147/2003, que posteriormente, foi convertida na Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES).

O SINAES foi instituído com o objetivo de assegurar um processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, com base no artigo 9º da LDB, que prevê no seu item “VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.” (BRASIL, 1996).

O SINAES estabeleceu que as IES fossem avaliadas interna e externamente. Os cursos fossem avaliados através de visitas *in loco* de avaliadores externos, e os estudantes, pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A avaliação interna, ou autoavaliação, seria conduzida por uma comissão

autônoma, chamada Comissão Própria de Avaliação (CPA), formada por integrantes da instituição.

Começaria assim o ciclo avaliativo, composto pela autoavaliação institucional da qual derivaria um relatório elaborado por cada Comissão Própria de Avaliação (CPA); depois haveria a avaliação institucional externa, por meio da visita de avaliadores institucionais. Após esse ciclo teria início o processo de regulação. (BARREYRO; ROTHEN, 2014, p.66).

Dois documentos importantes foram produzidos com a finalidade de orientar as ações de avaliação interna das IES, como processo prévio à avaliação institucional externa. As Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação superior e o Roteiro de Autoavaliação Institucional (BARREYRO; ROTHEN, 2014, p.66).

No Enade, responsável por avaliar o desempenho dos estudantes dos cursos superiores, criou-se em 2005 o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Esse indicador pretende verificar quanto conhecimento a instituição forneceu aos seus alunos (valor agregado) e superar o argumento defendido pelo setor privado da educação superior, desde o Provão, de que algumas instituições têm bom desempenho na prova por receberem bons alunos.

Com esse indicador, cursos nos quais o desempenho dos ingressantes é próximo ao dos concluintes tem uma má avaliação, ao passo que são bem-avaliados aqueles em que o desempenho dos concluintes é superior ao dos ingressantes (ROTHEN; BARREYRO, 2011).

Como um dispositivo de avaliação, o Provão prestava-se a ser apenas um mecanismo de regulação através da nota obtida pelos estudantes concluintes. O Enade, por sua vez, passaria a fornecer não só um indicador para essa finalidade. Seria também uma ferramenta mais completa de avaliação.

... através do diagnóstico de competências e habilidades adquiridas ao longo de um ciclo de 3 anos de escolarização superior, cruzado com a visão do aluno sobre sua instituição e com seu conhecimento sobre aspectos mais gerais, não relacionados a conteúdos específicos. (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006, p. 296).

O IDD pretende na verdade mensurar o quanto o estudante aprendeu ao longo do curso, uma vez que leva em conta a diferença de desempenho “antes” e “depois” do interstício decorrente da formação superior.

Pode-se inclusive fazer uma analogia do IDD com o índice de titulação - ou aproveitamento - dos estudantes, medida que é complementar à evasão. Ambos representam a realidade dos estudantes no início e no final do curso, sendo

passíveis de análise objetivando quantificar o aproveitamento ao término da graduação.

Para Marchelli (2007, p.212), no Brasil, nos últimos anos a avaliação externa da educação superior alcançou níveis de excelência, semelhantes aos verificados nos países que apresentam graus elevados de prestação de contas no setor educacional.

Componentes importantes no processo regulatório e avaliativo da educação superior no Brasil são os indicadores CPC e IGC. O Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído em 2007, sintetiza os resultados dos conceitos Enade, IDD e outros num único valor e apresenta a seguinte composição e ponderações: Enade (40%), IDD (30%), Instalações e infraestrutura (3%), Recursos didáticos (8%), Percentual de doutores (12%), Percentual de professores com tempo integral (7%). (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009, p. 671).

O Índice Geral de Cursos (IGC) é o instrumento construído com base numa média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição. Avalia o desempenho das instituições de ensino superior do país, sintetizando num único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma instituição de ensino. O IGC é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, imediatamente após a divulgação dos resultados do Enade. (INEP, 2015b).

O IGC depende fortemente da média do CPC, pois é calculado ponderando-se a média dos conceitos CPC dos cursos de graduação (esta também ponderada pela quantidade de alunos matriculados em cada curso) pelo “peso” da graduação na instituição. O mesmo cálculo é feito com os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado. (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009, p. 671).

Os indicadores oficiais da educação superior constituem assim a ferramenta de avaliação que o MEC necessita no papel de regulador estatal. O IGC fornece o *status* de um curso e também da IES, com base no qual um estudante pode escolher em qual instituição se graduar ou então qual curso não atende os requisitos mínimos do MEC para continuar funcionando.

3.3. INDICADORES DE EVASÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Os motivos pelos quais se investiga a evasão estudantil no Brasil são muitos. Numa abordagem humanística pode-se procurar saber sobre os fatores sociais que levam os alunos a abandonar os cursos, como baixa renda ou desestruturação familiar. De outra forma, mais materialista, os índices de evasão podem significar maior ou menor lucro, refletindo o aproveitamento dos recursos humanos e materiais de uma instituição privada.

De qualquer forma, como já foi esclarecido, aqui não se discutirá a evasão em si, suas origens ou consequências, mas dar-se-á devidamente um contorno de significado ao conjunto dos indicadores educacionais que compõem o índice de evasão no formato aqui definido.

Para uma definição, considera-se o conceito de evasão anual a percentagem de alunos matriculados em um curso superior que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte. (FILHO *et al*, 2007, p. 647).

Ou seja, para os fins desta pesquisa, índice de evasão é o percentual de alunos que deixa de se matricular no ano seguinte e ainda não se formou. Calcula-se o índice de evasão a partir dos números de alunos matriculados, ingressantes e concluintes em um determinado ano ou período, em um ou vários cursos, em uma ou várias IES.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep –, órgão do Ministério da Educação, tem divulgado publicamente, de forma regular, dados referentes aos matriculados, ingressantes e egressos do ensino superior. Suas sinopses têm, nos últimos anos, uma formatação padronizada, sistemática, que permite o uso de uma série de dados anuais, gerando a possibilidade de analisá-los em termos de evolução de indicadores ao longo de um período significativo de anos. (FILHO *et al*, 2007, p. 647).

O Inep disponibiliza anualmente, além dos microdados do CES, a sinopse e o resumo técnico, com dados agrupados e informações relevantes sobre a educação superior. Estes documentos, embora muito bem elaborados, nem sempre atendem uma demanda específica de informação do pesquisador.

Muitas vezes, a exemplo desta pesquisa, é necessário buscar nos microdados a informação desejada, valendo-se de outros mecanismos, como o InepData ou os programas estatísticos e de bancos de dados. Os dois últimos são

muito utilizados na construção de indicadores derivados de duas ou mais variáveis, como a evasão.

Analisar a evolução dos indicadores educacionais pode ser uma forma de avaliar o desempenho de um curso ou IES. Por exemplo, se os indicadores apontam uma queda nos índices de evasão, isso pode ser uma boa notícia para os gestores e sinalizar que as ações intercorrentes devem ser continuadas. E não se pode esquecer jamais que o objetivo de reforçar ações bem sucedidas ou mesmo de reformular completamente os programas educacionais é a própria educação, ou seu principal cliente, o estudante em formação.

É bem verdade que a qualidade educativa também é associada, por muitos acadêmicos, à ciência socialmente relevante e à formação humana integral. Essa concepção constitui valioso argumento para a implementação de processos de avaliação, de acordo com os princípios da educação e do conhecimento como bens sociais para benefício de todas as pessoas e em prol da humanidade. Nessa perspectiva que prioriza o social, a educação é reconhecida como fator central do desenvolvimento humano integral e sustentável, isto é, de todas as dimensões humanas, de todas as mulheres e de todos os homens e ao longo de toda a vida. (SOBRINHO, 2008, p. 68).

Segundo o próprio MEC a avaliação institucional visa à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2012).

O Decreto nº 2.026 (BRASIL, 1996b), publicado pelo MEC em 10 de outubro de 1996, estabeleceu novos procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior que ainda hoje são recomendados. O ponto principal do decreto foi “a análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino”. Uma avaliação abrangendo os seguintes pontos:

I - taxas de escolarização bruta e líquida; II - taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso; **III - taxas de evasão e de produtividade;** IV - tempo médio para conclusão dos cursos; V - índices de qualificação do corpo docente; VI - relação média alunos por docente; VII - tamanho médio das turmas; VIII - participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação; IX - despesas públicas por aluno no ensino superior público; X – despesa por aluno em relação ao Produto Interno Bruto - PIB por habitante nos sistemas público e privado; e,

XI - proporção da despesa pública com a remuneração de professores. (BRASIL, 1996b, Art. 3º, *grifo nosso*).

As taxas de evasão e o tempo médio para conclusão dos cursos são indicadores muito utilizados para avaliação interna e externa das IES. Constituem medidas de alto valor no que diz respeito à efetividade dos programas educacionais e, portanto, vale aqui fazer uma observação quanto ao interstício de quatro anos do CES escolhido para esta pesquisa.

Os cursos superiores de graduação possuem tempos de integralização que variam de dois anos, para a formação tecnológica, a seis anos, para alguns bacharelados. Assim, acredita-se que seria razoável considerar ou mesmo admitir que uma pesquisa em quatro anos possa aproximar os resultados obtidos do tempo desejado de formação para muitos estudantes cujos dados foram coletados pelo CES nesse período.

3.4. O INEP E O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, com o nome de Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1972, o Inep foi transformado em órgão autônomo, passando a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. A partir de 1995 o órgão sofreu um processo de reestruturação e em 1997 foi transformado em autarquia federal, passando a ser o único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal. Nos últimos anos, o Instituto reorganizou o sistema de levantamentos estatísticos e teve como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais. (INEP, 2015).

A missão do Inep, segundo o próprio órgão, é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. (INEP, 2015a).

O Inep coleta anualmente os dados sobre a educação superior no Censo da educação Superior (CES). O objetivo é oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor.

A coleta dos dados tem como referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008. O Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. (INEP, 2015a).

Os dados são coletados a partir do preenchimento dos questionários, pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e também por importação de dados do Sistema e-MEC. As informações são analisadas e conferidas pelo Inep e depois, em colaboração com os pesquisadores institucionais, o Censo é finalizado e os dados são divulgados. (INEP, 2015a).

3.5. MICRODADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Censo da Educação Superior (CES) é constituído de dados sobre as IES, cursos, alunos, docentes e também informações sobre o local de oferta dos cursos. Cada um corresponde a uma dimensão do universo de microdados do CES, que agrupadas correspondem à totalidade das informações coletadas das IES num determinado ano.

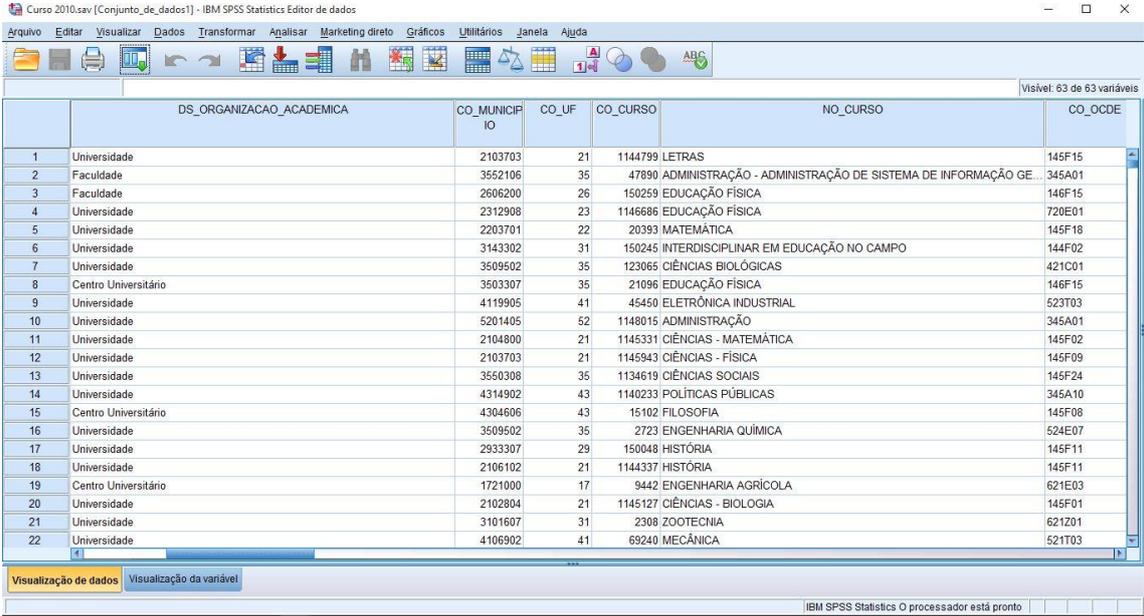
O Inep disponibiliza o conjunto de microdados do CES ao público em geral, podendo esse ser baixado diretamente do site. Embora para isso seja preciso um canal de banda larga de *Internet* com capacidade suficiente, em função do tamanho dos arquivos, que podem chegar a muitos *Gigabytes*.

Mas afinal o que são os microdados? Cabe aqui uma definição bem simples. Os microdados são informações individuais, não identificadas, eles representam uma entrada, uma linha, ou ainda a menor fração de um dado e podem estar relacionados a uma pesquisa ou avaliação. Geralmente uma informação é construída a partir da agregação dos microdados.

As bases de microdados são organizadas de forma a serem compreendidas por *softwares* específicos, em tabelas ou bancos de dados, por exemplo. Isso viabiliza o processo de tratamento e os cálculos estatísticos.

No Brasil o Inep é o maior produtor de microdados relativos à educação: Censo Escolar, Censo da Educação Superior, Prova Brasil, Saeb, Enem. São algumas das principais bases de microdados do Inep. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também é um grande produtor de microdados, permitindo a produção de informações sobre a população e a economia brasileira.

Quando organizados em matrizes bidimensionais, como é o caso dos dados do CES, cada microdado é um cruzamento linha x coluna, ou seja, é uma coordenada que representa um único dado no conjunto. Ele faz referência a uma dimensão, por exemplo, um curso ou IES, e uma variável, como a área do conhecimento do curso ou a idade do aluno. Essa estrutura possibilita a seleção dos dados com base na seleção das variáveis e no número de entradas (frequência das variáveis).



Curso 2010.sav [Conjunto_de_dados1] - IBM SPSS Statistics Editor de dados

Arquivo Editar Visualizar Dados Transformar Analisar Marketing direto Gráficos Utilitários Janela Ajuda

Visualizar: 63 de 63 variáveis

	DS_ORGANIZACAO_ACADEMICA	CO_MUNICIP IO	CO_UF	CO_CURSO	NO_CURSO	CO_OCDE
1	Universidade	2103703	21	1144799	LETRAS	145F15
2	Faculdade	3552106	35	47890	ADMINISTRAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GE.	345A01
3	Faculdade	2606200	26	150259	EDUCAÇÃO FÍSICA	146F15
4	Universidade	2312908	23	1146686	EDUCAÇÃO FÍSICA	720E01
5	Universidade	2203701	22	20393	MATEMÁTICA	145F18
6	Universidade	3143302	31	150245	INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO	144F02
7	Universidade	3509502	35	123065	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	421C01
8	Centro Universitário	3503307	35	21096	EDUCAÇÃO FÍSICA	146F15
9	Universidade	4119905	41	45450	ELETRÔNICA INDUSTRIAL	523T03
10	Universidade	5201405	52	1148015	ADMINISTRAÇÃO	345A01
11	Universidade	2104800	21	1145331	CIÊNCIAS - MATEMÁTICA	145F02
12	Universidade	2103703	21	1145943	CIÊNCIAS - FÍSICA	145F09
13	Universidade	3550308	35	1134619	CIÊNCIAS SOCIAIS	145F24
14	Universidade	4314902	43	1140233	POLÍTICAS PÚBLICAS	345A10
15	Centro Universitário	4304606	43	15102	FILOSOFIA	145F08
16	Universidade	3509502	35	2723	ENGENHARIA QUÍMICA	524E07
17	Universidade	2933307	29	150048	HISTÓRIA	145F11
18	Universidade	2106102	21	1144337	HISTÓRIA	145F11
19	Centro Universitário	1721000	17	9442	ENGENHARIA AGRÍCOLA	621E03
20	Universidade	2102804	21	1145127	CIÊNCIAS - BIOLOGIA	145F01
21	Universidade	3101607	31	2308	ZOOTECNIA	621Z01
22	Universidade	4106902	41	69240	MECÂNICA	521T03

Visualização de dados Visualização da variável

IBM SPSS Statistics O processador está pronto

Figura 01. Microdados do Inep/CES 2010 visualizados no IBM SPSS

Fonte: IBM SPSS/elaboração do autor

A figura 01 acima ilustra a estrutura dos microdados do CES, mais especificamente da planilha Cursos, do Censo de 2010. Pode-se observar o cruzamento linhas x colunas (entradas x variáveis), visualizados a partir da utilização

do *software* estatístico IBM SPSS. Esse programa foi utilizado em toda a pesquisa, para extração e cálculo das informações estatísticas.

Nos próximos capítulos apresentam-se informações mais detalhadas sobre a utilização do *software*, bem como a metodologia utilizada na extração e no cálculo das informações pretendidas.

4. METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa documental, descritiva, de caráter quantitativo, visando um estudo comparativo das informações levantadas. Nesse capítulo apresentam-se as bases metodológicas, o objeto, os instrumentos e procedimentos para pesquisa, bem como a forma de tratamento e apresentação dos dados extraídos do Censo da Educação Superior do Inep.

4.1. BASES METODOLÓGICAS

Em uma pesquisa científica, o primeiro passo é sempre o levantamento de dados. Esse levantamento pode ser feito de duas formas: pesquisa documental (de fontes primárias) ou bibliográfica (de fontes secundárias). Os documentos de fonte primária são aqueles provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais que podem servir de fonte de informação para a pesquisa científica. São exemplos de documentos primários os arquivos públicos, publicações parlamentares, estatísticas (censos) e contratos. (MARCONI; LAKATOS; 2012, p. 43).

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e possui muita semelhança com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas está na natureza das fontes de informação.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. (GIL, 2010, p. 30).

Considera-se esta uma pesquisa eminentemente documental justamente por utilizar como fonte principal os dados coletados em primeira mão pelo Inep. Não obstante valer-se também da bibliografia pertinente ao assunto, nas justificativas, na contextualização dos objetivos e especialmente na revisão teórica.

A revisão teórica bibliográfica é uma etapa essencial no desenvolvimento de um trabalho científico, pois é por meio dela que o autor identifica e analisa a produção bibliográfica já existente sobre um determinado tema, possibilitando-o a entender determinados fenômenos, assim como encontrar lacunas ainda não

exploradas. “É por meio da revisão bibliográfica que o conhecimento produzido em pesquisas prévias é reportado, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o trabalho.” (GODOY, 2006, p. 10).

Sobre o aspecto descritivo deste trabalho, Demo (2012, p. 11), usa na própria definição de pesquisa o significado dessa forma de retratar uma realidade, ao dizer que “Alguns entendem por pesquisa o trabalho de coletar dados, sistematizá-los e, a partir daí, fazer uma **descrição** da realidade”.

A análise e a interpretação dos dados na pesquisa documental variam de acordo com a natureza dos documentos utilizados. Para as pesquisas que utilizam dados quantitativos, apresentados sob a forma de tabelas, gráficos ou bancos de dados, como é o caso dos registros do Censo da Educação Superior, o processo analítico geralmente envolve procedimentos estatísticos. (GIL, 2010, p.67).

Aos pesquisadores que se utilizam de fontes estatísticas recomenda-se tomar alguns cuidados:

“encontrar a definição exata da unidade coletada e generalizada; verificar a homogeneidade do elemento generalizado; verificar a homogeneidade da relação entre a quantidade medida mediante o total e seus diversos elementos, assim como a quantidade que interessa ao investigador; saber com referência a que devemos calcular as percentagens.” (GRAWITZ *apud* MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 53).

De fato se pretende submeter os microdados do CES a cálculos estatísticos, visando os objetivos propostos, mas não só isso. Pretende-se também um estudo por comparação dos resultados obtidos, de forma a provocar no interlocutor o estabelecimento de conceitos qualitativos de valor. Os dados quantitativos, obtidos nos levantamentos estatísticos, quando usados de forma agregada e complementar aos múltiplos ângulos das informações qualitativas podem possibilitar análises e avaliações mais consistentes e significativas. (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007).

O estudo comparativo, ou método comparativo de investigação, como preferem alguns estudiosos, é utilizado para identificar fenômenos complexos, como a comparação de organizações que pertencem a setores diferentes ou ainda entre diversas organizações que pertencem a um mesmo setor. (BULGACOV, 1998). Ainda segundo o autor, o estudo comparativo pode ser definido como a comparação sistemática de um grupo determinado ou grupos específicos de organizações a fim de estabelecer relações entre suas variáveis ou categorias analíticas.

Para Blau (1971, *apud* BULGACOV, 1998), o método comparativo está implícito em toda teorização por apoiar-se na comparação de casos contrastantes, “onde a explicação de um fenômeno requer que se considere a diferença entre as organizações”.

4.2. OBJETO DA PESQUISA

Ao objeto desta pesquisa correspondem os estudantes matriculados, ingressantes, concluintes e evadidos dos cursos superiores das Instituições de Educação Superior da Região Norte, representados pelas informações extraídas e/ou calculadas dos microdados do Censo da Educação Superior (CES), do Inep.

4.3. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram aqueles necessários para a extração, agrupamento e estruturação dos dados. Para a extração dos dados a partir da base do Censo da Educação Superior, utilizou-se o *software IBM SPSS*[®]. Esse programa possui uma interface gráfica bastante amigável e intuitiva. Assim presume-se que um usuário habitual de aplicativos informáticos consegue operá-lo com certa facilidade. Já com relação às funções estatísticas do programa faz-se necessário um conhecimento mais especializado. O *software* utiliza principalmente duas janelas, a do editor de dados (*data editor*) e outra de visualização (*viewer*). Na primeira é possível inserir os dados e executar as funções estatísticas e a segunda apresenta os resultados estruturados em tabelas. Existem outras janelas, como a do editor de sintaxe (*syntax editor*), que permite a execução de comandos adicionais. Para isso é necessário um conhecimento mais aprofundado de programação. Porém para a maioria dos níveis de conhecimento ela é redundante, pois se pode executar a maior parte das análises apenas utilizando o mouse do computador. As figuras a seguir mostram as janelas do editor de dados e do visualizador do SPSS, respectivamente.

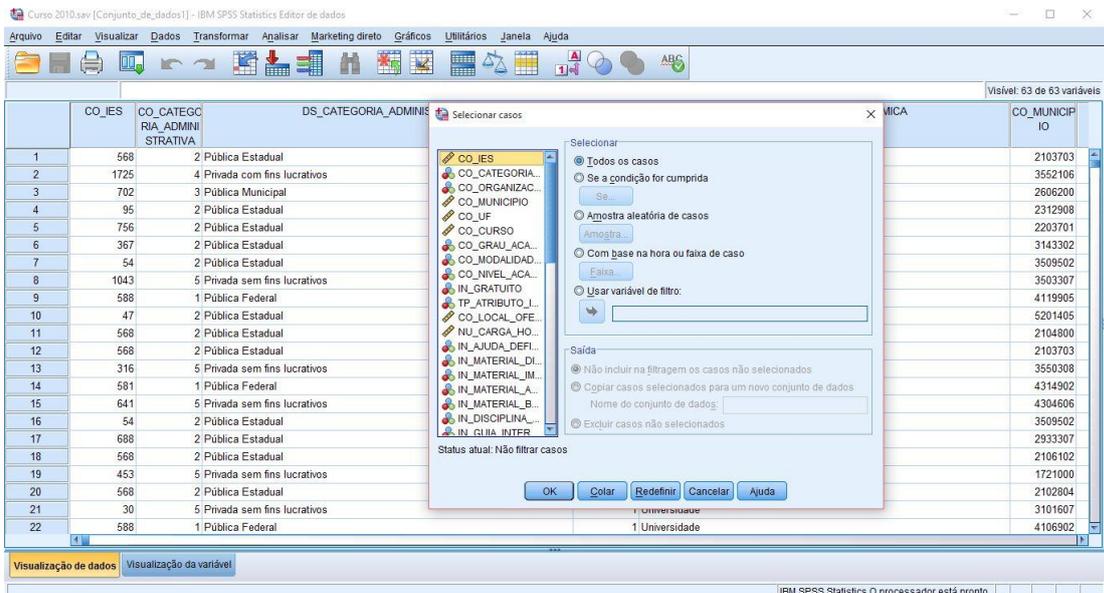


Figura 02. Janela do Editor de Dados do IBM SPSS

Fonte: IBM SPSS/Elaboração do autor

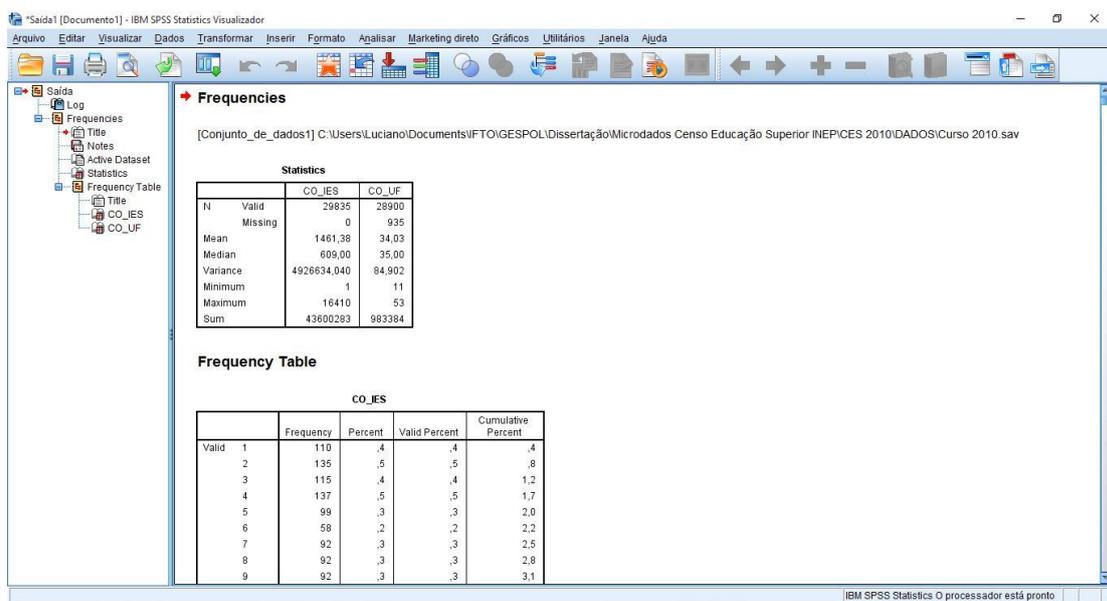


Figura 03. Janela do Visualizador de Dados do IBM SPSS

Fonte: IBM SPSS/Elaboração do autor

Outras ferramentas foram necessárias nas etapas de agrupamento e estruturação dos dados e também na apresentação dos resultados. Para essas tarefas foram utilizadas ferramentas para construção de tabelas e gráficos do pacote *Office*, da *Microsoft*.

4.4. PROCEDIMENTOS PARA PESQUISA

Os procedimentos para a execução da pesquisa são descritos em cinco etapas: *download* dos microdados, importação dos microdados para o SPSS, seleção das entradas e variáveis, e análises estatísticas descritivas.

Os microdados do Censo da Educação Superior (CES), assim como outros dados provenientes de pesquisas educacionais do Inep, como o Censo Escolar e o Enade, estão disponíveis para *download*. Para obter os microdados do CES, o primeiro passo é acessar ao *site* do Inep (INEP, 2015a), procurar na página inicial pelas informações estatísticas e baixar os arquivos do CES, que estão agrupados por ano de coleta. São arquivos relativamente grandes, alguns com mais de 10GB de dados, que mesmo compactados necessitam de uma boa conexão para serem transferidos. Os dados são públicos e não é necessária nenhuma permissão para obtenção e utilização dos mesmos.

Podem ser baixados do *site* os dados referentes aos últimos dezenove Censos da Educação Superior realizados, o que permite ao pesquisador buscar tanto informações atuais, quanto realizar pesquisas históricas sobre a educação superior brasileira. Isso permite observar a evolução do quadro geral da educação superior no Brasil em quase duas décadas de políticas governamentais. A figura mais abaixo (figura 4) é uma captura de imagem da página que disponibiliza os microdados do CES no *site* do Inep.

A etapa de importação dos microdados para visualização e manipulação no SPSS requer uma técnica mais apurada. Isso porque os microdados são disponibilizados no formato de texto (.txt) e o programa não interpreta esse tipo de arquivo. E embora o Inep disponibilize, junto com os dados, um *script*¹ para a interpretação e importação no SPSS, verifica-se que alguns ajustes precisam ser realizados. Por exemplo, um dos ajustes diz respeito à referência, no *script*, do local de onde é importado o arquivo de texto. Essa referência precisa ser atualizada no ato da importação.

¹ Na terminologia usual da área de informática, um *script* corresponde a um conjunto de instruções em uma linguagem de programação, para que uma função qualquer seja executada em determinado aplicativo.

The screenshot shows the Inep website interface. The main content area is titled 'Microdados para download' and lists several data sets with their respective years. The 'Microdados Censo da Educação Superior' entry is highlighted with a red circle, and its years (1995-2013) are also circled in red.

Microdados	Anos
Microdados Enade	2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013
Microdados Censo Escolar	1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014
Microdados Censo da Educação Superior	1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013
Microdados Censo dos Profissionais do Magistério	2003
Microdados Saeb (Aneb/Prova Brasil)	1995 1997 1999 2001 2003 2005 2011 2013
Microdados Enem	1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013
Microdados Provão	1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003
Microdados PNERA	2004
Microdados Prova Brasil	2007 2009 2011
Microdados da Pesquisa de Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar	2008

Observação: Os arquivos estão no formato Zip. Portanto, você precisa ter algum descompactador instalado na sua máquina para poder abri-los.

Figura 04. Download dos microdados do CES no site do Inep

Fonte: Inep, 2015.

A parte de seleção das entradas dos microdados depende do que se pretende extrair em determinada consulta. A ferramenta permite a seleção de um grupo de entradas baseado em vários parâmetros, inclusive em variáveis específicas. Além do mais, é possível também aplicar operações lógicas, isoladas ou combinadas, que condicionem a saída dos dados a um conjunto específico de atributos.

Pode-se selecionar dentre a dimensão total de cursos superiores, aqueles que atendam a condições específicas, como possuir um valor ou valores específicos em uma ou mais variáveis. Por exemplo, cursos que estejam no Estado do Tocantins, na esfera pública e tenham menos de 100 alunos matriculados. Isso é possível utilizando no programa uma função chamada “selecionar casos”, mostrada na figura 05.

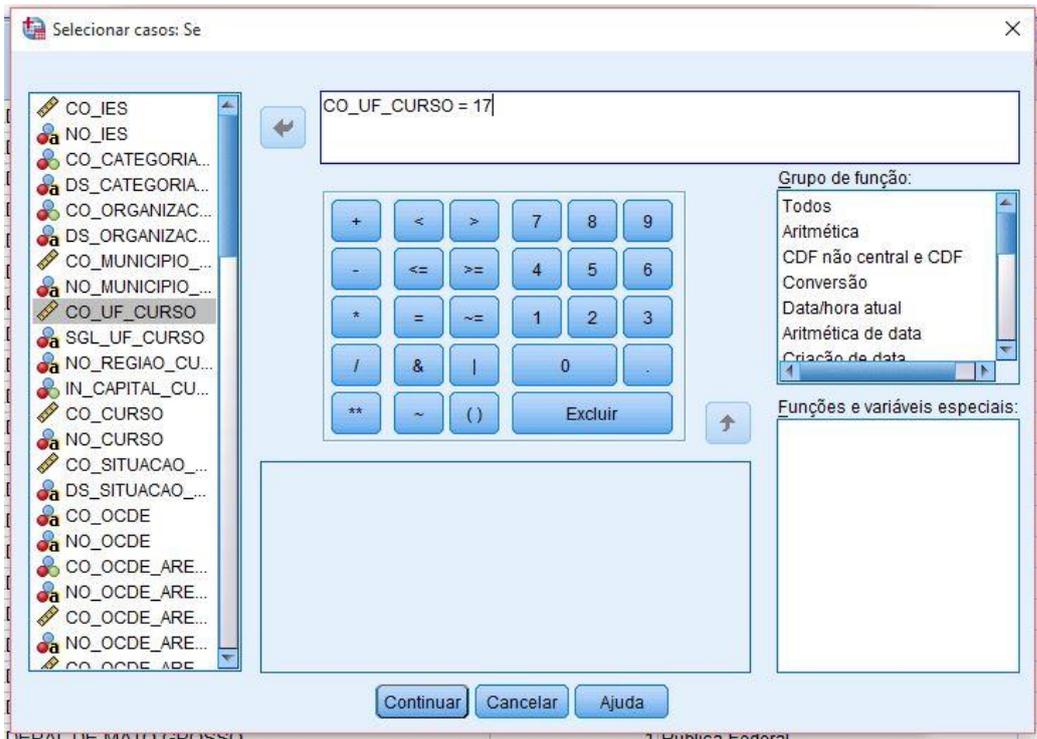


Figura 05. Função “selecionar casos” do SPSS

Fonte: IBM SPSS/elaboração do autor

As análises estatísticas descritivas no SPSS são executadas a partir do menu “Analisar”. Nele encontram-se vários tipos de funções, entre elas as estatísticas descritivas, como as frequências, razões, médias, desvio padrão, entre muitas outras mais. Para submeter uma ou mais variáveis aos cálculos estatísticos basta selecionar e escolher os parâmetros nas múltiplas caixas de diálogo.

Não se considera importante neste trabalho um aprofundamento sobre os detalhes operacionais do programa, uma vez que sua utilização é bastante intuitiva. A figura 06 mostra algumas janelas de funções estatísticas do SPSS, que são utilizadas nessa pesquisa, tanto para extração quanto para o cálculo dos indicadores.

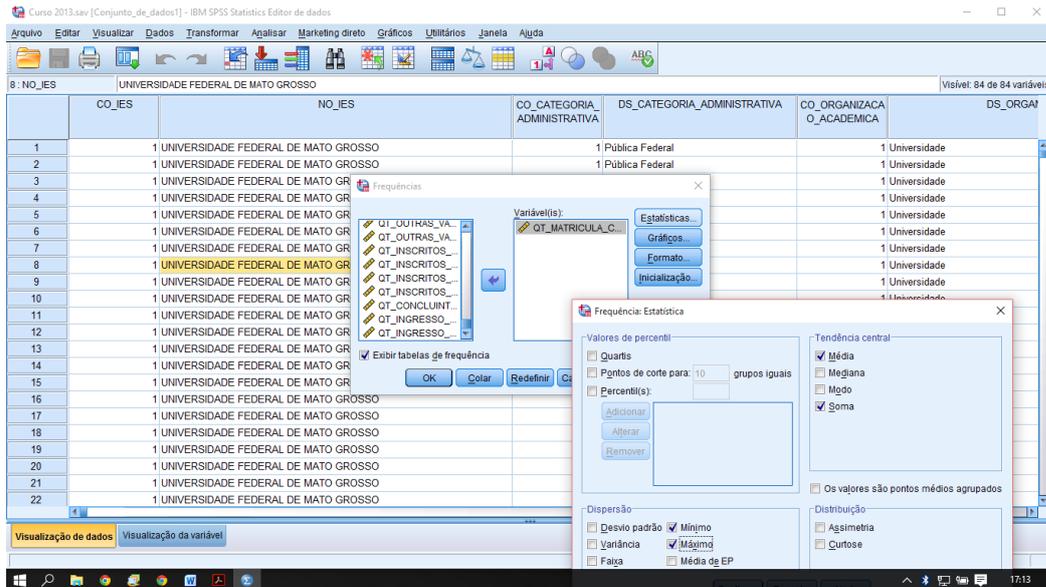


Figura 06. Janelas de análise estatística do SPSS

Fonte: IBM SPSS/elaboração do autor

4.5. TRATAMENTO DOS DADOS EXTRAÍDOS

O tratamento dos dados corresponde às etapas de cálculo dos índices de evasão anual e média, agrupamento e apresentação das informações.

Para se chegarem aos indicadores de evasão desejados, índices anuais e médios dos quatro anos pesquisados, foi necessário obter os quantitativos de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes a cada ano (2010-2014), em cada uma das esferas administrativas e dimensões desejadas. Isso foi feito de acordo com os seguintes passos:

1º - Extração dos números totais de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores das IES da Região Norte de 2010 a 2014, agrupados por Unidade da Federação e categoria administrativa;

2º - Obtenção do quantitativo da Região Norte (dados dos Estados, exceto Tocantins);

3º - Cálculo dos índices de evasão anuais e médias dos quatro anos (2011 a 2014).

4º - Cálculo dos demais índices (relação concluintes/ingressantes e outros).

Para o cálculo dos índices aqui apresentados considera-se como evasão a comparação entre o número de alunos que estavam matriculados num determinado ano, subtraídos os concluintes, com a quantidade de alunos matriculados no ano seguinte, subtraindo-se deste último total os ingressantes desse ano. Dessa forma mediu-se a perda de alunos de um ano para outro, a evasão anual. O cálculo do percentual da evasão referente ao ano n é dado por:

$$E(n) = \{1 - [M(n) - I(n)] / [M(n-1) - C(n-1)]\} \times 100$$

Onde E é a evasão, M é o número de matriculados, C é o número de concluintes, I é o número de ingressantes, n é o ano em estudo e $(n-1)$ é o ano anterior. Segundo Filho *et al* (2007, p. 645), fonte do conceito e da equação, esta forma de cálculo é mais exata do que a utilizada em alguns trabalhos internacionais.

Resumindo, a evasão tal como aqui calculada representa o percentual de estudantes que, não tendo concluído o curso em determinado ano, não se matriculou no ano seguinte.

O formato de apresentação dos dados deve favorecer a análise comparativa entre os indicadores do Tocantins e os demais Estados da Região Norte, bem como entre as categorias administrativas. O que se propõe é apresentar os dados agrupados por categoria administrativa, Estados e Região. A figura 07 apresenta o fluxograma do esquema de agrupamento pretendido.

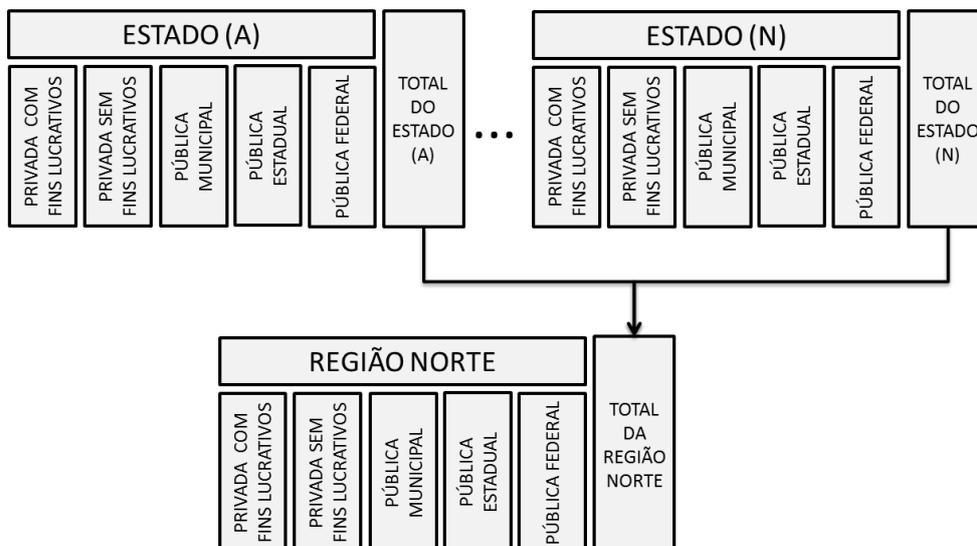


Figura 07. Fluxograma do esquema de agrupamento dos dados

Fonte: elaboração do autor

Dentro de cada esfera administrativa os indicadores apresentados (extraídos e calculados) serão os quantitativos das variáveis das dimensões que essas representam, sejam IES, Estados ou a Região Norte. Decidiu-se que a melhor maneira de apresentar tais informações para fins de comparação seriam os quadros, tabelas e gráficos.

5. RESULTADOS

5.1. DADOS DO ESTADO DO ACRE

As Instituições de Educação Superior do Estado do Acre estiveram distribuídas por categoria administrativa, de 2010 a 2014, de acordo com a tabela a seguir. O gráfico 02 mostra a evolução da quantidade de cursos por categoria administrativa no período.

Tabela 01. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Acre, de 2010 a 2014.

Categoria Administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	127	76	130	74	117	72	116	72	98	66
Pública Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privada com fins lucrativos	35	21	40	23	40	25	40	25	44	30
Privada sem fins lucrativos	6	4	6	3	6	4	6	4	6	4
Total	168	100	176	100	163	100	162	100	148	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

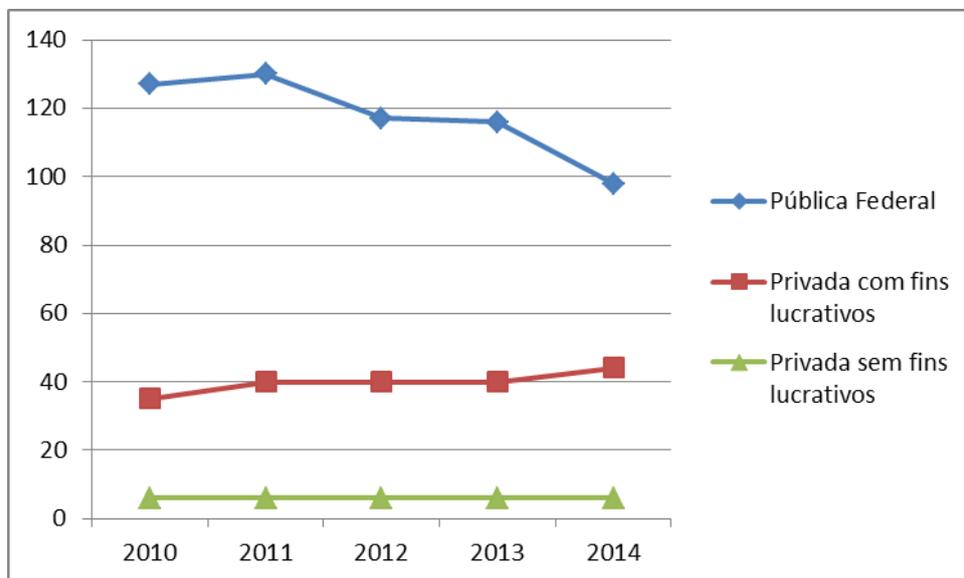


Gráfico 01. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Acre, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na composição do cenário apresentado no período 2010-2014 as Instituições Federais de Educação Superior no Estado, a Universidade Federal do

Acre (UFAC) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) foram responsáveis pela maior oferta de cursos superiores em todo o período. Em 2012 os cursos das IFES corresponderam a 76% da oferta, caindo em quantidade e percentual nos anos seguintes.

As instituições de ensino privadas com maior número de cursos ao final do período foram a Faculdade Barão do Rio Branco e a Faculdade Meta. As IES privadas com fins lucrativos tiveram suas ofertas aumentadas ao longo do período, enquanto que as privadas sem fins lucrativos mantiveram uma oferta estável de cursos superiores. Não foram registrados no CES/Inep cursos das categorias administrativas públicas estadual e municipal no período.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de alunos matriculados, ingressantes e concluintes por ano nos cursos superiores do Estado do Acre de 2010 a 2014. Para o Acre e demais Estados a seguir, cada campo corresponde à soma dos registros individuais de estudantes de todos os cursos de cada esfera administrativa no Estado, com exceção da última linha que representa o total em todas as esferas, ou o total do Estado. Esses dados servirão para calcular a evasão anual e média de quatro anos pesquisados, 2011 a 2012.

Tabela 02. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Acre por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	12313	1546	2061	12889	3343	2496	11397	750	2532	9269	1141	3771	10849	1307	3088
Pública Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	8320	1431	1924	8917	1852	2392	9907	1123	4994	11783	1215	4991	13913	1235	5872
Privada SFL	709	172	254	623	20	141	537	152	136	607	161	299	525	160	191
Total	21342	3149	4239	22429	5215	5029	21841	2025	7662	21659	2517	9061	25287	2702	9151

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

De acordo com os dados do CES/Inep, houve um acréscimo no total de estudantes matriculados nas IES acreanas no período, passando de 21342 alunos matriculados em 2010 para 25287 em 2014, aumento de 18%. O número de estudantes ingressantes teve acréscimo de 116% se comparados o ano inicial e final da pesquisa. Embora o número declarado de matriculados e ingressos tenha aumentado no período, a quantidade de concluintes não seguiu o mesmo padrão. Se comparados os anos de 2010 e 2014 houve um decréscimo de 16,5% no número de concluintes.

As discussões sobre os possíveis fatores responsáveis por esses números não serão aprofundadas aqui, por extrapolarem os objetivos deste trabalho. Porém de forma alguma isso impede alguns comentários. Observa-se, por exemplo, que nos anos de 2012 e 2013 houve queda significativa no número de concluintes e também de matriculados nas IFES e que tanto a UFAC quanto o IFAC passaram por movimentos de greve duradouros em 2012. Outras IFES do Brasil e da Região Norte também estiveram em greve, muitas delas mais de uma vez entre 2010 e 2014, o que pode ter influenciado os números do CES. Alguns autores, como por exemplo, Soares (2006), constataram em estudos sobre a evasão que a situação de greve nas IES tem influência sobre o trancamento de matrículas e a evasão.

A tabela 03 contém as médias de alunos matriculados, concluintes e ingressantes nos cursos do Acre. Esses valores representam a média de estudantes por curso em cada categoria administrativa.

Tabela 03. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Acre por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	97	12	16	99	26	19	97	6	22	80	10	33	111	13	32
Pública Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	238	41	55	223	46	60	248	28	125	295	30	125	316	28	133
Privada SFL	118	29	42	104	3	24	90	25	23	101	27	50	88	27	32

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 02 mais abaixo mostra a média dos cinco anos (2010 a 2014). Na média os cursos das IFES tiveram menos estudantes matriculados por curso que as IES privadas com fins lucrativos. Também o quantitativo médio de alunos formados por curso foi menor nas IFES que nas demais. Quanto ao número de ingressos nos cursos as IES privadas com fins lucrativos do Acre apresentaram uma média muito acima das IES das demais categorias no período.

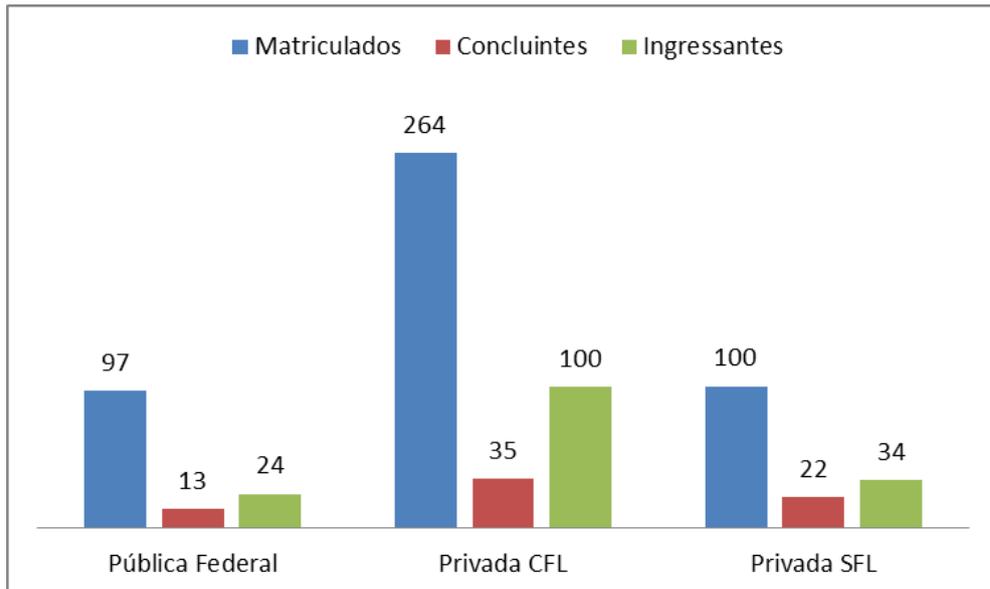


Gráfico 02. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Acre, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 04 mostra a evasão anual e média dos quatro anos (2011 a 2014) calculadas para as IES do Acre, por categoria administrativa. A fórmula utilizada para o cálculo de evasão anual, como informado na metodologia deste trabalho, leva em consideração o número de estudantes matriculados no ano anterior. Por isso não são informados os índices de evasão do ano de 2010. Os gráficos 03 e 04 mais abaixo apresentam de forma mais ilustrativa os dados da tabela.

Tabela 04. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Acre, 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	3,47	7,13	48,36	4,52	15,87
Pública Estadual	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	5,28	30,46	22,68	23,91	20,58
Privada SFL	10,24	33,50	20,00	25,11	22,21
Total Estado	4,36	17,63	36,43	15,70	18,53

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

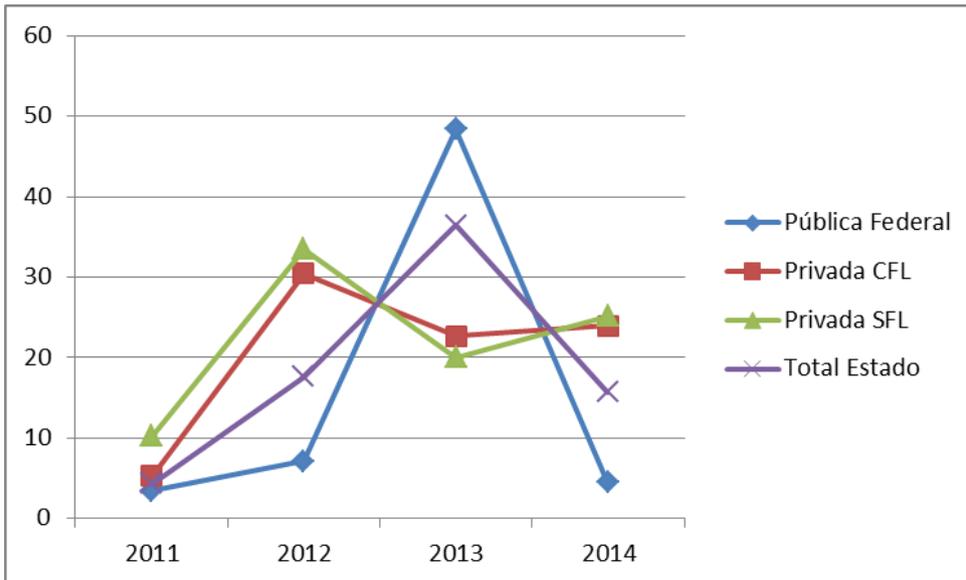


Gráfico 03. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Acre, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

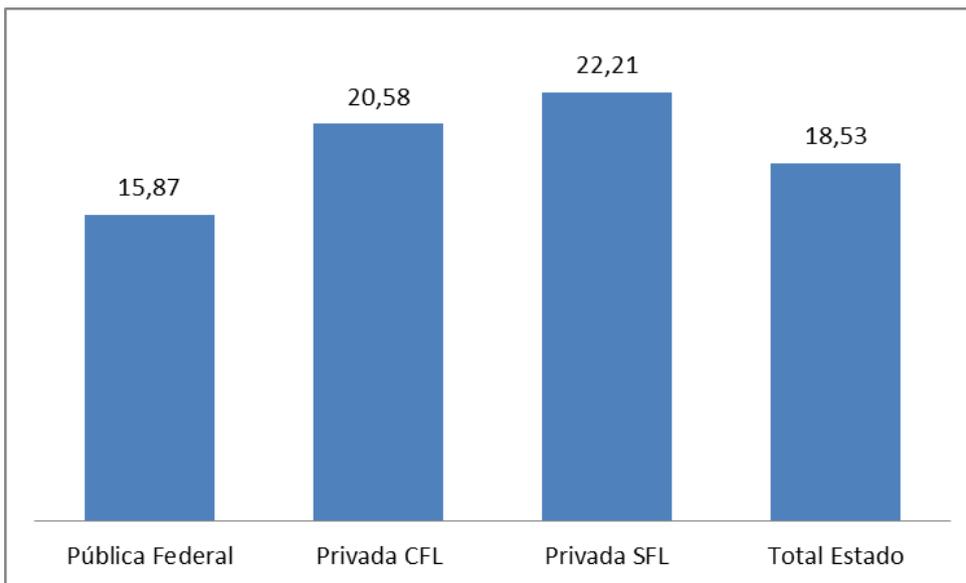


Gráfico 04. Evasão média nas IES do Estado do Acre, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Nota-se novamente que as IFES acreanas tiveram queda de desempenho acentuada no ano de 2013, mas na média dos quatro anos ficaram à frente das demais. O pior resultado apresentado é da categoria privada sem fins lucrativos, 22,21% de evasão na média dos quatro anos. Houve aumento significativo da evasão nas IES privadas em 2012, o que contribuiu para o alto índice. A média estadual do período ficou em 18,53%, sendo que no ano de 2013 atingiu seu pico, 36,43%, alavancada pelo índice de evasão das IFES.

5.2. DADOS DO ESTADO DO AMAPÁ

Segundo os dados do CES o Estado do Amapá contava em 2010 com a oferta de 124 cursos superiores. Em 2014 esse número subiu para 136, aumento de 9,7% na oferta. A tabela 05 mostra a quantidade e porcentagem de cursos correspondentes a cada uma das categorias administrativas ofertantes. Observa-se que não constam no CES registros de IES públicas municipais no período levantado. O gráfico 05 apresenta a evolução dos cursos superiores no Amapá entre 2010 e 2014.

Tabela 05. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Amapá, de 2010 a 2014.

Categoria administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	38	31	41	32	45	34	36	30	51	38
Pública Estadual	11	9	12	9	12	9	12	10	12	9
Privada com fins lucrativos	39	31	39	31	39	30	44	37	46	34
Privada sem fins lucrativos	36	29	35	28	35	27	27	23	27	20
Total	124	100	127	100	131	100	119	100	136	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

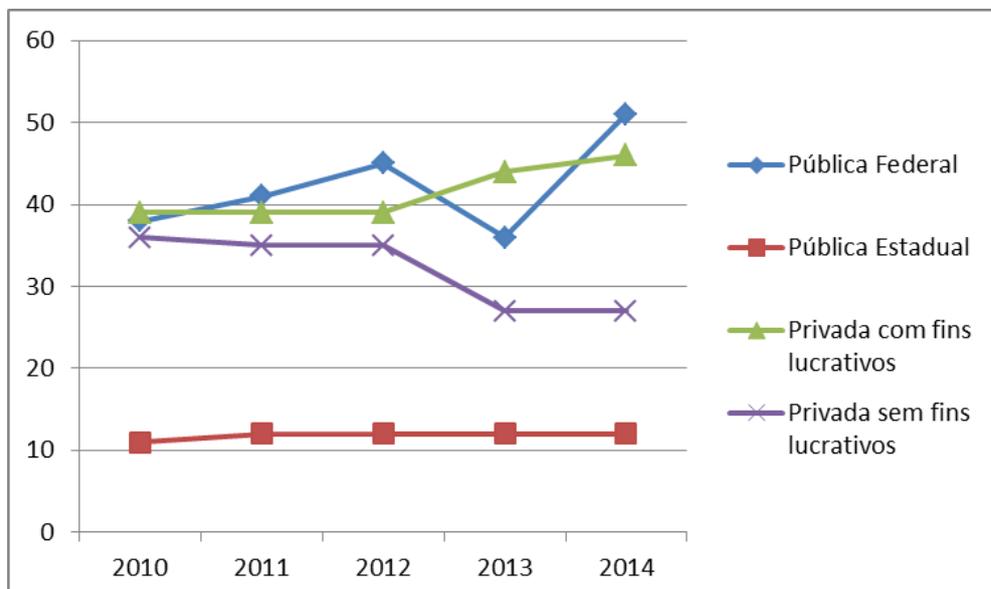


Gráfico 05. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Amapá, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 06 apresenta os números de matriculados, ingressos e concluintes declarados pelas IES do Amapá no CES, de 2010 a 2014.

Tabela 06. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Amapá por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	6013	995	1282	6346	714	1245	6248	554	1425	6226	668	1307	7534	943	2235
Pública Estadual	1639	0	788	1950	136	586	2358	201	844	2348	191	541	2594	60	622
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	6844	968	2060	7904	952	2926	8155	1140	3175	11051	1147	5207	15164	1288	7256
Privada SFL	5765	622	1962	5696	854	2634	7727	689	3857	6402	783	2225	6673	883	2664
Total	20261	2585	6092	21896	2656	7391	24488	2584	9301	26027	2789	9280	31965	3174	12777

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

As IES privadas amapaenses, em especial as com fins lucrativos, foram responsáveis pelos números mais significativos de alunos matriculados, ingressantes e concluintes no período. Entre elas destacam-se a Faculdade de Macapá e a Faculdade Seama, com respectivamente 15 e 10 cursos ofertados em 2014. As IES públicas federais ofertantes no período foram a Universidade Federal do Amapá (UFAP) e o Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), a primeira com 46 e a segunda com 5 cursos em 2014.

Na tabela 07 e gráfico 06 podem-se ver respectivamente as médias de alunos matriculados, concluintes e ingressos por curso superior do Estado e as médias do período por categoria administrativa.

Tabela 07. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Amapá por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	158	26	34	155	17	30	139	12	32	173	19	36	148	18	44
Pública Estadual	149	0	72	163	11	49	197	17	70	196	16	45	216	5	52
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	175	25	53	203	24	75	209	29	81	251	26	118	330	28	158
Privada SFL	160	17	55	163	24	75	221	20	110	237	29	82	247	33	99

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Percebe-se que assim como no Estado do Acre, as IFES do Amapá tiveram menos alunos matriculados por curso do que as instituições privadas com fins lucrativos. Na média dos cinco anos, como se vê no gráfico abaixo, a quantidade de alunos matriculados por curso na categoria privada com fins lucrativos é 51% maior

que nas IFES, e a quantidade de concluintes 42% maior. Entretanto, a média de estudantes concluintes corresponde nas IES privadas com fins lucrativos, a 27,8% da média de ingressantes, enquanto que nas IFES essa mesma relação é de 54,2%.

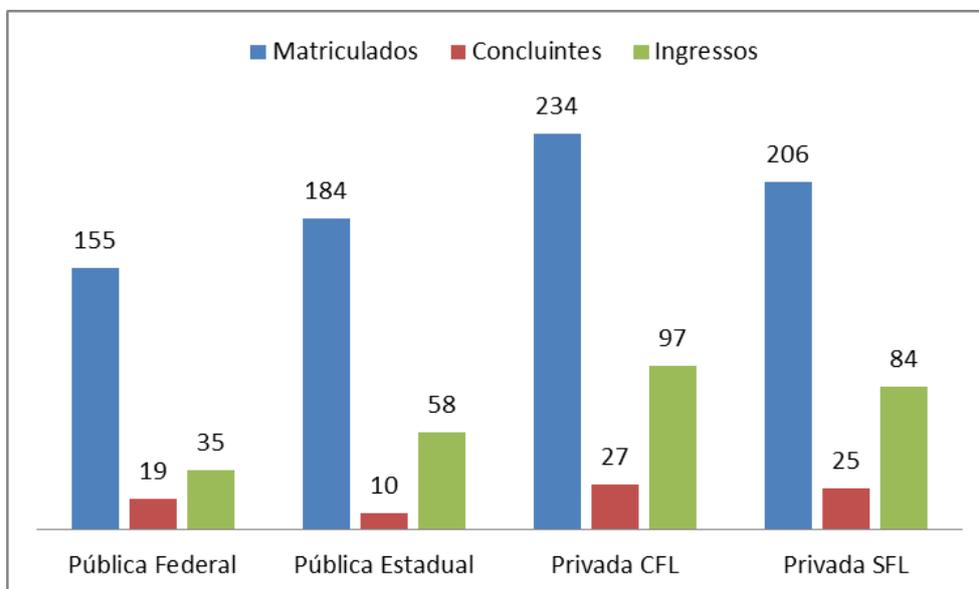


Gráfico 06. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Amapá, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 08 e o gráfico 07 apresentam em dois formatos os percentuais de evasão anual e média dos quatro anos (2011 a 2014) calculados para as IES do Amapá.

Tabela 08. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Amapá, 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	-1,65	14,36	13,61	4,66	7,75
Pública Estadual	16,78	16,54	16,23	8,58	14,53
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	15,28	28,37	16,69	20,15	20,12
Privada SFL	40,46	20,07	40,65	28,65	32,46
Total Estado	17,94	21,07	23,54	17,43	19,99

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Novamente as IES públicas federais apresentaram menores indicadores de evasão, tanto anuais quanto na média do período. Observa-se também que a

evasão para essa categoria no ano de 2011 mostrou-se negativa, o que pode indicar o retorno maciço de estudantes considerados vinculados² aos cursos à sala de aula, possíveis inconsistências das informações prestadas pelas IES ou ainda outros fatores os quais ficaram de fora do escopo dessa pesquisa.

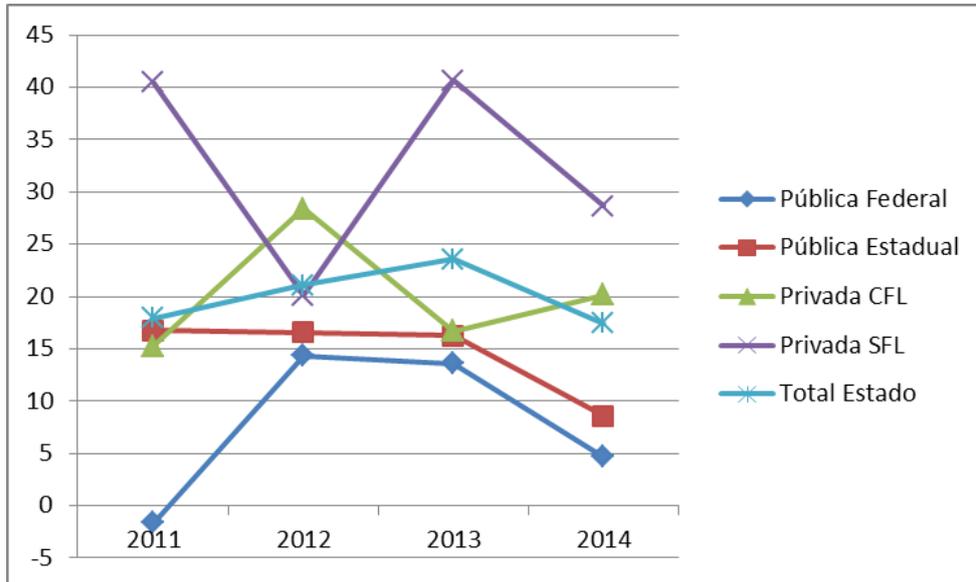


Gráfico 07. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Amapá, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

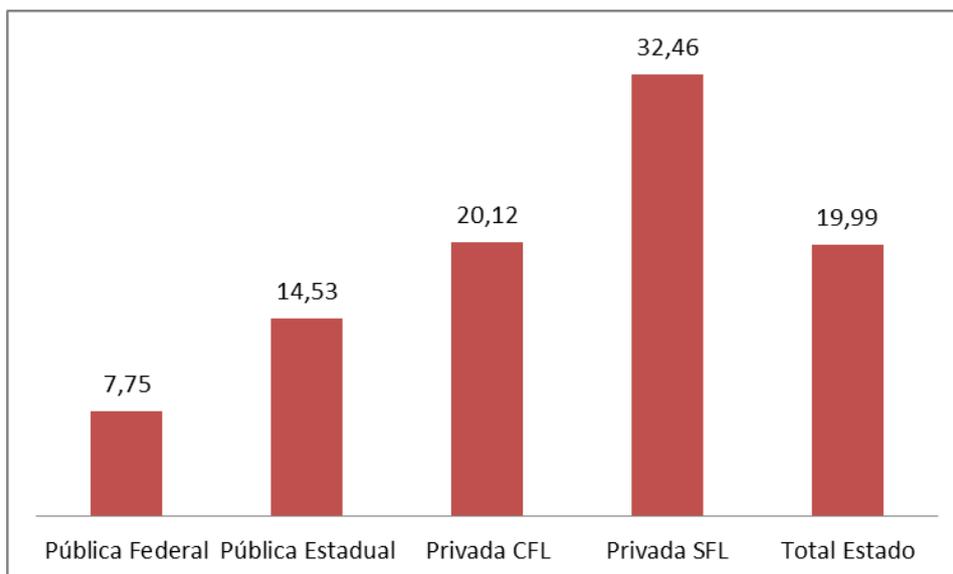


Gráfico 08. Evasão média nas IES do Estado do Amapá, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

² A partir de 2009 o Inep desconsidera parte das contagens relativas, como por exemplo, as transferências de curso dentro da mesma IES, bem como as Rematrículas e Reaberturas de Matrículas como novos ingressantes. (LOBO e FILHO, 2015).

Na média dos quatro anos, a categoria privada sem fins lucrativos apresentou o maior índice de evasão, 32,46%, bem acima da média estadual, que ficou praticamente em 20%. Também vale ressaltar o desempenho da Universidade do Estado do Amapá, única da categoria pública estadual a apresentar informações ao CES no período 2010-2014, com índice de 14,53% de evasão.

5.3. DADOS DO ESTADO DO AMAZONAS

No Estado do Amazonas também houve um expressivo aumento na oferta de cursos superiores. Foram declarados pelas IES amazonenses em 2010 um total de 623 cursos, número que subiu para 733 em 2014, aumento de 17,6%. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi a IES que apresentou o maior acréscimo na oferta de cursos superiores, de 271 em 2010 para 340 cursos em 2014, um aumento de mais de 25%. No percentual de cursos ofertados essa mesma instituição foi responsável pela maioria dos cursos, sendo a média dos quatro anos igual a 45% do total de cursos ofertados no Estado. A tabela 09 e o gráfico 09 apresentam a evolução da quantidade de cursos superiores no Amazonas no período 2010-2014. Não constam no CES informações de IES públicas municipais no Estado do Amazonas no período.

Tabela 09. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Amazonas, de 2010 a 2014.

Categoria Administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	118	19	126	19	128	19	123	19	125	17
Pública Estadual	271	43	294	45	317	46	287	44	340	46
Privada com fins lucrativos	112	18	119	18	124	18	130	20	145	20
Privada sem fins lucrativos	122	20	119	18	118	17	119	18	123	17
Total	623	100	658	100	687	100	659	100	733	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

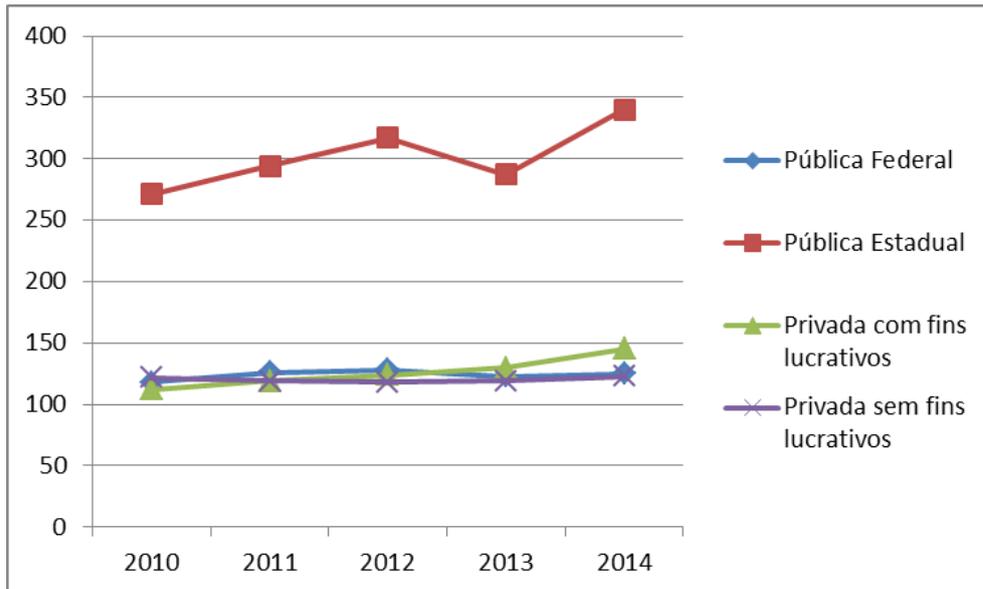


Gráfico 09. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Amazonas, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

As IFES amazonenses, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), tiveram pouco crescimento na oferta de cursos, mantendo-a estável, numa média de 18,6% do total de cursos ofertados a cada ano. A tabela 10 mostra o quantitativo de alunos matriculados, concluintes e ingressantes nas IES do Estado do Amazonas no período 2010-2014.

Tabela 10. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Amazonas por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	22628	2233	6193	25591	2066	6143	27714	2028	5765	34647	2504	6238	31117	2556	6500
Pública Estadual	21730	2045	4501	22603	1991	4319	23156	4031	6642	18831	1707	3590	20528	4583	6004
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	45657	5785	19008	51814	7103	23488	53390	7497	23161	55695	7598	20575	62552	7266	21063
Privada SFL	21484	4201	10078	22771	5727	10085	25424	6509	12179	28056	8088	15068	26241	3043	14975
Total	111499	14264	39780	122779	16887	44035	129684	20065	47747	137229	19897	45471	140438	17448	48542

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A quantidade de alunos matriculados no Estado do Amazonas em 2014 foi 26% maior em relação a 2010. No mesmo período a quantidade de estudantes formandos e ingressantes aumentou em 22% cada. A tabela 11 e o gráfico 10 abaixo apresentam os valores médios de alunos nos cursos superiores do Amazonas de 2010 a 2014. Assim como em outros Estados da região norte, as

escolas privadas com fins lucrativos mantiveram maior média de alunos matriculados por curso em todos os anos pesquisados e na média do período.

Tabela 11. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Amazonas por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	192	19	52	203	16	49	217	16	45	282	20	51	249	20	52
Pública Estadual	80	8	17	77	7	15	73	13	21	66	6	13	60	13	18
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	408	52	170	435	60	197	431	60	187	428	58	142	431	50	145
Privada SFL	176	34	83	191	48	85	215	55	103	236	68	127	213	25	122

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

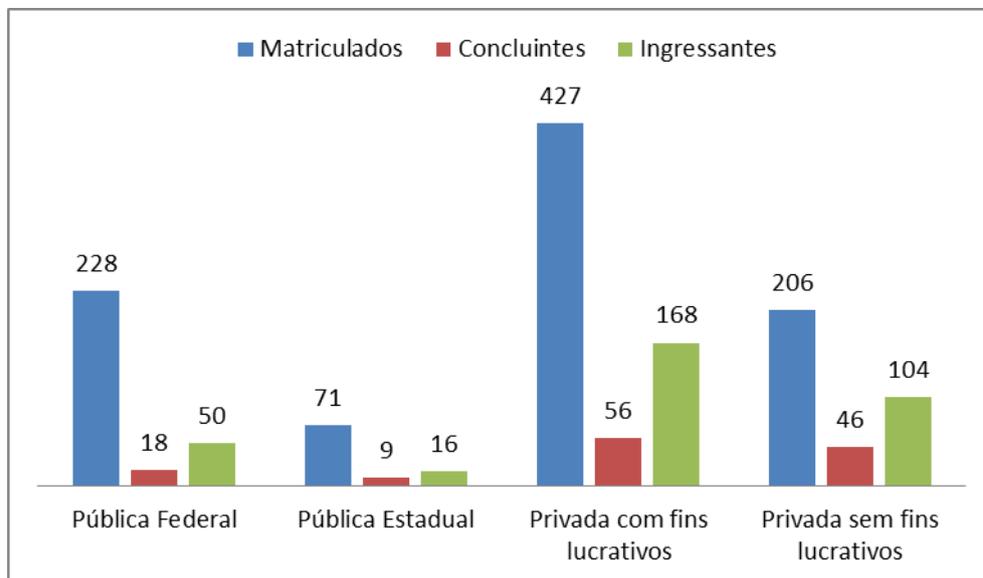


Gráfico 10. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Amazonas, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 12 e os gráficos 11 e 12 apresentam os dados sobre a evasão dos cursos superiores no Amazonas. Verifica-se uma evasão negativa para as IFES, no ano de 2013, o que pode novamente significar inconsistência nas informações prestadas pelas instituições, ou ainda outros fatores, como já mencionado anteriormente. Houve em 2013 um aumento expressivo na quantidade de estudantes matriculados nas IFES, o que não ocorreu na mesma proporção com os concluintes de 2012 e ingressos de 2013. Dada a forma de cálculo da evasão, esse fator, digno de maior investigação, pode inclusive ter resultado uma evasão maior em 2014 (23,41%).

Tabela 12. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Amazonas, 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	4,64	6,70	-10,60	23,41	6,04
Pública Estadual	7,12	19,88	20,31	15,18	15,62
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada com fins lucrativos	28,96	32,39	23,47	13,74	24,64
Privada sem fins lucrativos	26,60	22,29	31,33	43,58	30,95
Total Estado	19,02	22,62	16,29	21,68	19,90

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

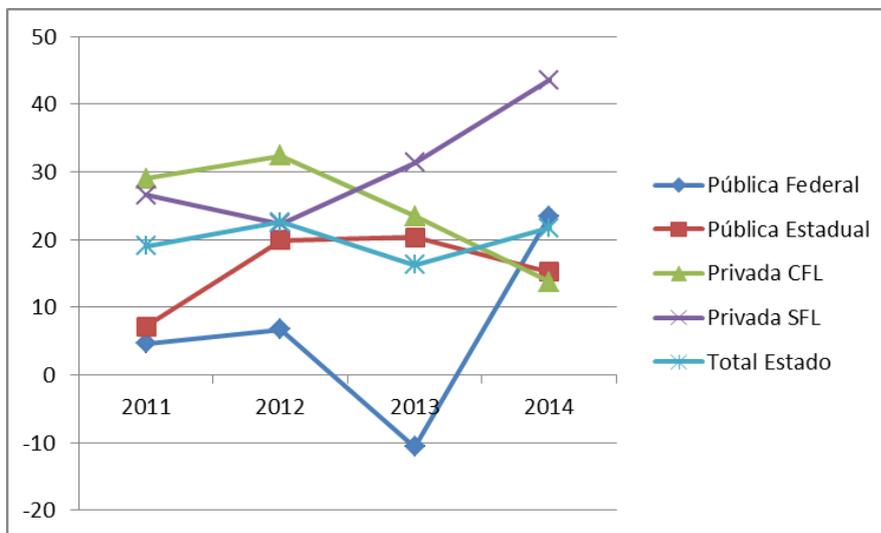


Gráfico 11. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Amazonas, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

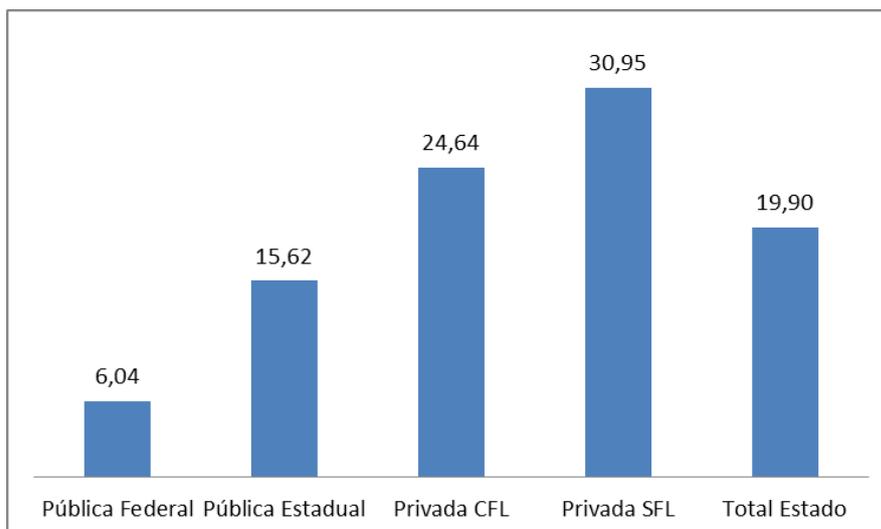


Gráfico 12. Evasão média nas IES do Estado do Amazonas, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na média calculada dos quatro anos, as IFES possuem menor evasão, seguidas da Universidade Estadual do Amazonas, única da categoria. As privadas sem fins lucrativos obtiveram pior desempenho, com índice de evasão bem acima da média estadual de 19,9%.

5.4. DADOS DO ESTADO DO PARÁ

As Instituições de Ensino Superior do Estado do Pará apresentaram ao CES/Inep no período de 2010 a 2014 os seguintes dados, mostrados na tabela 13, relativos à quantidade de cursos por categoria administrativa. Existem cinco IFES no Estado do Pará, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Juntas elas foram responsáveis pelo maior número de cursos ofertados nos cinco anos pesquisados, chegando a ofertar 45% destes nos anos de 2013 e 2014. Além das federais, existe também no Estado a Universidade Estadual do Pará (UEPA). Não constam dados de IES públicas municipais no Estado do Pará.

Tabela 13. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Pará, de 2010 a 2014.

Categoria Administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	263	43	276	42	335	43	347	45	340	45
Pública Estadual	87	14	103	16	131	17	127	17	108	14
Privada com fins lucrativos	181	29	185	28	205	27	191	25	209	28
Privada sem fins lucrativos	86	14	100	15	100	13	100	13	103	14
Total	617	100	664	100	771	100	765	100	760	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

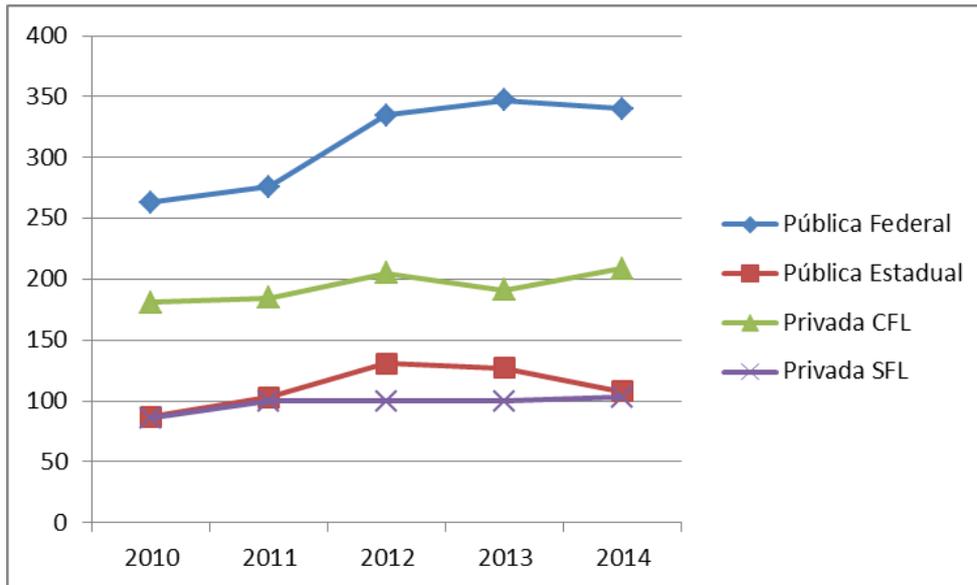


Gráfico 13. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Pará, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 13 apresenta a evolução do número de cursos superiores por categoria administrativa no Estado do Pará. A oferta de cursos superiores no Estado cresceu significativamente no período. Em 2010 eram 617 cursos, em 2014 o número registrado foi 760, sendo que em 2013 chegou ao total de 765 cursos oferecidos pelas IES paraenses. Se comparados apenas o primeiro e o último ano o aumento foi de 23%.

Tabela 14. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado do Pará por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	37698	5904	8154	41019	4231	10316	53414	4570	13688	57060	5783	12093	55406	7766	14436
Pública Estadual	12440	294	4850	15081	1341	3427	10089	904	3426	12515	1025	4189	14407	3274	2865
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	36561	5098	8676	37618	7336	10460	37745	5118	14944	39417	4661	14995	46689	5242	17495
Privada SFL	14665	2183	4313	16452	2023	6116	18270	2942	7589	16425	3049	6995	18086	2686	7541
Total	101364	13479	25993	110170	14931	30319	119518	13534	39647	125417	14518	38272	134588	18968	42337

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na tabela 14 podem ser vistos os números de estudantes matriculados, ingressos e concluintes nos cursos superiores paraenses no período pesquisado. Em 2014 o quantitativo de vagas ocupadas no ensino superior foi 33% maior que 2010. O número de estudantes matriculados em cursos de IES públicas cresceu

39% no mesmo período. Já as IES particulares, juntas aumentaram em 26% a quantidade de seus matriculados.

Tabela 15. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Pará por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	143	22	31	149	15	37	159	14	41	164	17	35	163	23	42
Pública Estadual	143	3	56	146	13	33	77	7	26	99	8	33	133	30	27
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	202	28	48	203	40	57	184	25	73	206	24	79	223	25	84
Privada SFL	171	25	50	165	20	61	183	29	76	164	30	70	176	26	73

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

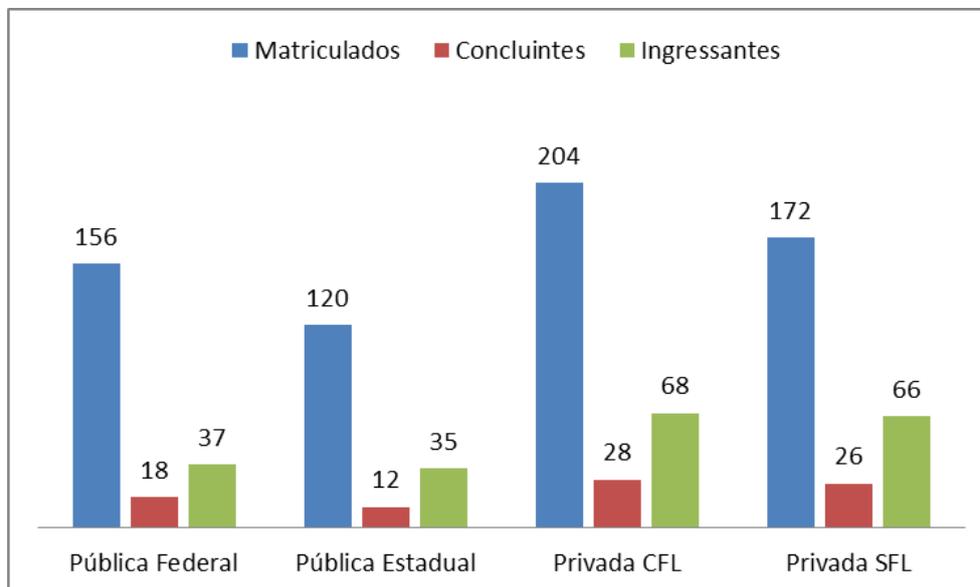


Gráfico 14. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Pará, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 15 e o gráfico 14 apresentam respectivamente as médias de estudantes matriculados, concluintes e ingressos por curso e a média do período 2010-2014. As maiores médias foram das IES privadas com fins lucrativos, e assim como para o Estado do Amapá, a relação entre as médias de estudantes matriculados e concluintes foi melhor para as instituições públicas federais na comparação. A média de concluintes das IES com fins lucrativos corresponde a 41,1% da média de ingressos enquanto essa mesma relação é de 48,6% para as IFES paraenses.

Tabela 16. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Pará, 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	3,43	-7,99	7,94	20,10	5,87
Pública Estadual	4,05	51,51	9,35	-0,45	16,11
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	13,68	24,70	25,15	16,00	19,88
Privada SFL	17,19	25,98	38,48	21,16	25,70
Total	9,14	16,14	17,78	16,82	14,97

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 16 mostra os números da evasão no Estado do Pará. Novamente levantou-se um índice negativo para as IFES, nesse caso em 2012. Na média dos quatro anos as federais apresentaram um índice muito abaixo das demais, de 5,9%. Porém se desconsiderarmos o resultado do ano de 2012, essa média sobe para 10,5%. A Universidade Estadual do Pará também apresentou índice negativo no ano de 2014, mas um índice muito alto em 2012. Na média ficou em segundo lugar. Os piores resultados foram das IES privadas, em especial as sem fins lucrativos, repetindo um padrão já identificado em outros Estados da Região Norte.

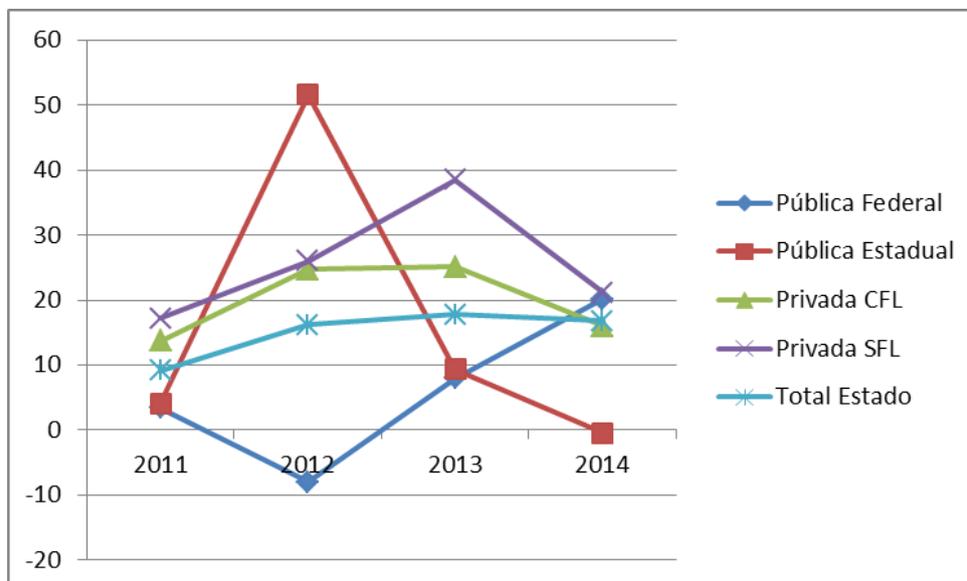


Gráfico 15. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Pará, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

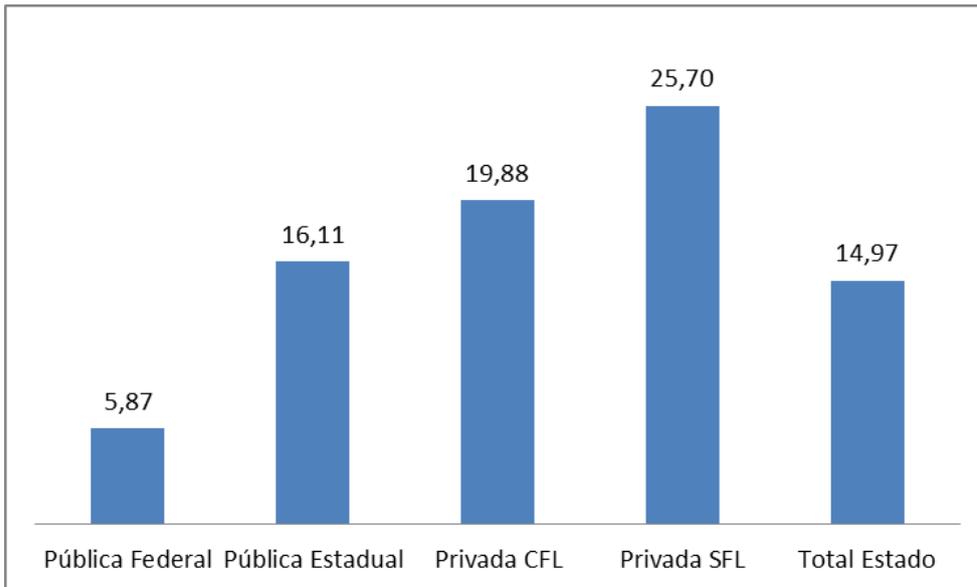


Gráfico 16. Evasão média nas IES do Estado do Pará, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os gráficos 15 e 16 apresentam respectivamente a evolução da evasão no período 2011-2014 e a média dos quatro anos para as IES o Estado do Pará. Nota-se uma evasão total no Estado de 14,97%. Menor que a dos demais Estados cujos dados já foram aqui apresentados.

5.5. DADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Os cursos superiores do Estado de Rondônia estiveram distribuídos conforme a tabela 17, no período de 2010 a 2014. Não houve registro de IES públicas estaduais ou municipais no CES/Inep deste interstício.

Tabela 17. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado de Rondônia, de 2010 a 2014.

Categoria administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	58	24	61	23	64	24	65	23	67	24
Privada com fins lucrativos	77	32	85	33	87	32	88	32	93	33
Privada sem fins lucrativos	108	44	114	44	117	44	124	45	124	44
Total	243	100	260	100	268	100	277	100	284	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os cursos das IES privadas sem fins lucrativos representaram a maior parcela entre as categorias administrativas. Em 2014 estas somavam 20 instituições, destacando-se pela quantidade de cursos oferecidos as Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA) e o Centro Universitário Luterano de Ji-paraná (CEULJI/ULBRA), com respectivamente 22 e 19 cursos superiores ofertados no ano.

As IFES rondonienses, a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), juntos tiveram uma média de 23,6% de participação anual na oferta de cursos superiores no período pesquisado, bem menor que as IES privadas, com participação média anual de 38,3%.

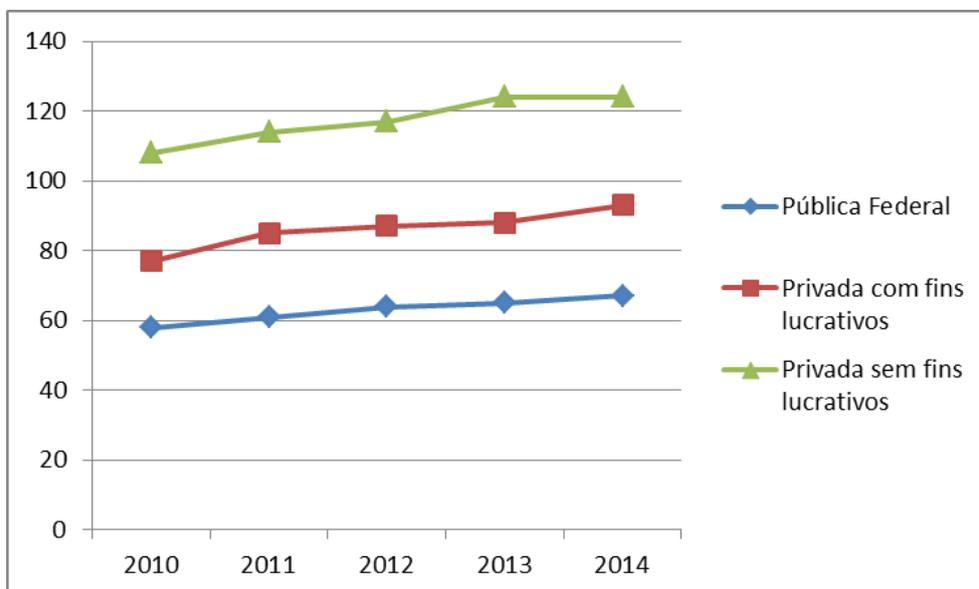


Gráfico 17. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa de Rondônia, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 17 acima mostra a evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa do Estado de Rondônia, de 2010 a 2014. As IES privadas com fins lucrativos aumentaram em 20,8% a oferta de seus cursos no período pesquisado. Eram 77 cursos em 2010, número que cresceu gradativamente ao longo dos anos e chegou a 93 em 2014. A oferta de cursos superiores das IFES aumentou 15,5% e no total estadual, cresceu 16,9% no mesmo período.

Tabela 18. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado de Rondônia por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	7381	767	2650	8724	790	2526	8449	771	2479	9337	823	2753	9997	1094	2869
Pública Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	15013	1658	3725	15220	2511	4369	15332	2192	6073	16452	2216	6020	17697	2412	6402
Privada SFL	17740	2717	5923	18984	3409	7391	18652	2652	6961	19801	2541	6256	20797	2603	6429
Total	40134	5142	12298	42928	6710	14286	42433	5615	15513	45590	5580	15029	48491	6109	15700

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na tabela 18, que apresenta os dados sobre os estudantes matriculados, concluintes e ingressos anualmente nos cursos superiores rondonienses, pode-se observar um grande acréscimo no número de vagas ofertadas pelas IES, sendo que em 2010 haviam 40134 alunos matriculados e em 2014 eram 48491, aumento de 20,8%. As escolas privadas sem fins lucrativos foram responsáveis pelos números mais expressivos, como por exemplo, a quantidade de formandos de 2011. Esse quantitativo foi 4,3 vezes maior que o número de concluintes das IFES de Rondônia no mesmo ano.

Tabela 19. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado de Rondônia por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	127	13	46	143	13	41	132	12	39	144	13	42	149	16	43
Pública Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	195	22	48	179	30	51	176	25	70	187	25	68	190	26	69
Privada SFL	164	25	55	167	30	65	159	23	59	160	20	50	168	21	52

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

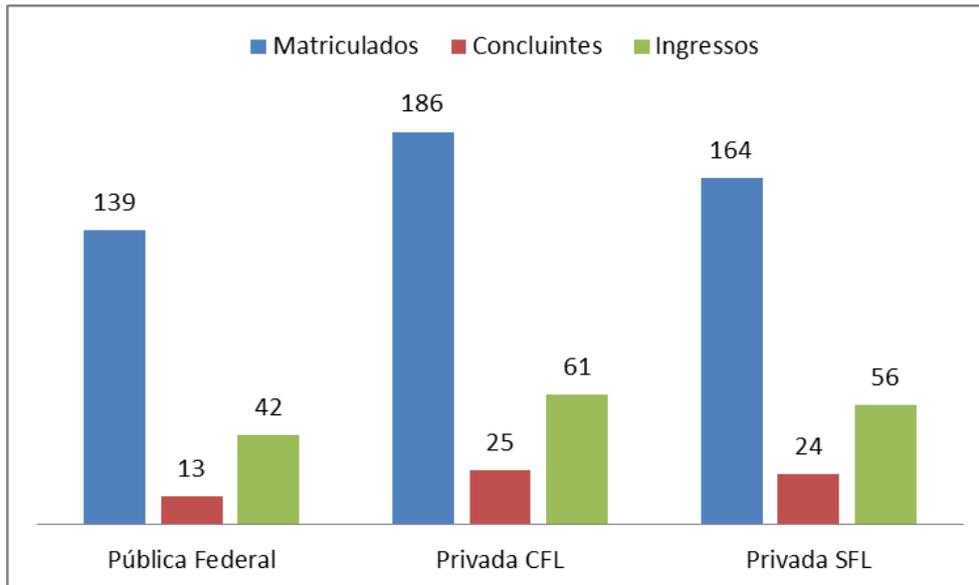


Gráfico 18. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES de Rondônia, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 19 apresenta as médias anuais de estudantes matriculados, concluintes e ingressos de 2010 a 2014. A maior média de alunos matriculados por curso foi das IES privadas com fins lucrativos, 195 alunos por curso em 2010. O gráfico 18 mostra as médias dos cinco anos. As IFES rondonienses apresentaram uma relação da média de concluintes pela média de ingressantes de 30,1%, enquanto que nas privadas com fins lucrativos a média de concluintes corresponde a 40,1% do número de ingressos. A melhor relação concluintes/ingressos foi das privadas sem fins lucrativos, de 42,8%.

Tabela 20. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado de Rondônia, 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	6,29	24,75	14,25	16,28	15,39
Pública Estadual	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	18,75	27,15	20,61	20,66	21,79
Privada SFL	22,83	24,94	15,34	16,76	19,97
Total Estado	18,15	25,67	16,99	18,04	19,71

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 20 acima apresenta os números da evasão nos cursos superiores do Estado de Rondônia. As IFES rondonienses apresentaram a menor taxa de evasão média nos quatro anos, de 15,4%. Os maiores índices apresentados foram das IES privadas com fins lucrativos, no ano de 2012 (27,15%) e na média do período (21,79%).

Os gráficos 19 e 20 mostram respectivamente a evolução dos índices de evasão nos cursos superiores de Rondônia e a evasão média de 2011 a 2014.

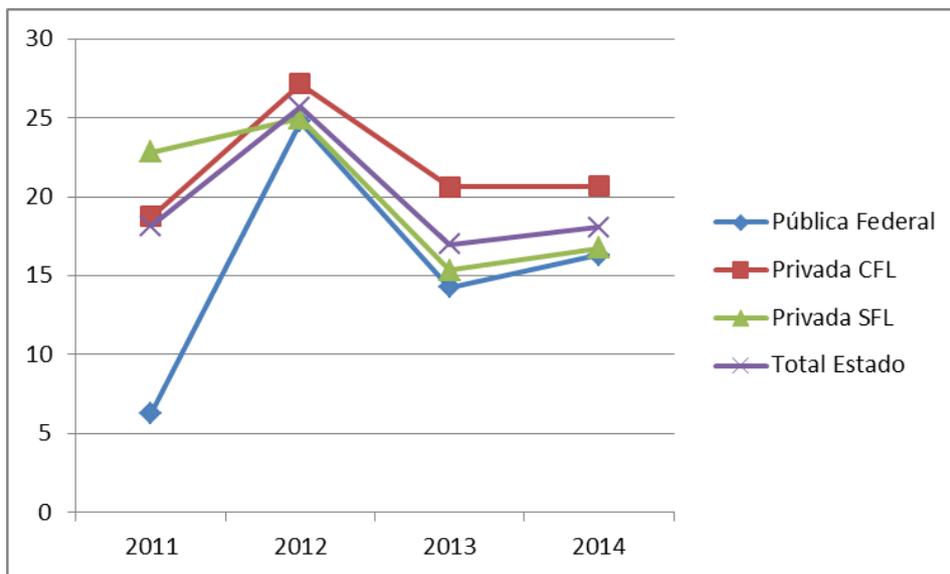


Gráfico 19. Evolução da evasão anual nas IES do Estado de Rondônia, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

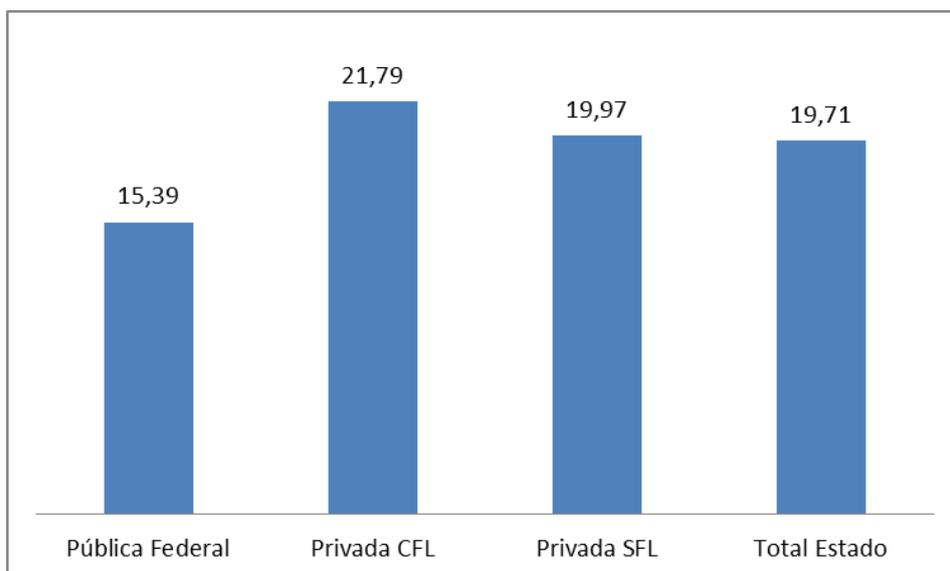


Gráfico 20. Evasão média nas IES do Estado de Rondônia, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

5.6. DADOS DO ESTADO DE RORAIMA

Diferentemente do caso de Rondônia, no Estado de Roraima as IES públicas federais foram responsáveis pela maior parcela da oferta de cursos superiores, sendo em 2013 e 2014 responsáveis por 50% dos cursos. As IFES de Roraima participantes do CES/Inep no período pesquisado foram a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Dentre as particulares destacaram-se as privadas com fins lucrativos, a Faculdade Estácio de Sá e a Faculdade Cathedral, com oferta de 18 e 12 cursos respectivamente em 2014.

Tabela 21. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado de Roraima, de 2010 a 2014.

Categoria administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	42	43	44	44	50	47	57	50	58	50
Pública Estadual	22	22	22	22	22	21	22	19	22	19
Privada com fins lucrativos	32	33	32	32	34	32	34	30	35	30
Privada sem fins lucrativos	2	2	2	2	0	0	2	2	2	2
Total	98	100	100	100	106	100	115	100	117	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

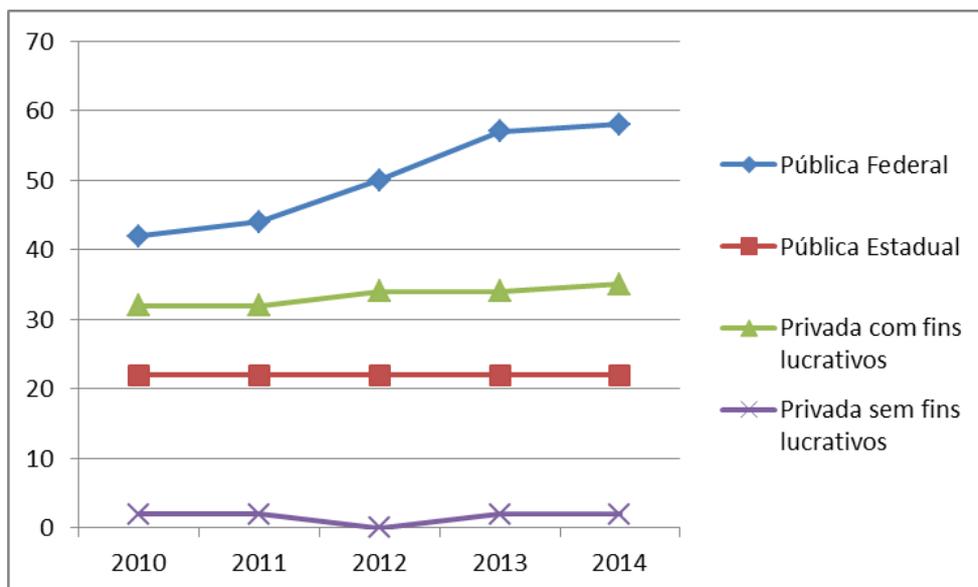


Gráfico 21. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa de Roraima, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 21 apresenta os dados quantitativos referentes à participação das IES na oferta de cursos superiores no Estado de Roraima por categorias administrativas. O gráfico 21 mostra a evolução desses números no período pesquisado. Apenas uma IES na categoria privada sem fins lucrativos de Roraima apresentou informações ao CES/Inep no período de 2010 a 2014. A Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN) informou a oferta de dois cursos em todos os anos pesquisados, exceto em 2012, ano em que não ofertou cursos ou não informou ao CES/Inep.

Tabela 22. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores do Estado de Roraima por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	6562	450	1611	6976	781	1682	6799	444	1784	6628	694	1739	6933	570	1965
Pública Estadual	3420	64	18	4509	992	1055	5162	594	1867	4381	395	542	4186	168	299
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	8550	1272	1510	10889	1657	4004	9763	1835	1996	8980	1294	2494	8967	1659	4346
Privada SFL	448	122	237	353	56	100	0	0	0	486	98	255	506	133	199
Total	18980	1908	3376	22727	3486	6841	21724	2873	5647	20475	2481	5030	20592	2530	6809

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O total de estudantes matriculados na educação superior no Estado aumentou no período pesquisado, como mostra a tabela 22, porém numa proporção menor que em outros Estados da região norte. Embora em 2011 as informações prestadas pelas IES de Roraima tenham somado um total de 22727 estudantes matriculados, em 2014 eram 20592. Se comparados os anos inicial e final da pesquisa, o acréscimo no número de matriculados é de apenas 8,5%.

Observa-se que o número de ingressos nas IES privadas com fins lucrativos aumentou consideravelmente nos anos de 2011 e 2014. O mesmo ocorre com a Universidade Estadual de Roraima, única da categoria pública estadual, com relação ao número de concluintes no ano de 2011. Esse número é 15,5 vezes maior que a quantidade de formandos do ano anterior. Somente uma investigação mais aprofundada da conjuntura dos cursos pode trazer à luz os prováveis fatores responsáveis por esses números, e embora esse não seja o objetivo deste trabalho, faz-se importante lembrar essa possibilidade e instigá-la.

Tabela 23. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado de Roraima por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	156	11	38	159	18	38	136	9	36	116	12	31	120	10	34
Pública Estadual	155	3	1	205	45	48	235	27	85	199	18	25	190	8	14
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	267	40	47	340	52	125	287	54	59	264	38	73	256	47	124
Privada SFL	224	61	119	177	28	50	0	0	0	243	49	128	253	67	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

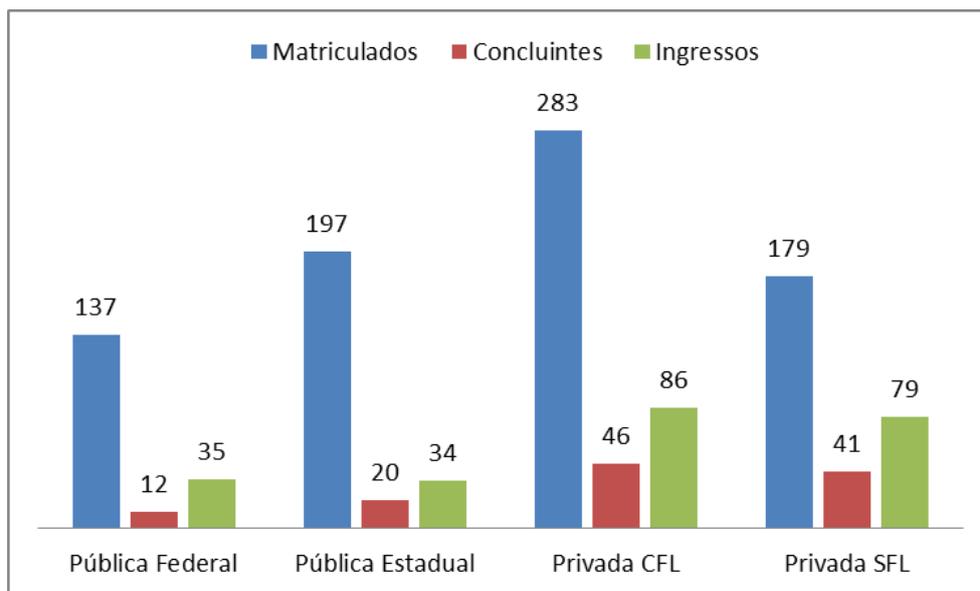


Gráfico 22. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES de Roraima, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 23 e o gráfico 22 trazem os dados correspondentes aos valores médios de estudantes matriculados, concluintes e ingressos por curso superior roraimense de 2010 a 2014. A relação entre a média de estudantes matriculados e concluintes parece novamente interessante, pois para uma análise menos aprofundada ela pode indicar uma medida comparativa de desempenho. O número médio de concluintes no período pesquisado corresponde a 58,8% dos ingressantes para a universidade pública estadual. Na sequência essa relação é de 53,5% para as IES privadas com fins lucrativos, 51,9% para as IES sem fins lucrativos e apenas 34,3% para as instituições públicas federais do Estado.

Tabela 24. Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado de Roraima, 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	13,38	19,05	23,07	16,28	17,94
Pública Estadual	-2,92	6,31	15,96	2,48	5,46
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	5,40	15,87	18,19	39,88	19,83
Privada SFL	22,39			20,88	21,63
Total	6,95	16,44	18,07	23,40	16,22

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A evasão anual e média do período é mostrada na tabela 24. Nos gráficos 23 e 24 apresentam-se respectivamente os dados da evolução e índices médios de evasão. A melhor taxa de evasão foi calculada para a Universidade estadual de Roraima, embora exista um índice negativo em 2011, o que poderia significar inconsistências das informações prestadas ao CES/Inep. De fato, esse índice ficou bem abaixo dos demais e também puxou para baixo a evasão média estadual do período. A taxa de evasão anual mais alta pertence à categoria privada com fins lucrativos em 2014, quase 40%.

Devido à ausência de dados para a categoria privada sem fins lucrativos no ano de 2012, não foi possível calcular a evasão anual de 2012 e 2013. Para essa categoria foi calculado o índice de evasão médio no período considerando apenas os anos de 2011 e 2014.

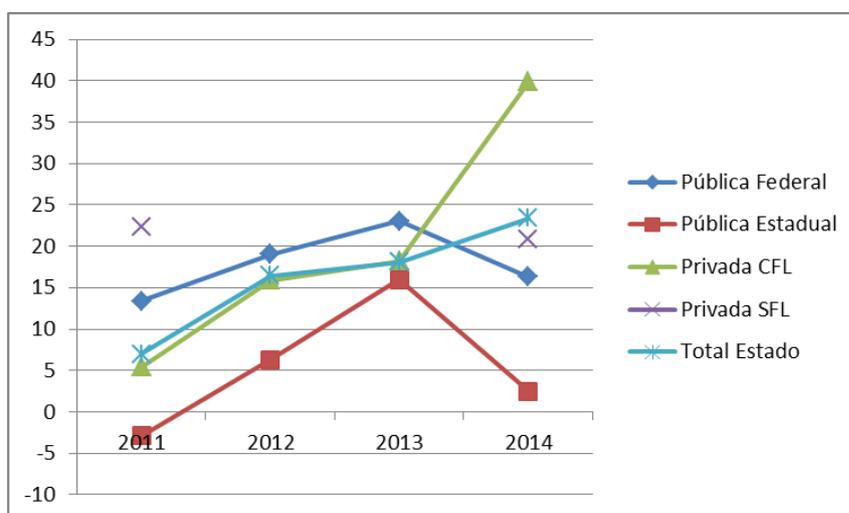


Gráfico 23. Evolução da evasão anual nas IES do Estado de Roraima, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

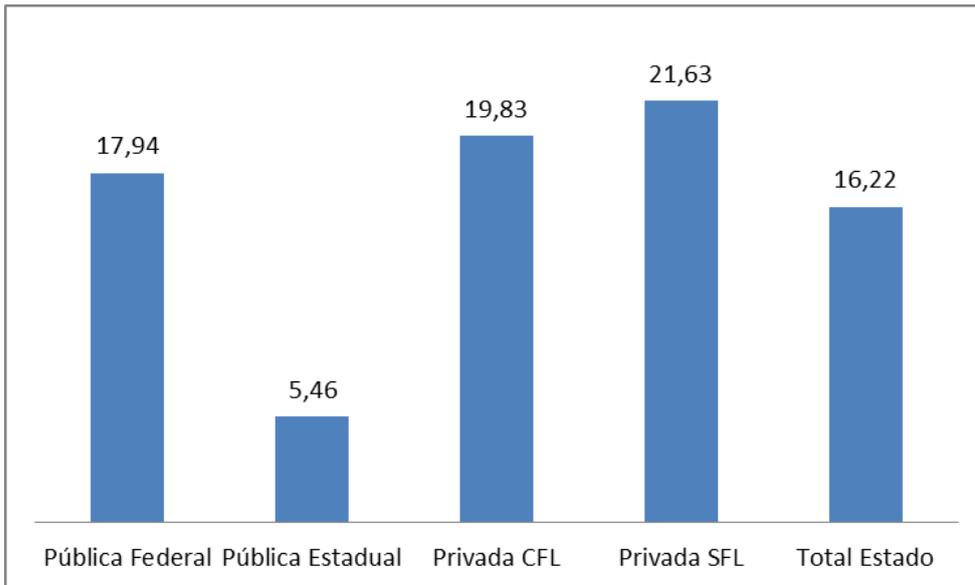


Gráfico 24. Evasão média nas IES do Estado de Roraima, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

No gráfico 23 pode-se verificar o aumento gradativo da evasão na categoria privada com fins lucrativos e evasão total do Estado de Roraima. Essa última passou de pouco menos de 7% em 2010 para 23,4% em 2014, um aumento de 334%. Apesar disso a evasão média estadual de 16,22% ficou abaixo de outros Estados da região norte.

5.7. DADOS DO ESTADO DO TOCANTINS

Pretende-se após a extração das informações sobre os cursos e cálculo dos índices de evasão a partir dos microdados do CES/Inep, proceder a uma análise comparativa dos dados da região norte com foco na avaliação das IFES tocantinenses. Para isso apresentam-se os resultados para o Estado do Tocantins com maior detalhamento, acrescentando-se mais informações. Uma melhor contextualização permitirá não somente analisar de forma mais detalhada a situação das IES do Estado, atingindo os objetivos propostos, como também subsidiar estudos posteriores.

Tabela 25. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa no Estado do Tocantins, de 2010 a 2014.

Categoria Administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	69	35	70	33	72	33	78	36	82	35
Pública Estadual	3	2	4	2	4	2	4	2	13	6
Pública Municipal	40	20	41	19	44	20	28	13	26	11
Privada CFL	40	20	40	19	40	18	40	19	48	20
Privada SFL	47	24	58	27	59	27	64	30	66	28
Total	199	100	213	100	219	100	214	100	235	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

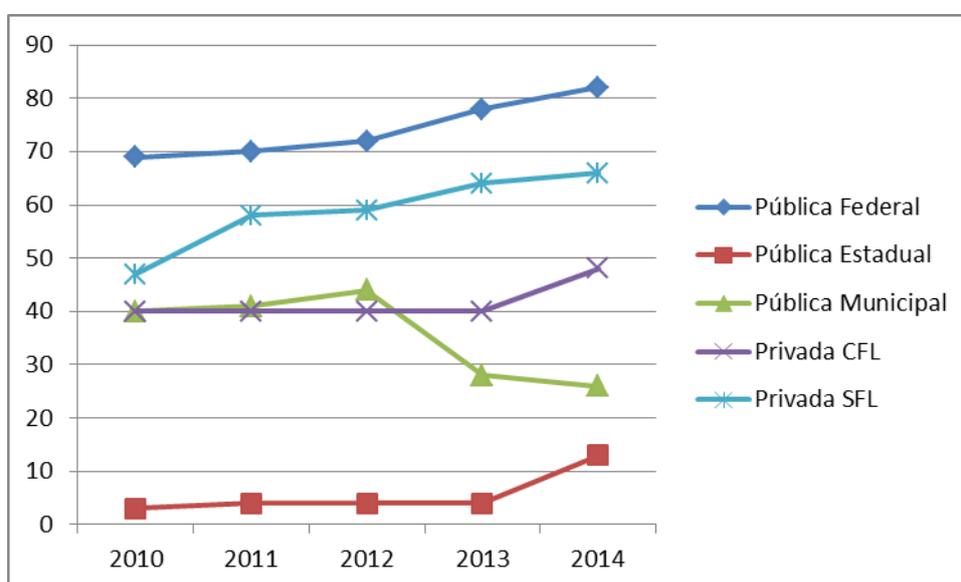


Gráfico 25. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa no Tocantins, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 25 e o gráfico logo abaixo dela apresentam os dados coletados sobre a participação das categorias administrativas na oferta de cursos no período de 2010 a 2014. Observa-se que do total de cursos ofertados em todo o período, uma grande parcela (34,4%) é ofertada pelas IFES, sendo 69 cursos em 2010 e 82 em 2014, um aumento de quase 19% na oferta ao longo do período. Nesse período, as IES privadas juntas tiveram sua oferta aumentada em 31%. No total do Estado do Tocantins, a oferta também aumentou significativamente, de 199 cursos em 2010 para 235 em 2014, aumento de 18%.

Para o Tocantins apresentam-se dados adicionais, mostrados na tabela 26 abaixo, com a finalidade de contextualizar o cenário da educação superior no Estado ao final do período pesquisado, em 2014.

Tabela 26. Categorias administrativas e quantitativo de cursos ofertados por IES no Estado do Tocantins em 2014.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Nº CURSOS 2014
PÚBLICA FEDERAL	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT	60
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO	22
PÚBLICA ESTADUAL	UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS	13
PÚBLICA MUNICIPAL	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	17
	FACULDADE ANTONIO PROPICIO AGUIAR FRANCO	2
	FACULDADE INTEGRADA DE ENSINO SUPERIOR DE COLINAS	7
PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PARAÍSO TOCANTINS	1
	FACULDADE DE CIÊNCIAS DO TOCANTINS - FACIT	2
	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, ECONÔMICAS E DA SAÚDE DE ARAGUAÍNA	12
	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE PARAÍSO DO TOCANTINS	1
	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PALMAS	1
	FACULDADE GUARAÍ	9
	FACULDADE ITOP	10
	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - ITPAC	5
	FACULDADE SÃO MARCOS	4
FACULDADE SERRA DO CARMO	3	
PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS - CEULP/ULBRA	25
	FACULDADE CATÓLICA DO TOCANTINS	11
	FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE	2
	FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS PARAÍSO DO TOCANTINS	4
	FACULDADE DE PALMAS - FAPAL	4
	FACULDADE DO BICO DO PAPAGAIO	4
	FACULDADE INTEGRADA DE ARAGUATINS	2
	FACULDADE DESENVOLVIMENTO SUDESTE TOCANTINENSE	5
INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA OBJETIVO - IEPO	9	

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Nota-se a Universidade Federal do Tocantins (UFT) como a maior ofertante de cursos superiores no ano, seguida da privada com fins lucrativos Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Também são evidenciados no Estado o Centro Universitário Unirg, público municipal, e a Universidade do Tocantins (UNITINS), pública estadual.

A tabela 27 mostra o quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes, no total e agrupados por categoria administrativa, de 2010 a 2014, no Estado do Tocantins.

Tabela 27. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores no Estado do Tocantins por categoria administrativa.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	12664	933	4999	14288	939	4127	16949	973	4432	18210	1327	4003	18893	2190	4075
Pública Estadual	120	0	120	243	0	131	382	0	161	385	0	144	1324	0	1033
Pública Municipal	7863	1057	3746	8113	1071	2066	7920	1598	2037	5936	1195	1470	5565	803	1524
Privada CFL	8479	1118	2229	8896	1505	2253	8482	1003	2278	9871	1423	2961	10606	1594	3413
Privada SFL	9872	1160	2771	11372	1475	5409	11380	1141	4431	12848	1635	4763	13174	1322	4912
Total	38998	4268	13865	42912	4990	13986	45113	4715	13339	47250	5580	13341	49562	5909	14957

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Pode-se observar um crescimento de 27% no número de estudantes matriculados no período, se comparados os anos inicial e final da pesquisa. Na esfera pública federal esse aumento foi bem mais significativo, de 49%. Nas IES privadas somadas esse mesmo índice foi de 30%. Por outro lado, houve diminuição gradativa no número de matriculados nas públicas municipais a partir de 2011.

Uma situação incomum é a das IES públicas estaduais. Não graduaram nenhum estudante no período. Essa informação também pode ser verificada na tabela 28, mais abaixo. É importante dizer que informações como essa fogem ao padrão e por isso são peculiares, devendo ser analisadas com cautela, pois podem representar situações muito particulares de cada Estado, categoria ou IES, e que merecem uma investigação mais adequada.

De acordo com o CES/Inep há apenas uma IES pública estadual declarante no período de 2010 a 2014, a UNITINS. Em 2009 os noticiários publicaram que os integrantes do Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiram por unanimidade manter a decisão do Ministério da Educação de descredenciar a Universidade Estadual do Tocantins para oferta de cursos de graduação à distância (MEC, 2009). A partir de então a UNITINS passou por dificuldades de vários aspectos, a ponto de ser publicado no final de 2011 no relatório de gestão institucional:

Considerando a situação administrativa física e financeira em que a Gestão Atual encontrou a Fundação Universidade do Tocantins em janeiro de 2011 até a presente data de conclusão deste documento e o espaço curto de tempo de atuação da nova gestão, pode-se afirmar que houve avanço significativo e decisório com relação à melhoria funcional e organizacional desta Instituição. (UNITINS, 2011).

De fato, nota-se um aumento na quantidade de cursos e estudantes matriculados pela UNITINS ao longo do período 2010-2014, o que pode demonstrar subjetivamente uma melhora de desempenho da instituição. Para encerrar essa

discussão sobre a UNITINS, uma vez mais se reitera que o objeto desse trabalho é a análise comparativa do desempenho das IFES tocantinenses.

Os valores médios de estudantes matriculados, concluintes e ingressos nas IES do Estado do Tocantins são apresentados na tabela 28. A melhor média anual de estudantes matriculados pertence às IES privadas com fins lucrativos. No ano de 2013 os cursos dessas instituições possuíam em média 247 alunos matriculados. A melhor média de conclusão corresponde a da categoria pública municipal, com 43 estudantes concluintes por curso, também no ano de 2013.

Tabela 28. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior do Estado do Tocantins por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	184	14	72	204	13	59	235	14	62	233	17	51	230	27	50
Pública Estadual	40	0	40	61	0	33	96	0	40	96	0	36	102	0	79
Pública Municipal	197	26	94	198	26	50	180	36	46	212	43	53	214	31	59
Privada CFL	212	28	56	222	38	56	212	25	57	247	36	74	221	33	71
Privada SFL	210	25	59	196	25	93	193	19	75	201	26	74	200	20	74

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

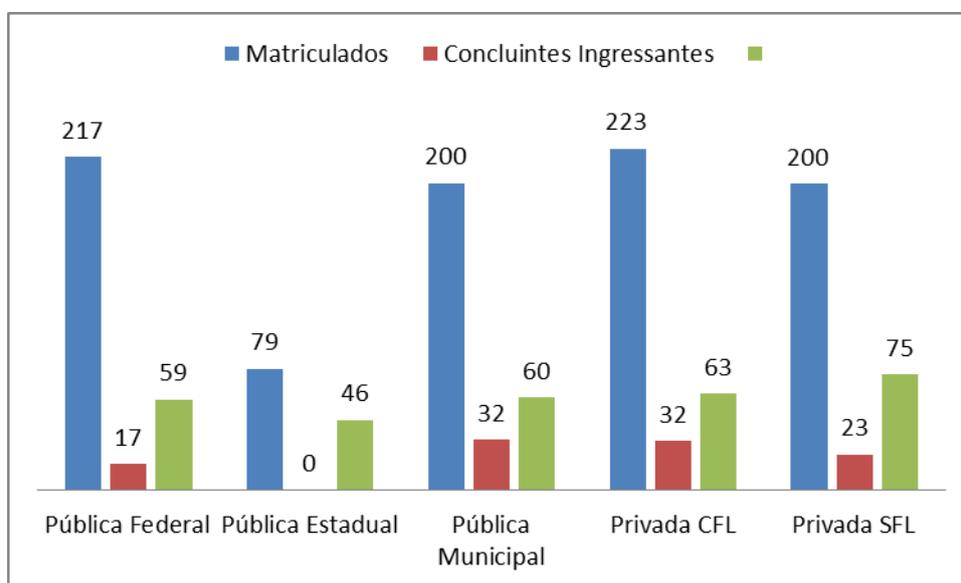


Gráfico 26. Médias de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES do Tocantins, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 26 mostra as médias de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES tocantinenses do período de 2010 a 2014. Novamente se evidencia a relação entre as médias de concluintes e ingressantes. Nas IES públicas municipais

essa relação é de 53,3%, nas IES privadas com fins lucrativos de 50,8% e nas IFES do Estado do Tocantins de 28,8%.

Tabela 29. Evasão anual e média dos cursos superiores no Estado do Tocantins por categoria administrativa 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	13,38	6,23	11,07	12,23	10,73
Pública Estadual	6,67	9,05	36,91	24,42	19,26
Pública Municipal	11,15	16,46	29,36	14,76	17,93
Privada CFL	9,75	16,06	7,61	14,86	12,07
Privada SFL	31,55	29,79	21,04	26,32	27,17
Total	16,71	16,21	16,06	16,95	16,49

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 29 apresenta os índices de evasão anual e médios de 2011 a 2014, por categoria administrativa. Os índices de evasão anual são maiores nas IES privadas sem fins lucrativos, e menores nas IFES tocantinenses. Entretanto, os índices de evasão total na educação superior do Tocantins mantiveram-se estáveis nesse período, sempre na faixa dos 16%.

Os gráficos 27 e 28 apresentam respectivamente a evolução da evasão anual e as médias dos quatro anos no Estado do Tocantins. Graficamente fica fácil observar as variações mais acentuadas ocorridas no ano de 2013, o grande aumento da evasão nas categorias pública estadual e municipal, e o decréscimo acentuado dos índices nas categorias privada com fins lucrativos e pública federal. Sugere-se que essas variações mais significativas possam ser objeto de maiores investigações em outros trabalhos, sobretudo se considerada essa ocorrência simultânea.

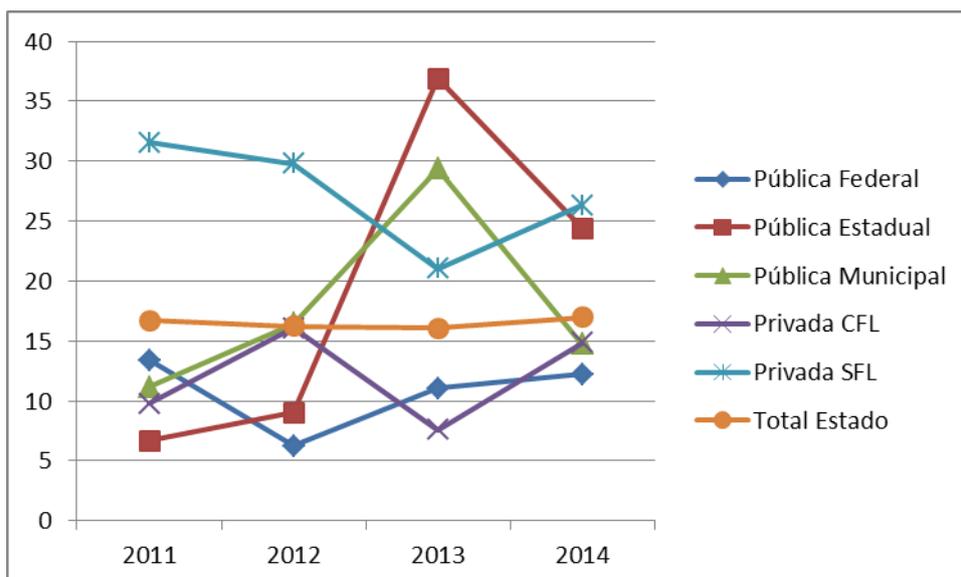


Gráfico 27. Evolução da evasão anual nas IES do Estado do Tocantins, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

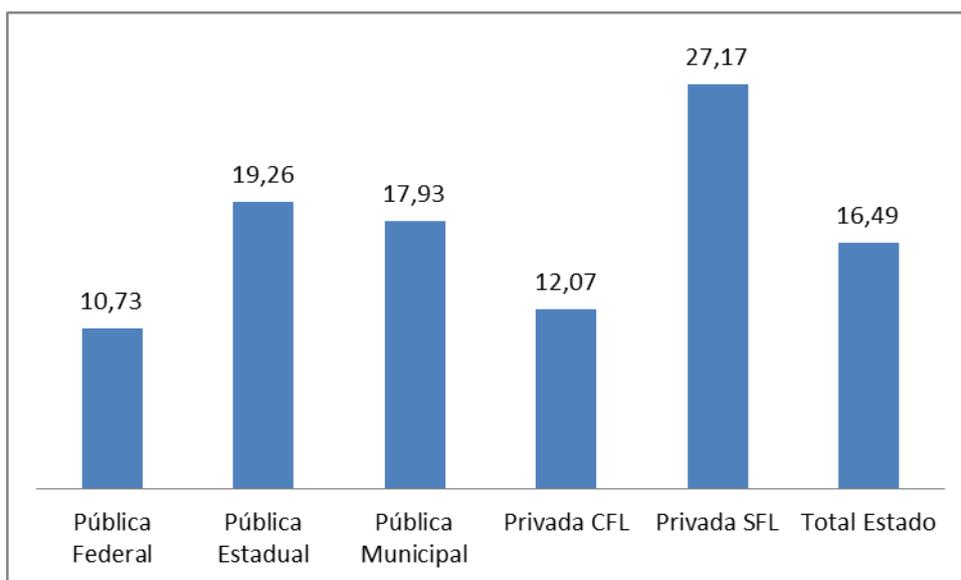


Gráfico 28. Evasão média nas IES do Estado do Tocantins, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

5.8. DADOS DA REGIÃO NORTE EXCLUÍDO O TOCANTINS

Os dados de a Região Norte apresentados a seguir compreendem seis Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Os dados do Estado do Tocantins foram excluídos desse levantamento e também do cálculo da evasão dos cursos da Região Norte por motivo evidente. Pretende-se comparar os

resultados do Tocantins com os resultados dos outros Estados da região. Para isso, além das informações por Unidade Federativa, também se apresentam neste trabalho os dados agrupados da Região Norte, exceto do Estado do Tocantins. É importante lembrar que não consta no CES/Inep, entre 2010 e 2014, registros de IES públicas municipais nos Estados que compõem os dados apresentados a seguir.

Tabela 30. Quantidade e percentual de cursos por categoria administrativa na Região Norte (exceto Tocantins), de 2010 a 2014.

Categoria Administrativa	2010		2011		2012		2013		2014	
	Cursos	%								
Pública Federal	646	34	678	34	739	35	744	35	739	34
Pública Estadual	391	21	431	22	482	23	448	21	482	22
Privada com fins lucrativos	476	25	500	25	529	25	527	25	572	26
Privada sem fins lucrativos	360	19	376	19	376	18	378	18	385	18
Total Região Norte	1873	100	1985	100	2126	100	2097	100	2178	100

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 30 mostra a distribuição dos cursos superiores por categoria administrativa na Região Norte. Em 2010 eram ofertados 1873 cursos pelas IES da região, quantitativo que aumentou ao longo do período, com pequeno decréscimo de 2012 para 2013, chegando a 2178 cursos no ano de 2014. Comparando os anos inicial e final, o acréscimo na oferta de cursos superiores foi de 16,3%. A categoria administrativa responsável pela maior oferta de cursos no período pesquisado foi a pública federal, com média de participação de 34,4%.

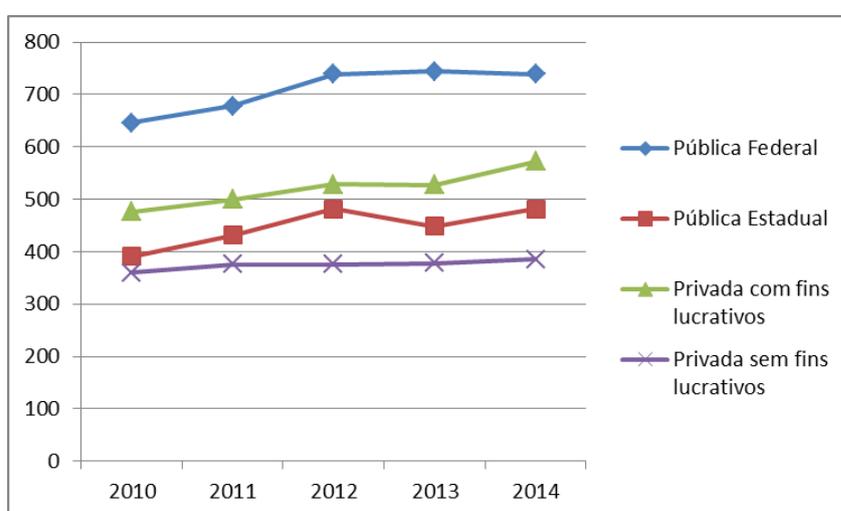


Gráfico 29. Evolução do quantitativo de cursos por categoria administrativa na Região Norte (exceto Tocantins), 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 29 apresenta de forma mais ilustrativa a evolução do quantitativo de cursos ofertados por cada categoria administrativa. Observa-se nitidamente que houve crescimento da oferta em todas as categorias ao longo do período, o que se comprova verificando a pouca variação na participação percentual anual de cada categoria.

Tabela 31. Quantitativo de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores da Região Norte (exceto Tocantins) por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.	Matric.	Conc.	Ing.	Matric.	Conc.	Ing.	Matric.	Conc.	Ing.	Matric.	Conc.	Ing.
Pública Federal	92595	11895	21951	101545	11925	24408	114021	9117	27673	123167	11613	27901	121836	14236	31093
Pública Estadual	39229	2403	10157	44143	4460	9387	40765	5730	12779	38075	3318	8862	41715	8085	9790
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	120945	16212	36903	132362	21411	47639	134292	18905	54343	143378	18131	54282	164982	19102	62434
Privada SFL	60811	10017	22767	64879	12089	26467	70610	12944	30722	71777	14720	31098	72828	9508	31999
Total	313580	40527	91778	342929	49885	107901	359688	46696	125517	376397	47782	122143	401361	50931	135316

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os números de alunos matriculados concluintes e ingressos nas IES da Região Norte são apresentados na tabela 31 acima. No total da região, entre 2010 e 2014, houve aumento de 28% na quantidade de alunos matriculados, 25,6% na quantidade de estudantes concluintes e 47,4% no número de ingressantes no ensino superior. Destaca-se que as IES públicas estaduais tiveram um aumento de 336% no número de concluintes no ano de 2014, em relação a 2010. As IES privadas sem fins lucrativos foram as únicas que apresentaram diminuição do número de concluintes, de 10017 estudantes em 2010 para 9508 em 2014, queda de 5,3%.

Tabela 32. Médias de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes por curso superior da Região Norte (exceto Tocantins) por categoria administrativa, 2010-2014.

Categoria Administrativa	2010			2011			2012			2013			2014		
	Matric.	Conc.	Ing.												
Pública Federal	143	18	34	150	18	36	154	12	37	166	16	38	165	19	42
Pública Estadual	100	6	26	102	10	22	85	12	27	85	7	20	87	17	20
Pública Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada CFL	254	34	78	265	43	95	254	36	103	272	34	103	288	33	109
Privada SFL	169	28	63	173	32	70	188	34	82	190	39	82	189	25	83

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

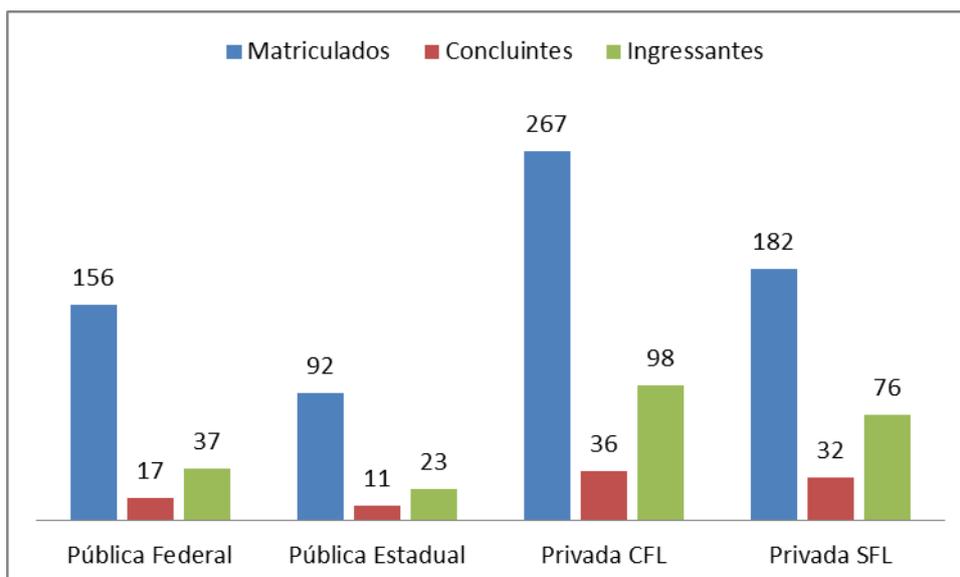


Gráfico 30. Média de matriculados, concluintes e ingressos por curso nas IES da Região Norte (exceto Tocantins), 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Observa-se respectivamente na tabela 32 e gráfico 30, as médias anuais e a média do período 2010-2014 para as variáveis correspondentes aos estudantes matriculados, concluintes e ingressantes por curso das IES da Região Norte, excluído o Tocantins. A relação entre a média de concluintes e ingressos em todo o período é de 47,8% para as IES públicas estaduais, 46,9% para as IFES, 42,1% para a categoria sem fins lucrativos e 36,7% para as IES privadas com fins lucrativos.

Tabela 33. Evasão anual e média dos cursos superiores da Região Norte (exceto Tocantins), 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	4,42	3,65	9,19	18,66	8,98
Pública Estadual	5,62	29,48	16,62	8,15	14,97
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	19,11	27,94	22,79	18,12	21,99
Privada SFL	24,38	24,44	29,46	28,44	26,68
Total Região	13,93	20,09	18,77	19,04	17,96

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 33 e os gráficos 31 e 32 abaixo apresentam os números percentuais da evasão anual e a média dos quatro anos, bem como a evolução

desses percentuais ao longo do período. No capítulo a seguir esses valores serão colocados paralelamente aos resultados tocantinenses, com a finalidade de comparar o desempenho das IFES do Estado.

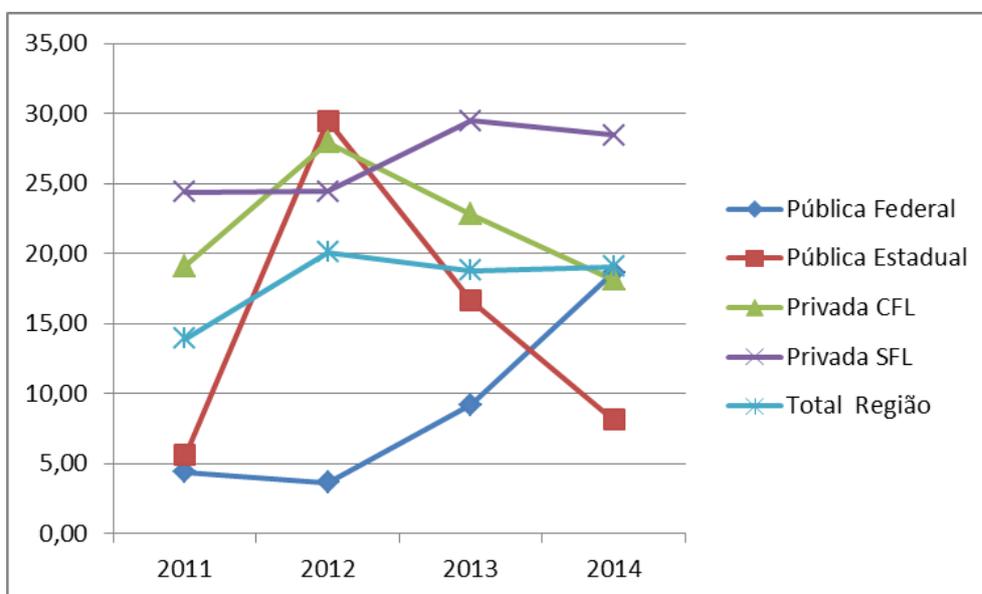


Gráfico 31. Evolução da evasão anual nas IES da Região Norte (exceto Tocantins), 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

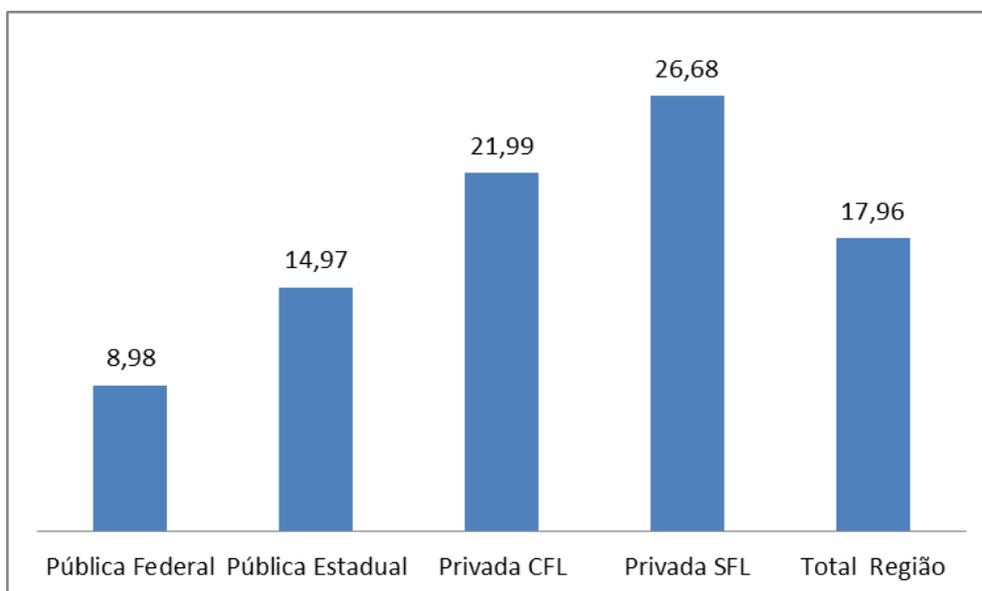


Gráfico 32. Evasão média nas IES da Região Norte, 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

6. COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. COMPARATIVO ENTRE OS RESULTADOS ESTADUAIS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

A seguir apresentam-se os dados sobre evasão nos cursos das Instituições de Ensino Superior dos Estados da Região Norte do Brasil de forma paralela, organizados por categoria administrativa, com a finalidade de comparar os índices e com isso estabelecer a situação regional das IES tocantinenses quanto aos indicadores de evasão.

6.1.1. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Pública Federal

Tabela 34. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES públicas federais na Região Norte 2011-2014.

IES PF	2011	2012	2013	2014	MÉDIA
ACRE	3,47	7,13	48,36	4,52	15,87
AMAPÁ	-1,65	14,36	13,61	4,66	7,75
AMAZONAS	4,64	6,70	-10,60	23,41	6,04
PARÁ	3,43	-7,99	7,94	20,10	5,87
RONDÔNIA	6,29	24,75	14,25	16,28	15,39
RORAIMA	13,38	19,05	23,07	16,28	17,94
TOCANTINS	13,38	6,23	11,07	12,23	10,73

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 34 mostra os índices percentuais de evasão anual nas IES públicas federais dos Estados da Região Norte no período 2011-2014, bem como a evasão percentual média dos quatro anos. Abaixo, o gráfico 33 apresenta os números de forma mais ilustrativa, a fim de facilitar uma comparação visual dos indicadores.

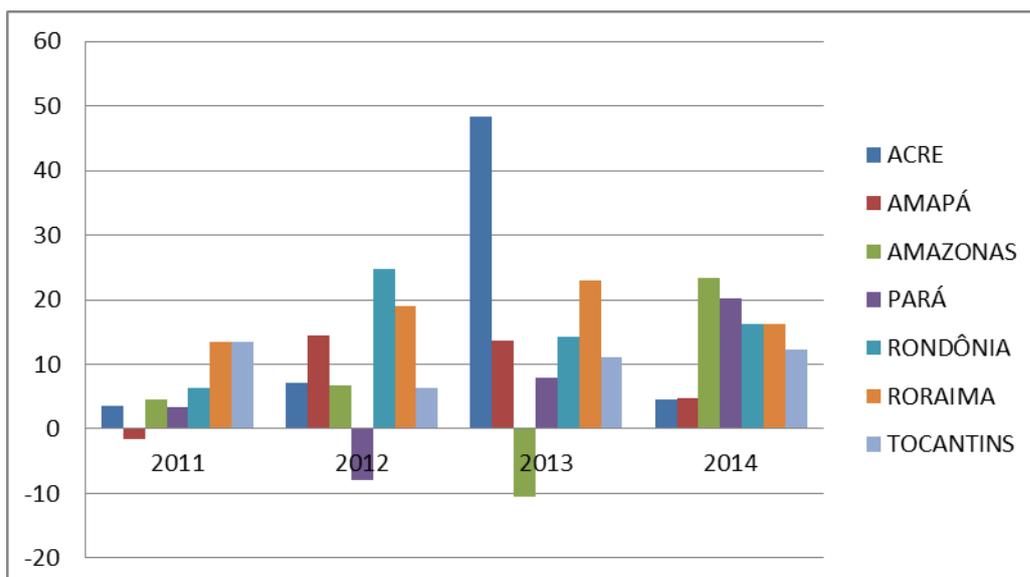


Gráfico 33. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES públicas federais da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Desconsiderando os índices negativos, que sugerem inconsistências no processo de coleta das informações prestadas pelas IES ao CES/Inep ou ainda outros fatores, nos anos de 2011 e 2013 as IES públicas federais do Pará apresentaram os menores índices de evasão. Em 2012 o menor índice foi das IFES tocantinenses, e em 2014 das Instituições Federais de Ensino acreanas. Os maiores percentuais de evasão registrados no período foram nos cursos das IES federais de Rondônia em 2012 (24,75%) e do Acre em 2013 (48,36%).

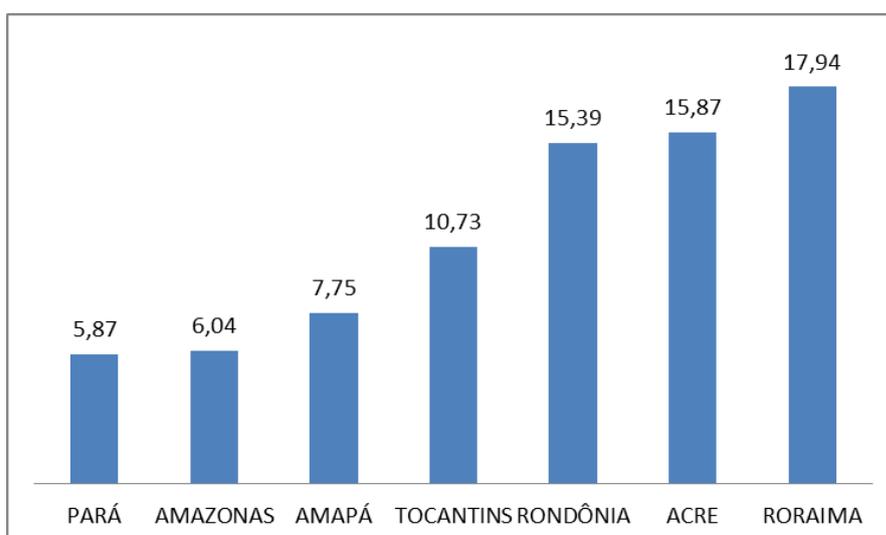


Gráfico 34. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES públicas federais da Região Norte.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 34 apresenta as médias dos quatro anos (2011-2014) da evasão nas IES públicas federais da Região Norte. Nota-se grande diferença entre o menor índice, de 5,87% nas escolas do Pará, para o maior índice, de 17,94% em Roraima. O Estado do Tocantins aparece exatamente no meio do gráfico, com uma evasão média de 10,73% nos cursos superiores das Instituições Federais de Ensino Superior. O menor índice correspondente ao Pará pode ter relação com o fato de existir no Estado maior número de Instituições Federais, cinco no total, considerando uma tendência à menor evasão nessas instituições.

6.1.2. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Pública Estadual

A seguir apresentam-se os índices percentuais de evasão estudantil calculados para as IES da categoria administrativa pública estadual dos Estados da Região Norte. Reitera-se que não foram encontrados no CES/Inep dados referentes a essa categoria administrativa para os cursos superiores dos Estados do Acre e Rondônia.

Tabela 35. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES públicas estaduais na Região Norte 2011-2014.

IES PE	2011	2012	2013	2014	MÉDIA
AMAPÁ	16,78	16,54	16,23	8,58	14,53
AMAZONAS	7,12	19,88	20,31	15,18	15,62
PARÁ	4,05	51,51	9,35	-0,45	16,11
RORAIMA	-2,92	6,31	15,96	2,48	5,46
TOCANTINS	6,67	9,05	36,91	24,42	19,26

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os índices percentuais anuais de evasão e a média da evasão do período 2011- 2014 para as IES públicas estaduais são apresentados na tabela 35. Os gráficos 35 e 36 também mostram esses números.

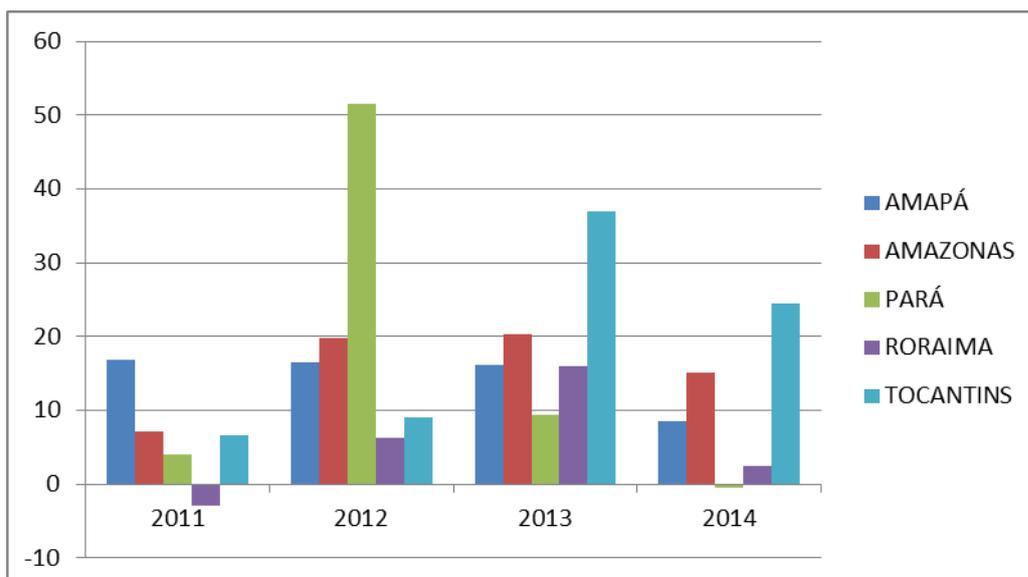


Gráfico 35. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES públicas estaduais da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Ainda desconsiderando os índices negativos, as IES públicas estaduais que apresentaram menor evasão anual em seus cursos foram as do Pará em 2011 (4,05%) e 2013 (9,5%) e Roraima em 2012 e 2014 (6,31% e 2,48% respectivamente). Na Região Norte, os maiores índices de evasão das IES estaduais correspondem ao Estado do Pará em 2012 (51,5%), Tocantins em 2013 e 2014 (36,9% e 24,4% respectivamente) e Amapá em 2011 (16,8%).

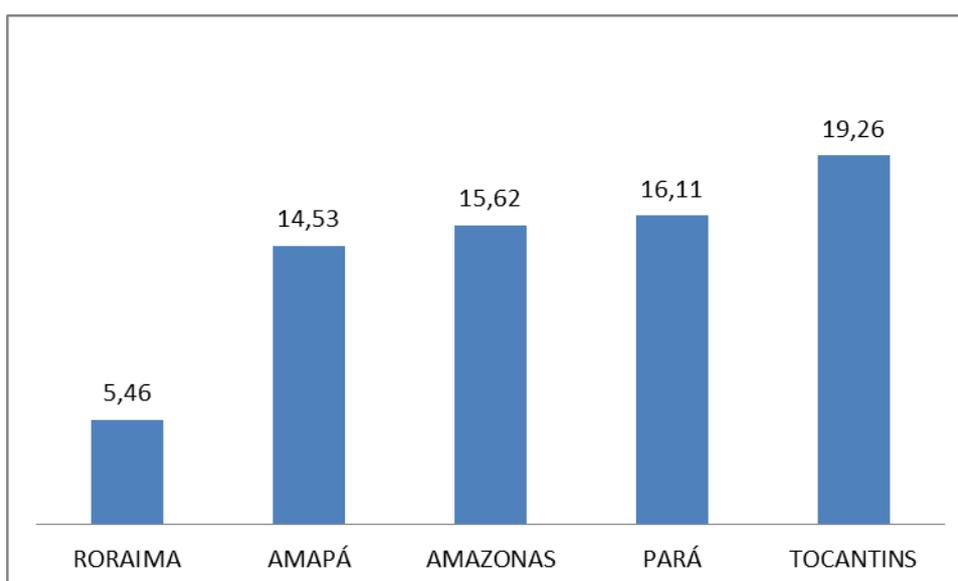


Gráfico 36. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES públicas estaduais da Região Norte.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Assim como ocorreu com as IES públicas federais, as públicas estaduais também apresentaram grande diferença nos índices de evasão média no período pesquisado, sendo o menor índice pertencente ao Estado de Roraima (5,46%) e o maior ao Estado do Tocantins (19,26%). É importante lembrar que a Universidade do Tocantins (UNITINS), única representante da categoria no Estado, foi descredenciada pelo MEC em 2009 e não teve sequer um aluno concluinte nos cinco anos seguintes.

6.1.3. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Pública Municipal

Na região Norte, apenas o Estado do Tocantins registrou informações de Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa pública municipal. O gráfico 37 apresenta os índices percentuais de evasão anual nas IES do Estado no período de referência. A evasão média dos quatros anos foi de 17,93%.

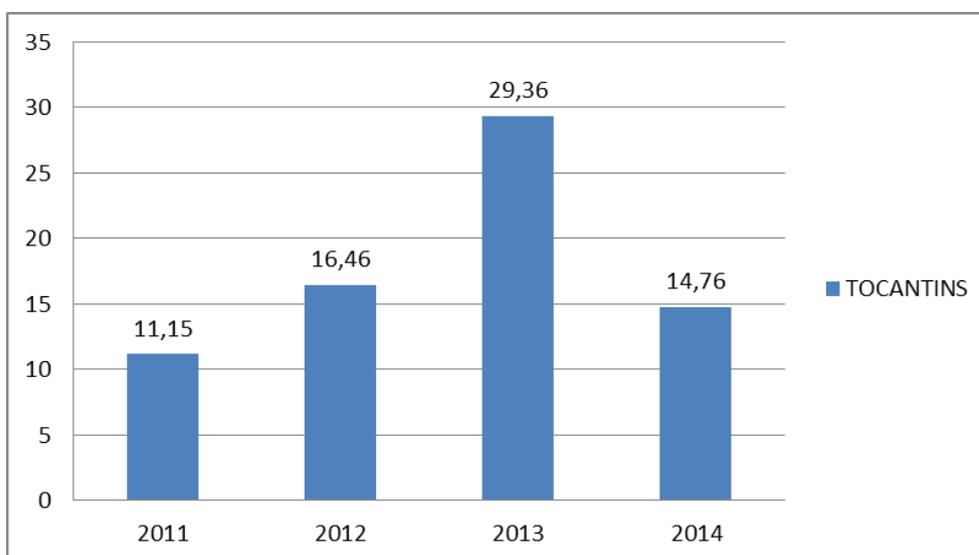


Gráfico 37. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES públicas municipais da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

6.1.4. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Privada com Fins Lucrativos

A tabela e o gráfico a seguir apresentam os índices percentuais de evasão estudantil, calculados para os cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa privada com fins lucrativos dos Estados da Região Norte no período de 2011 a 2014.

Tabela 36. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES privadas com fins lucrativos na Região Norte 2011-2014.

IES PCFL	2011	2012	2013	2014	MÉDIA
ACRE	5,28	30,46	22,68	23,91	20,58
AMAPÁ	15,28	28,37	16,69	20,15	20,12
AMAZONAS	28,96	32,39	23,47	13,74	24,64
PARÁ	13,68	24,70	25,15	16,00	19,88
RONDÔNIA	18,75	27,15	20,61	20,66	21,79
RORAIMA	5,40	15,87	18,19	39,88	19,83
TOCANTINS	9,75	16,06	7,61	14,86	12,07

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

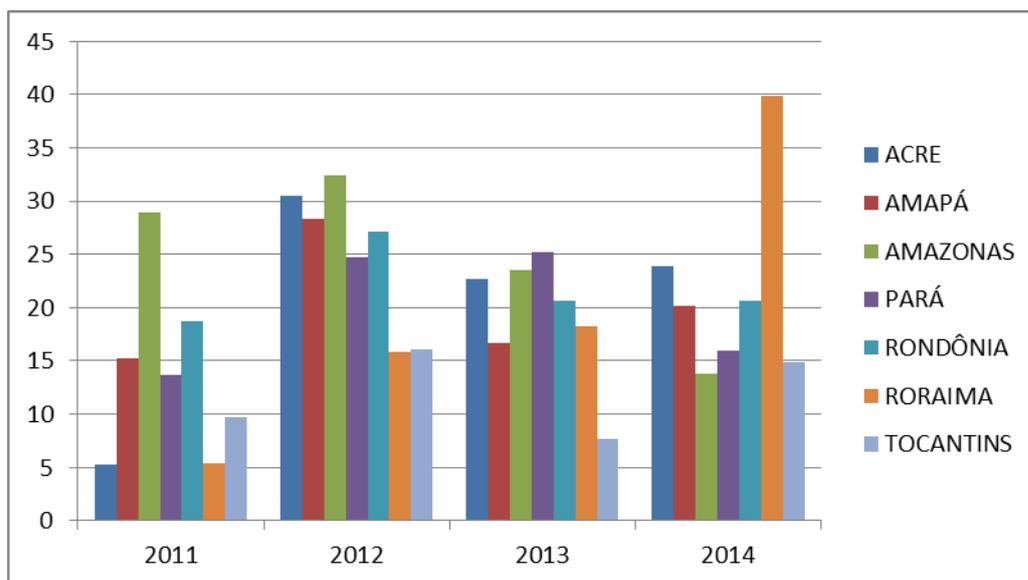


Gráfico 38. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES privadas com fins lucrativos da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os menores indicadores correspondem aos Estados do Acre (5,28%) e Roraima (5,4%), ambos em 2011. Em 2012, 2013 e 2014 os menores índices de evasão apresentados foram respectivamente dos cursos das IES de Roraima (15,87%), Tocantins (7,61%) e Amazonas (13,64%). Os maiores índices calculados foram dos Estados do Amazonas em 2011 e 2012 (28,96% e 32,39%

respectivamente), Pará em 2013 (25,15%) e Roraima em 2014 (39,88%). Nota-se para esse último Estado um aumento gradativo e significativo da evasão nos cursos das IES privadas com fins lucrativos ao longo do período pesquisado.

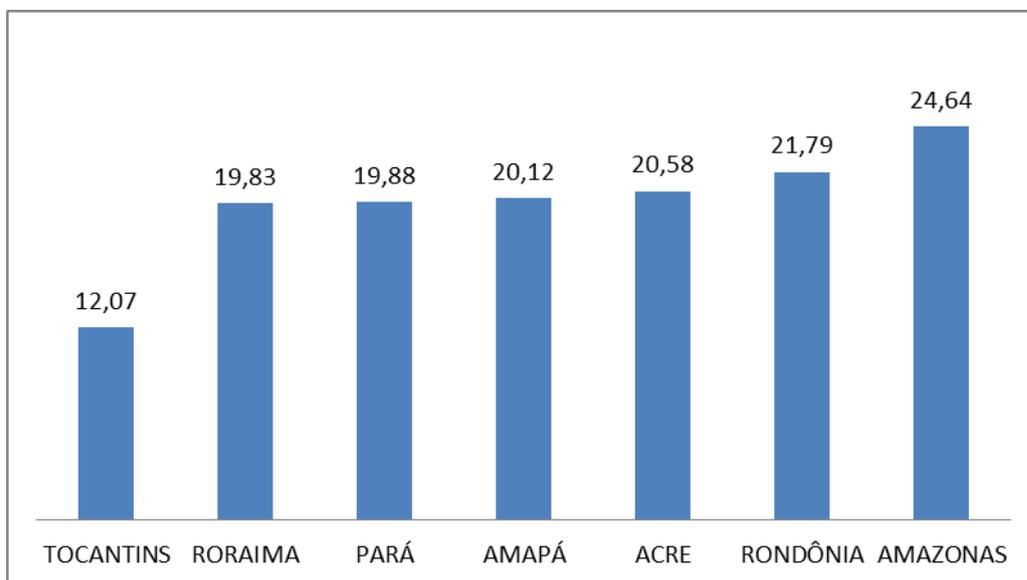


Gráfico 39. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES privadas com fins lucrativos da Região Norte.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os valores médios de evasão nas IES privadas com fins lucrativos da Região Norte no período 2011-2014 são mostrados no gráfico 39. Para as IES privadas com fins lucrativos a proporção entre o maior e menor índice diminuiu em relação às outras categorias já apresentadas. O maior índice é do Estado do Amazonas, 24,64% de evasão estudantil nos quatro anos. O Estado do Tocantins apresentou o menor índice nessa categoria, 12,07%.

O índice bem abaixo da média dos demais Estados suscita uma maior investigação da evasão nas IES privadas com fins lucrativos do Tocantins. Sabe-se que a renda dos estudantes é um importante fator motivador da evasão nessa categoria administrativa (NERI *et al*, 2009). Segundo o IBGE (2015), o Tocantins apresentou dentre os demais Estados da região, a segunda maior renda per capita em 2014, somente atrás de Roraima, Estado em que a categoria privada com fins lucrativos aparece em segundo lugar na evasão média do período.

6.1.5. Cursos das Instituições de Ensino Superior da categoria administrativa Privada sem Fins Lucrativos.

A tabela 37 e os gráficos 40 e 41 apresentam os índices percentuais de evasão anual nas IES privadas sem fins lucrativos dos Estados da Região Norte no período 2011-2014, bem como a evasão percentual média dos quatro anos. Observa-se que no ano de 2012 não foram encontradas no CES/Inep informações sobre essa categoria administrativa para o Estado de Roraima, o que impossibilitou o cálculo da evasão para esse Estado nos anos de 2012 e 2013. Sendo assim a evasão média para Roraima corresponde à média dos índices de 2011 e 2014.

Tabela 37. Índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES privadas sem fins lucrativos na Região Norte 2011-2014.

IES PSFL	2011	2012	2013	2014	MÉDIA
ACRE	10,24	33,50	20,00	25,11	22,21
AMAPÁ	40,46	20,07	40,65	28,65	32,46
AMAZONAS	26,60	22,29	31,33	43,58	30,95
PARÁ	17,19	25,98	38,48	21,16	25,70
RONDÔNIA	22,83	24,94	15,34	16,76	19,97
RORAIMA	22,39	-	-	20,88	21,63
TOCANTINS	31,55	29,79	21,04	26,32	27,17

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Em 2011 e 2013 o Estado do Amapá apresentou maiores índices de evasão para essa categoria administrativa, sendo 40,46% e 40,65% respectivamente. Ainda em 2013 o Estado do Pará também apresentou índice elevado, de 38,48%. No ano de 2012 o maior índice corresponde ao Acre (33,5%) e em 2014 ao Amazonas (43,58%).

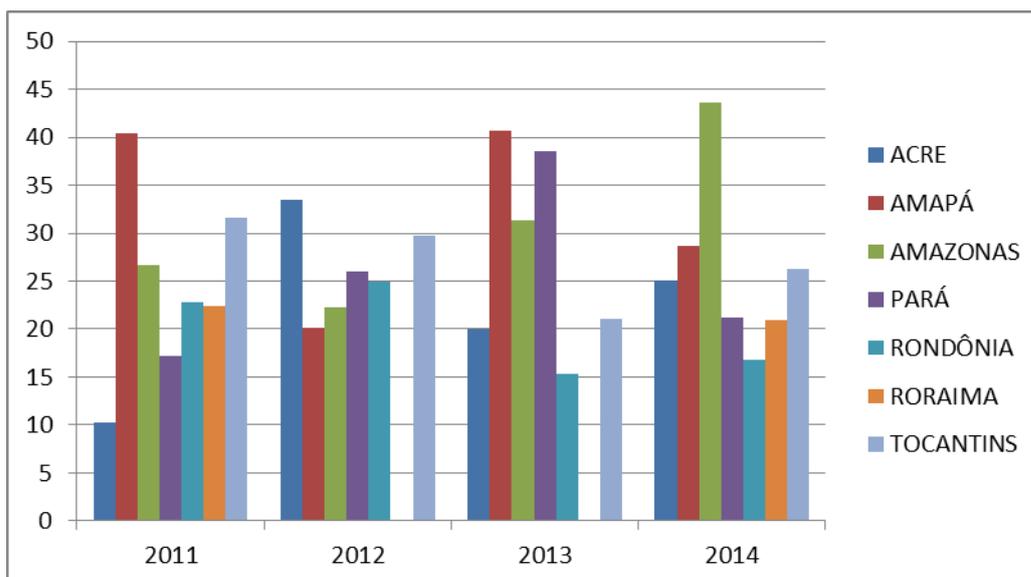


Gráfico 40. Índices percentuais de evasão anual nos cursos das IES privadas sem fins lucrativos da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

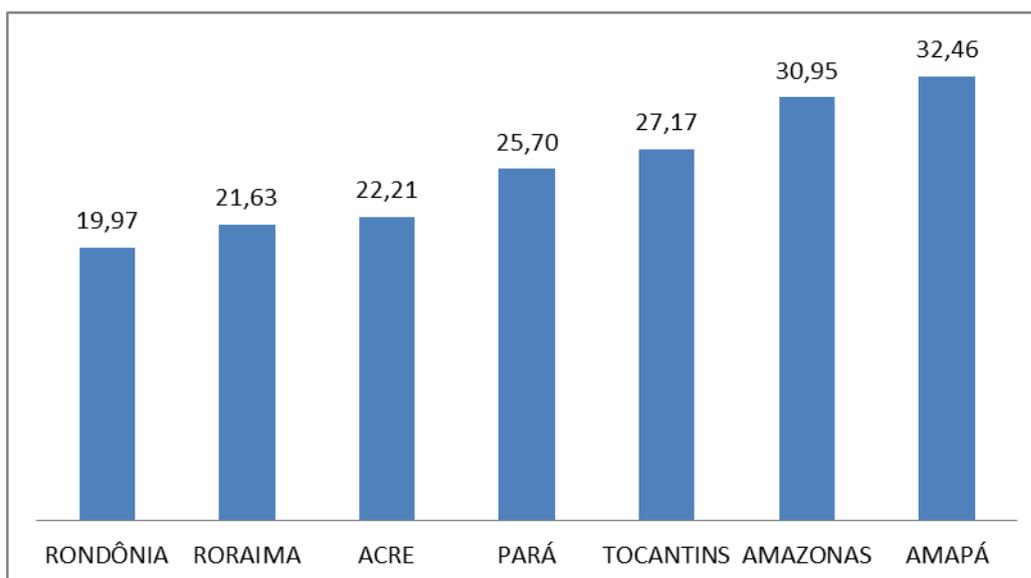


Gráfico 41. Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES privadas sem fins lucrativos da Região Norte.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A categoria administrativa das IES privadas sem fins lucrativos apresenta de uma forma geral, maiores índices de evasão média para o período 2011-2014 que as demais categorias, sendo que o maior índice entre os Estados pertence ao Amapá (32,46%). Ao Estado do Tocantins corresponde a quinta menor evasão nessa categoria, com a média de 27,17%.

6.2. COMPARATIVO ENTRE OS RESULTADOS ESTADUAIS

Este tópico trata de apresentar os resultados relativos aos cursos das IES dos Estados da Região Norte para fins de comparação entre eles. São apresentados indicadores relacionados ao crescimento do quantitativo de estudantes matriculados nos cursos, a relação entre a média de estudantes concluintes e ingressantes por curso e os índices de evasão.

6.2.1. Crescimento do número de estudantes matriculados nos cursos superiores dos Estados da Região Norte

O gráfico 42 apresenta o crescimento do quantitativo de estudantes matriculados nos cursos superiores da Região Norte do Brasil. Esses números correspondem ao aumento percentual de matriculados no último ano da pesquisa (2014) em relação ao primeiro ano (2010).

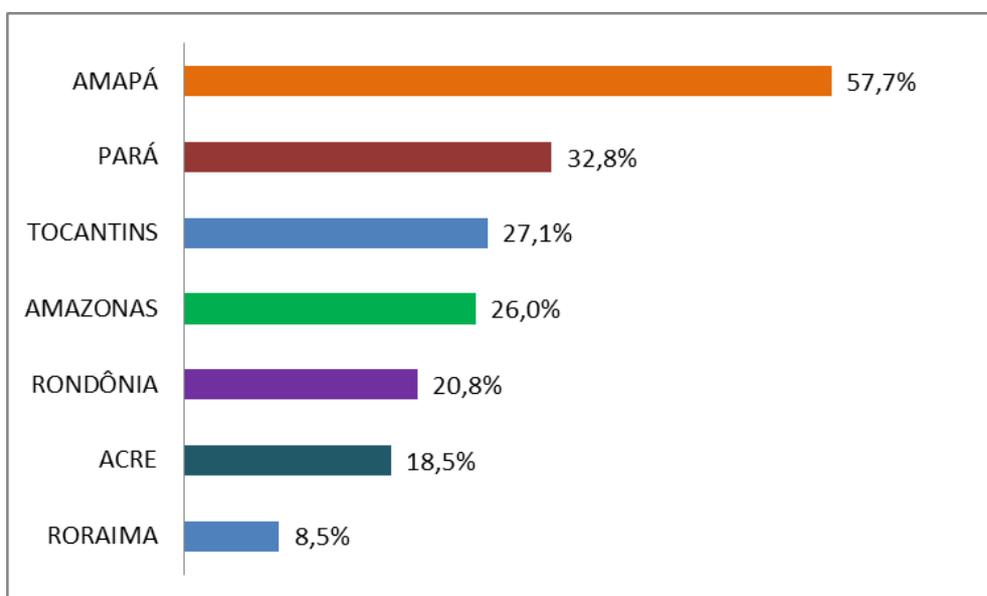


Gráfico 42. Crescimento percentual do número de estudantes matriculados nas IES da Região Norte no período de 2010 a 2014

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O Estado que apresentou maior crescimento do quantitativo de estudantes matriculados no período pesquisado foi o Amapá, com índice de 57,7%. O menor percentual pertence ao Estado de Roraima, 8,5%. O Tocantins aparece com o

terceiro índice, 27,1%, logo após o Pará, com 32,8% de aumento no número de matriculados. Os Estados do extremo norte brasileiro, Roraima e Amapá, possuem muito em comum além da situação geográfica, entretanto apresentam a maior diferença no índice. Investigar os motivos de tal crescimento desigual no número de matrículas no Ensino Superior entre estes Estados pode ser de alguma utilidade.

6.2.2. Relação entre o número total de estudantes concluintes e ingressantes no período 2010-2014

Os indicadores de relação entre o número total de estudantes concluintes e ingressos mostrados no gráfico 43 correspondem à razão percentual da soma do total de estudantes concluintes de todos os anos pesquisados pela soma do total de estudantes matriculados no mesmo período. Esse indicador estabelece uma proporção entre alunos ingressos e concluintes nos cursos das IES de cada Estado da Região Norte para fins de comparação. Uma relação de 40% indica para cada 10 estudantes ingressantes, quatro concluintes no período.

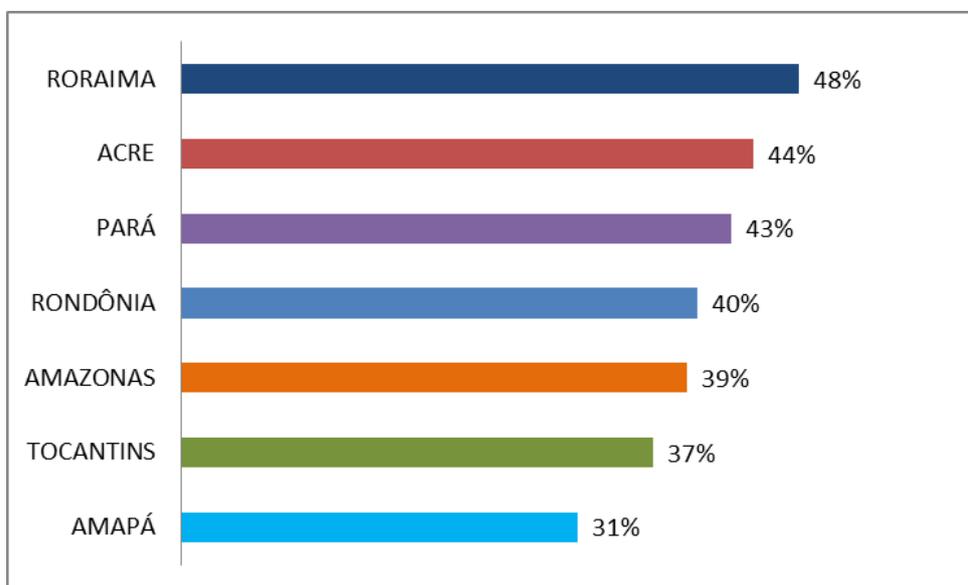


Gráfico 43. Relação percentual entre concluintes e matriculados nas IES dos Estados da Região Norte 2010-2014

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O Estado de Roraima apresentou a melhor relação concluintes/matriculados com índice de 48%. O Estado do Amapá obteve o menor indicador, 31%, enquanto o

Estado do Tocantins ocupou a penúltima linha, com 37% de concluintes em relação ao número total de matriculados no período de 2010 a 2014.

6.2.3. Evasão total nos cursos superiores dos Estados

A evasão percentual total do Estado foi calculada a partir das variáveis correspondentes aos estudantes matriculados, concluintes e ingressantes de todos os cursos superiores das IES de todas as categorias administrativas de cada Estado, presentes no CES/Inep no período de 2010 a 2014.

A tabela 38 e os gráficos mais abaixo mostram os índices totais de evasão anual e média dos quatro anos nos Estados da Região Norte do Brasil.

Tabela 38. Evasão anual total e média (2011-2014) nos cursos superiores dos Estados da Região Norte

EVASÃO TOTAL	2011	2012	2013	2014	MÉDIA
ACRE	4,36	17,63	36,43	15,70	18,53
AMAPÁ	17,94	21,07	23,54	17,43	19,99
AMAZONAS	19,02	22,62	16,29	21,68	19,90
PARÁ	9,14	16,14	17,78	16,82	14,97
RONDÔNIA	18,15	25,67	16,99	18,04	19,71
RORAIMA	6,95	16,44	18,07	23,40	16,22
TOCANTINS	16,71	16,21	16,06	16,95	16,49

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Em 2011 os cursos superiores do Acre e Roraima tiveram menor índice percentual de evasão, 4,36% e 6,95% respectivamente. Em 2012 o menor índice de evasão foi registrado para os cursos das IES do Pará (16,14%). O Tocantins obteve o melhor índice em 2013 (16,06%) e em 2014 novamente o Estado do Acre apresentou menor percentual de evasão estudantil (15,7%). Os maiores números de evasão total foram registrados para as IES do Acre em 2013 (36,43%) e Rondônia em 2012 (25,67%). Nos anos de 2011 e 2014, Amazonas e Roraima obtiveram maiores índices de evasão, 19,02% e 23,4% respectivamente.

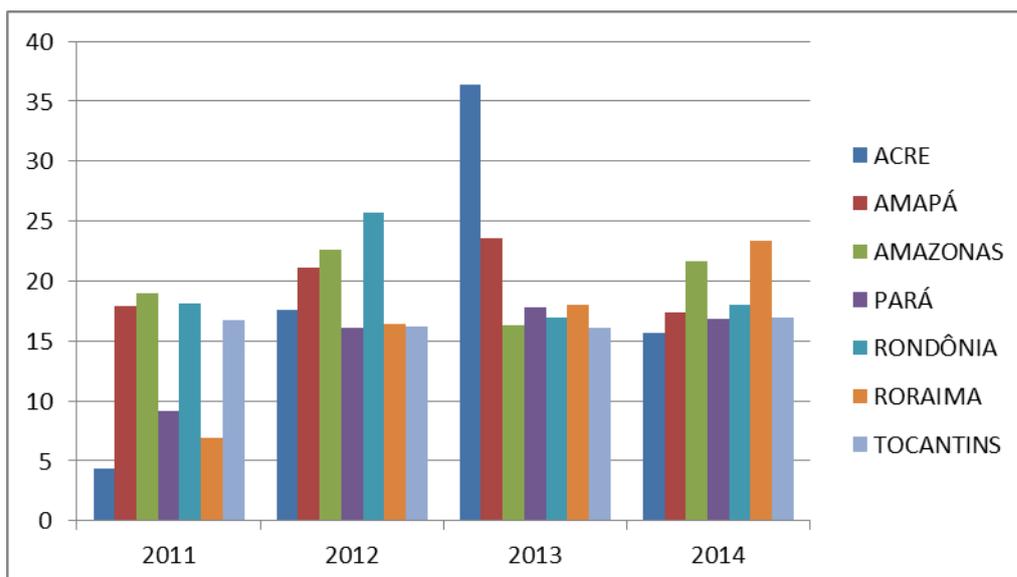


Gráfico 44. Evasão percentual anual total nos cursos superiores dos Estados da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

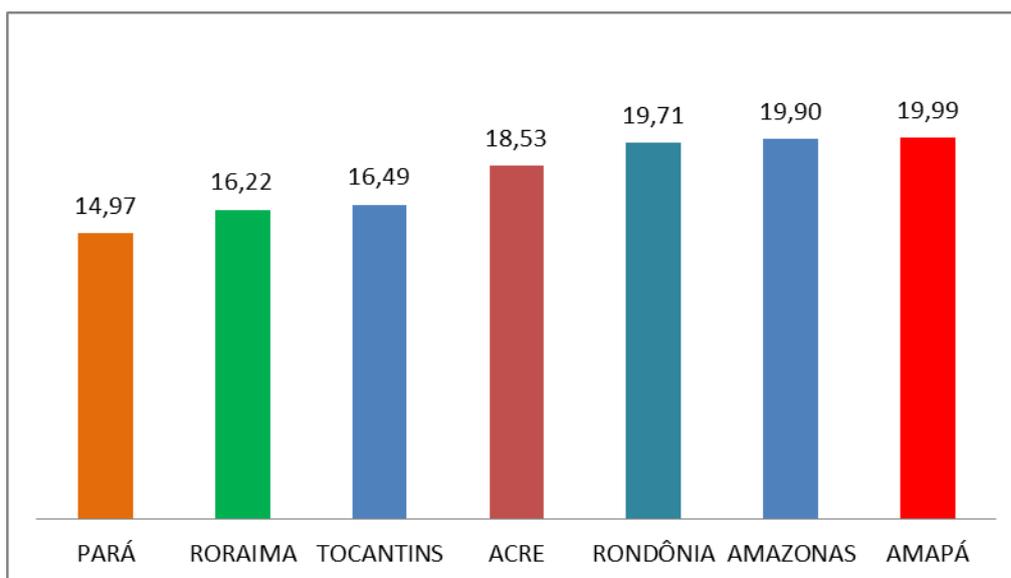


Gráfico 45. Evasão percentual média nos cursos superiores dos Estados da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na média estadual dos quatro anos pesquisados, os cursos das IES do Amapá apresentaram maior índice percentual de evasão (19,99%), conforme mostrado no gráfico 45. O menor índice de evasão, de 14,97%, foi obtido pelas instituições do Estado do Pará. O Estado do Tocantins figura com o terceiro menor índice da Região Norte, de 16,49% de evasão média dos quatro anos.

6.3. COMPARATIVO ENTRE OS RESULTADOS DO TOCANTINS E DA REGIÃO NORTE

Nesse tópico são apresentados os resultados correspondentes às IES do Estado do Tocantins em paralelo com os dados da Região Norte (excluído o Tocantins) para fins comparativos. A tabela 39 e o gráfico 46 mostram os indicadores da evasão percentual anual, calculados para as Instituições de Ensino Superior do Tocantins e também da Região Norte, por categoria administrativa, bem como os respectivos índices de evasão anual total.

Tabela 39. Evasão percentual anual das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO) por categoria administrativa e total 2011-2014.

Evasão Anual	2011		2012		2013		2014	
	Tocantins	Norte	Tocantins	Norte	Tocantins	Norte	Tocantins	Norte
Pública Federal	13,38	4,42	6,23	3,65	11,07	9,19	12,23	18,66
Pública Estadual	6,67	5,62	9,05	29,48	36,91	16,62	24,42	8,15
Pública Municipal	11,15	-	16,46	-	29,36	-	14,76	-
Privada CFL	9,75	19,11	16,06	27,94	7,61	22,79	14,86	18,12
Privada SFL	31,55	24,38	29,79	24,44	21,04	29,46	26,32	28,44
Total	16,71	13,93	16,21	20,09	16,06	18,77	16,95	19,04

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na comparação com o total das IES públicas federais dos demais Estados, agrupado pelos indicadores da Região Norte, as IFES do Tocantins só obtiveram melhor índice de evasão anual (12,23%, contra 18,66%) no ano de 2014. As IES privadas com fins lucrativos do Estado do Tocantins apresentaram melhores indicadores de evasão anual que as demais da mesma categoria na Região Norte em todos os anos pesquisados. Os dados referentes às IES públicas municipais do Tocantins não puderam ser comparados a nenhum outro da mesma categoria na Região Norte, devido a não existência, no CES/Inep, de dados de instituições desse tipo nos demais Estados da Região Norte.

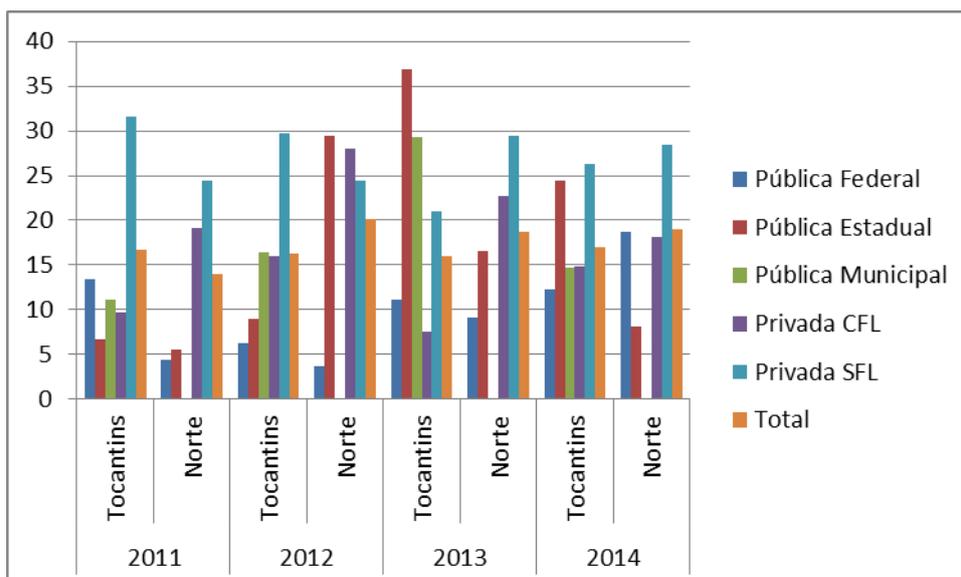


Gráfico 46. Evasão percentual anual nos cursos das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO) por categoria administrativa e total 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Como pode ser observado no gráfico 47 abaixo, na média dos quatro anos o índice de evasão total no Estado do Tocantins ficou em 16,49%, abaixo do índice de 17,96% da Região Norte. Também nesse indicador o melhor resultado apresentado em relação aos demais Estados foi das IES privadas com fins lucrativos, 12,07%, bem abaixo do índice regional de 21,99%.

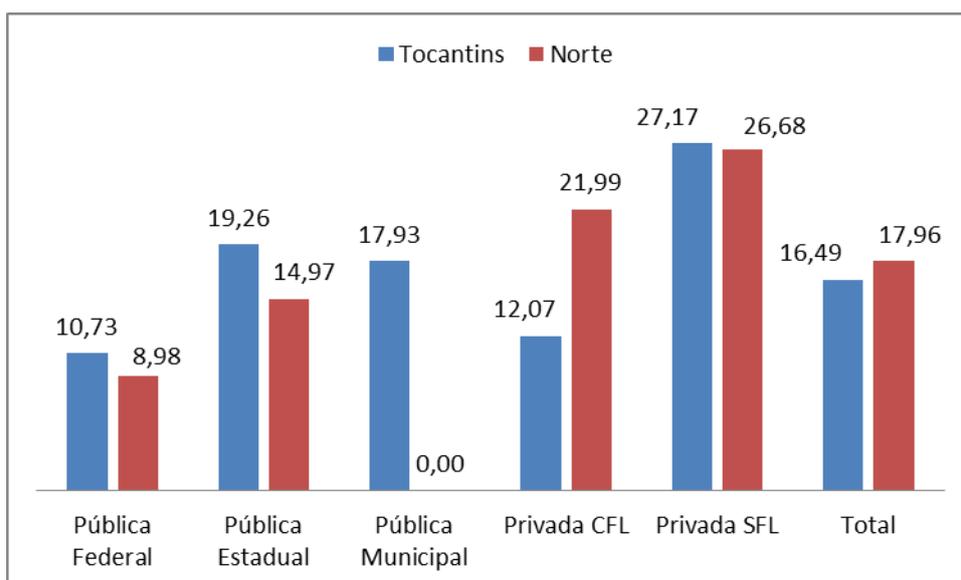


Gráfico 47. Evasão percentual média (2011-2014) nos cursos das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO), por categoria administrativa e total.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 48 apresenta o aumento percentual do número de alunos matriculados nos cursos superiores entre os anos inicial e final da pesquisa (2010-2014). Tanto entre as categorias do Estado quanto na comparação com as demais, as IES públicas federais do Tocantins se destacam, com aumento de 49% no número de estudantes matriculados. No total, o Estado do Tocantins obteve um índice de aumento de 27%, bem próximo do total da Região Norte, de 28%.

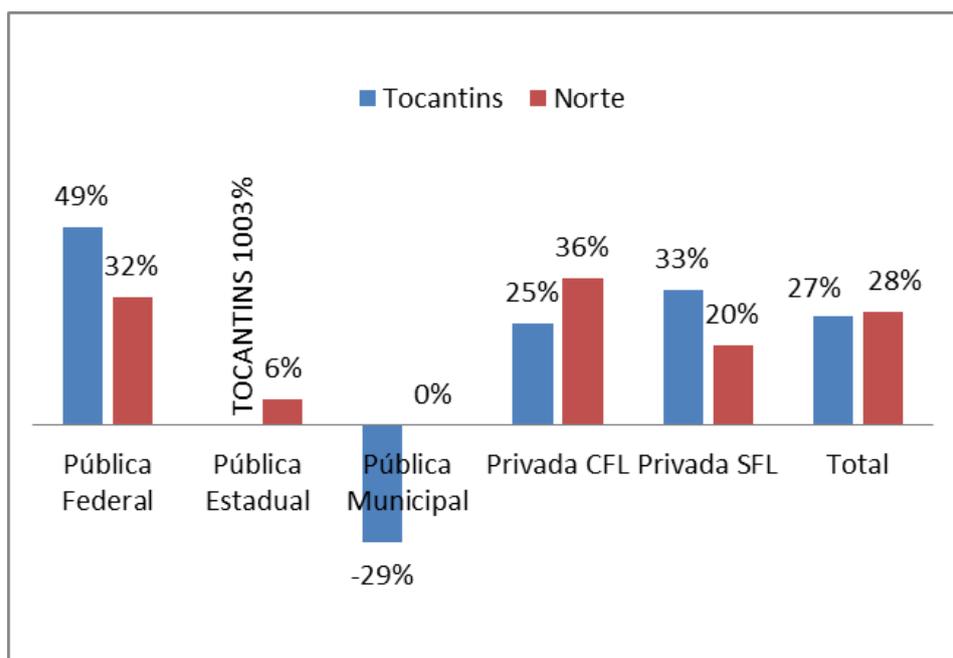


Gráfico 48. Aumento percentual do número de matriculados nos cursos das IES do Tocantins e Região Norte (exceto TO) entre 2010 e 2014, por categoria administrativa e total.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

É importante observar que no Estado do Tocantins houve um aumento de 1003% na quantidade de matriculados na categoria administrativa pública estadual. Esse valor desproporcional ocorreu possivelmente devido à retomada das atividades da única IES dessa categoria no Estado, a Universidade do Tocantins – UNITINS, após a suspensão das suas atividades pelo MEC. Esse fato já foi mencionado em capítulo anterior.

6.4. COMPARATIVO DO DESEMPENHO DAS IFES TOCANTINENSES

Neste tópico apresentam-se os indicadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Tocantins em paralelo com outros índices regionais. A intenção é

a avaliação do desempenho das instituições tocantinsenses baseada na comparação com os indicadores de outros Estados e da Região Norte. É preciso reiterar que os dados da Região Norte aqui apresentados excluem as informações prestadas ao CES/Inep pelas IES do Tocantins, ou seja, correspondem somente ao agrupamento dos demais Estados da Região.

6.4.1. Comparativo entre as Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte

As Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte possuem em comum as transformações provocadas pelo impacto dos recentes programas federais. As políticas públicas reformadoras da educação Superior das últimas décadas resultaram na criação e expansão de Universidades Federais e na ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2007; 2008).

Sendo assim, mesmo considerando que cada instituição percorreu seu próprio caminho durante as reformas e também que as grandes diferenças regionais e conjunturais entre os Estados produziram resultados heterogêneos no tocante ao desempenho de cada uma dessas IFES, esses resultados são dignos de investigação e análise conjuntas. O que se propõe aqui é justamente possibilitar essa comparação, neste caso os indicadores relacionados aos cursos superiores; estudantes matriculados, ingressos e concluintes; e a evasão.

A tabela 40 apresenta a participação percentual das IFES no total de cursos superiores oferecidos em cada Estado anualmente e também as médias de participação dos cinco anos pesquisados (2010-2014). O gráfico 49 mais abaixo disponibiliza melhor visualização das médias de participação quinquenais, dispondo-as decrescentemente.

Tabela 40. Participação percentual anual e média das IFES no total de cursos superiores ofertados por Estado da Região Norte, 2010-2014.

IFES	2010	2011	2012	2013	2014	MÉDIA
ACRE	76	74	72	72	66	72
AMAPÁ	31	32	34	30	38	33
AMAZONAS	19	19	19	19	17	18
PARÁ	43	42	43	45	45	44

RONDÔNIA	24	23	24	23	24	24
RORAIMA	43	44	47	50	50	47
TOCANTINS	35	33	33	36	35	34

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Nota-se que as IFES do Acre e Amazonas diminuíram a participação na oferta de cursos superiores, se comparados o primeiro e o último ano pesquisados. Usando o mesmo critério, as IFES do Amapá, Pará, Rondônia e Roraima aumentaram sua participação percentual na oferta de cursos superiores. Rondônia e Tocantins permaneceram com o mesmo índice.

O fato das IFES do Tocantins não terem aumentado sua participação percentual no total da oferta dos cursos superiores no Estado não causa estranheza, pois embora os números referentes a elas tenham crescido muito no período, também cresceram os números das IES de outras categorias administrativas no Estado (ver capítulo 5).

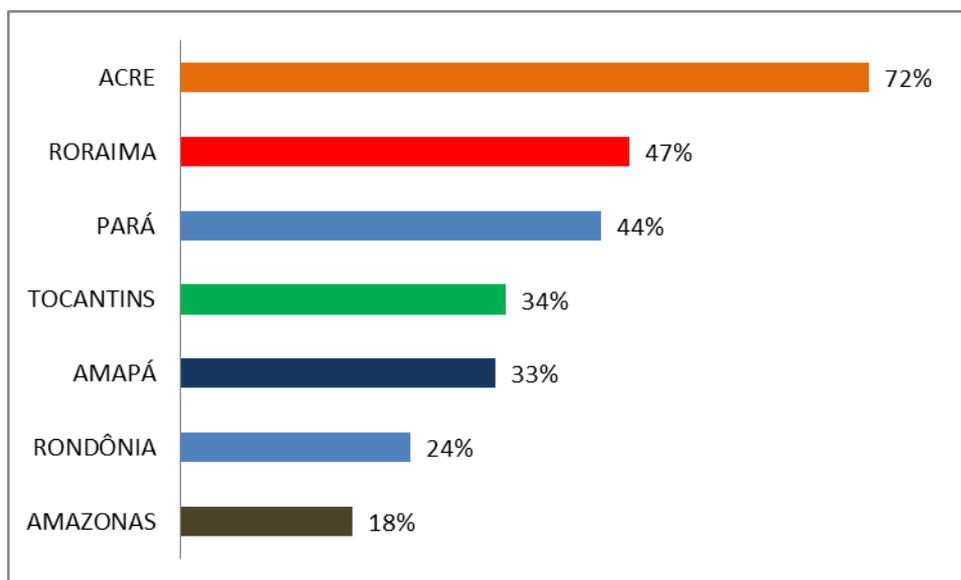


Gráfico 49. Participação média das IFES na oferta de cursos superiores por Estado, 2010-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O Estado onde as IFES tiveram a maior média de participação na oferta de cursos no período 2010-2014 foi o Acre (72%). O Amazonas obteve a menor média, de 18%. As IFES do Estado do Tocantins aparecem na quarta posição, com média de 34% de participação na oferta de cursos superiores.

O gráfico 50 apresenta a relação percentual entre os números de estudantes concluintes e ingressantes do período 2010-2014. Essa relação corresponde à divisão do total de estudantes concluintes dos cinco anos pelo total de estudantes ingressos no período. Para um melhor entendimento, uma relação de 40% significa que as IFES do Estado declararam ao CES/Inep existir para cada grupo de dez estudantes ingressantes, quatro estudantes concluintes. Os números totais e valores médios de estudantes matriculados, ingressos e concluintes por curso para cada Estado e categoria administrativa foram apresentados no capítulo 5.

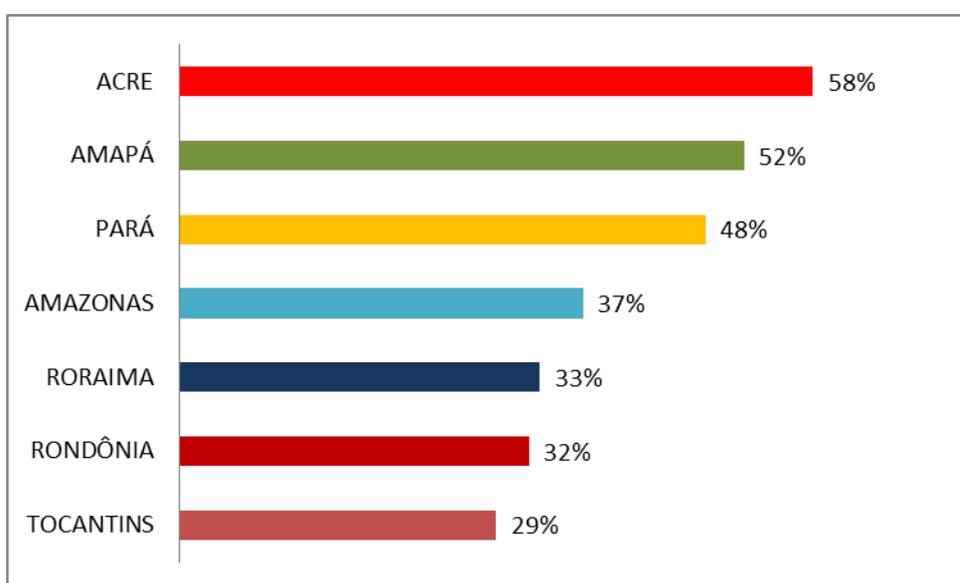


Gráfico 50. Relação percentual entre o total de concluintes e ingressantes nas IFES da Região Norte, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O maior valor da relação entre o total de estudantes concluintes e ingressantes no período corresponde às IFES do Estado do Acre (58%). Valores maiores indicam melhores relações, pois sugerem menor retenção de alunos e maior aproveitamento. Considerando dessa forma, dentre as IFES da Região Norte, as do Estado do Tocantins apresentaram a pior relação entre concluintes e ingressantes do período 2010-2014, de 29% somente.

O gráfico 51 apresenta os índices percentuais de evasão média dos quatro anos pesquisados (2011-2014) para os cursos das IFES dos Estados da Região Norte do Brasil. Tais indicadores já foram apresentados no capítulo 5, entretanto são mostrados aqui novamente com o intuito de encerrar o tópico comparativo entre as IFES da Região Norte, reafirmando o cenário da evasão e o posicionamento dos

curso das IFES do Estado do Tocantins, objeto de maior importância neste trabalho.

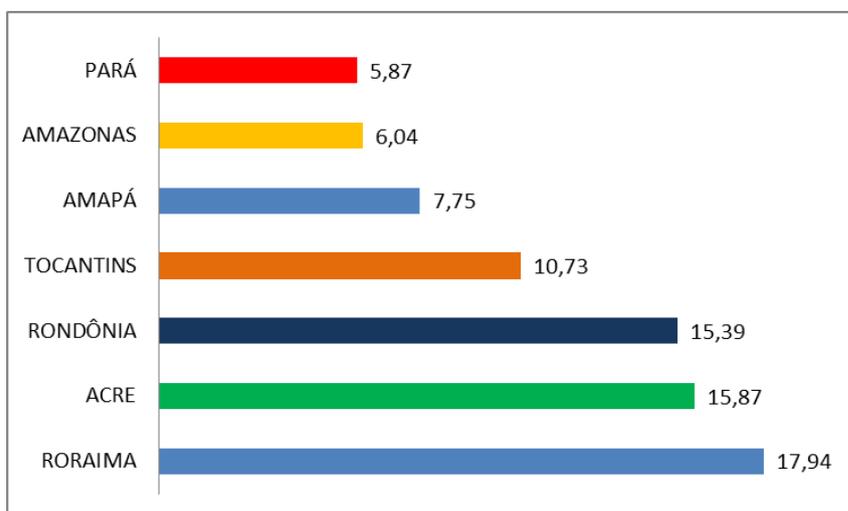


Gráfico 51. Evasão percentual média nos cursos das IFES da Região Norte 2011-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

6.4.2. Comparativo entre as categorias administrativas das IES do Estado do Tocantins

O gráfico 52 apresenta a participação média percentual das categorias administrativas das IES do Estado do Tocantins no total da oferta de cursos superiores no período de 2010 a 2014. Nota-se um volume significativamente maior de cursos oferecidos pelas IFES no período (34%). A categoria pública estadual figura com a menor participação, 3% dos cursos em média. Vale lembrar mais uma vez a ocorrência, em 2009, da suspensão das atividades da Universidade do Tocantins, única representante da categoria no Estado.

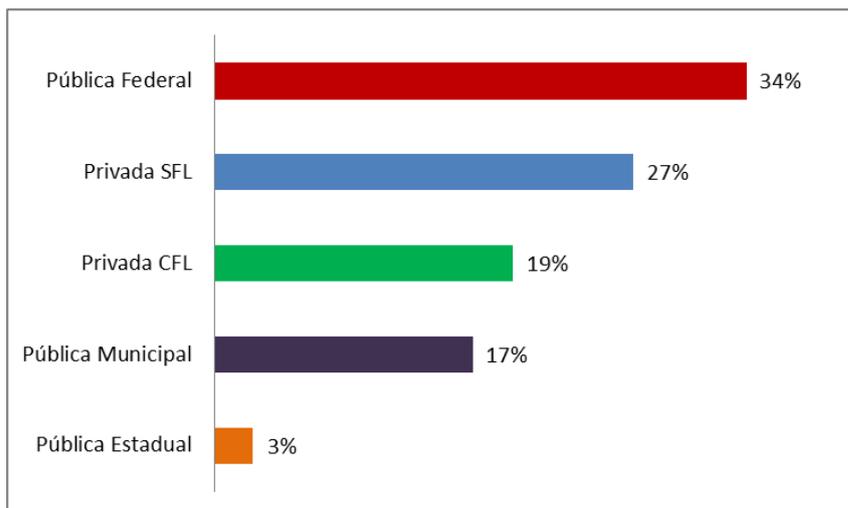


Gráfico 52. Participação média percentual no total da oferta de cursos superiores por categoria administrativa no Estado do Tocantins, 2010-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

No Tocantins a categoria administrativa que apresentou maior média de estudantes matriculados no período de 2010 a 2014 foi a pública federal. As IFES tocantinenses tinham em média 16201 matriculados por ano, fazendo jus à sua maior participação na oferta de cursos superiores. Mais uma vez, também em consonância com os números anteriores, a Unitins apresentou o menor número, 491 estudantes matriculados em média no período. Os números de todas as categorias administrativas são apresentados no gráfico 53.

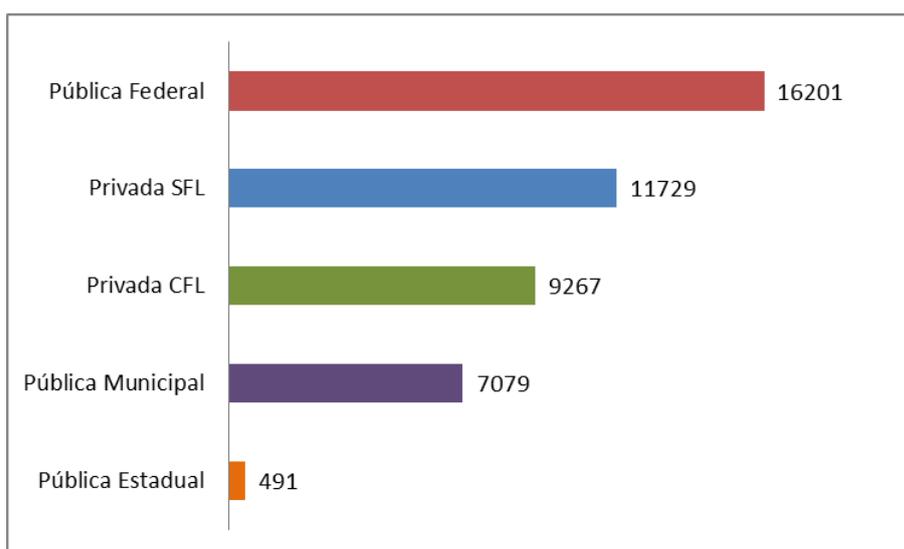


Gráfico 53. Média de estudantes matriculados por ano nas categorias administrativas das IES do Estado do Tocantins, 2010-2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

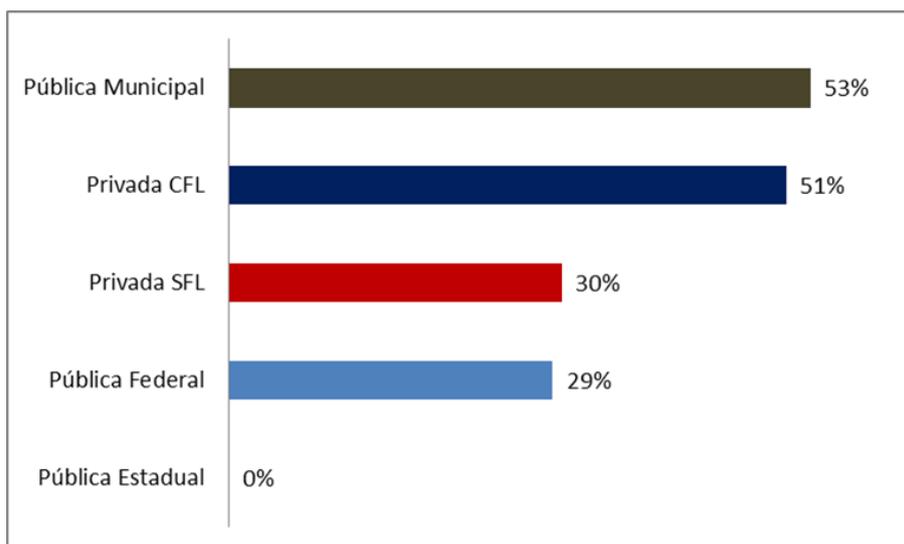


Gráfico 54. Relação percentual entre o total de concluintes e ingressantes nas categorias das IES do Estado do Tocantins, 2010 a 2014.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

O gráfico 54 mostra a relação entre o total de estudantes concluintes e ingressantes no período de 2010 a 2014 por categoria administrativa. A melhor relação é das IFES públicas municipais, 53%, seguidas de perto pelas IES privadas com fins lucrativos com uma relação concluintes/ingressantes de 51%. As IFES tocantinenses aparecem em penúltimo lugar da lista, com 29%, acima apenas da Unitins, que não registrou sequer um concluinte no período.

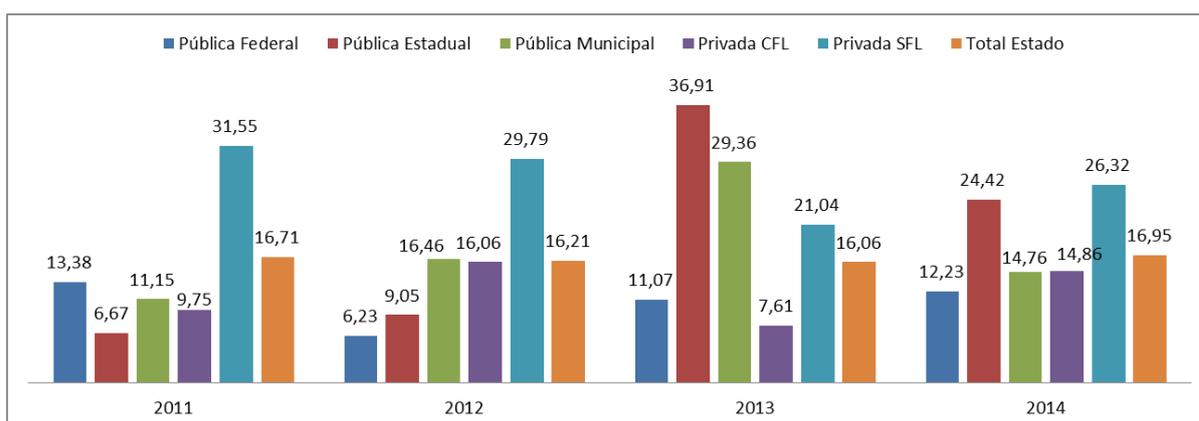


Gráfico 55. Evasão percentual anual e total nas IES do estado do Tocantins por categoria administrativa, 2011 a 2014

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os percentuais de evasão anual nas IES do estado do Tocantins por categoria administrativa e total dos anos de 2011 a 2014 são apresentados no

gráfico 55 acima. Nessa visão podem-se observar os valores dos indicadores de evasão entre as categorias e total do Estado ano a ano, comparando as variações entre eles. É interessante notar que mesmo ocorrendo grandes variações entre as categorias administrativas em todos os anos, os índices do Estado sofrem pouca variação, permanecendo sempre na faixa dos 16% de evasão.

7. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja o objetivo principal da análise deste trabalho, os dados gerais sobre os cursos das Instituições de Ensino Superior das diversas categorias dos Estados da Região Norte aqui apresentados revelam muitas informações. Algumas conclusões de caráter descritivo dos dados já foram apresentadas de forma preliminar nas seções anteriores. Tais informações podem ser multiplicadas de acordo com o interesse do observador e também de sua capacidade inferencial. A escolha da forma de agrupamento dos dados possibilitou uma análise comparativa, colocando em paralelo as informações sobre as IES e possibilitando a construção de um *ranking* de desempenho.

Observou-se que as Instituições de Ensino Superior da categoria pública federal da Região Norte, doravante denominadas IFES, de uma forma geral apresentaram melhor desempenho quanto à evasão que as demais categorias administrativas. Na maioria dos Estados da Região Norte, à exceção do Acre e Roraima, as IFES apresentaram índices médios de evasão menores que as demais categorias no período pesquisado. Ainda assim, no estado de Roraima o índice médio de evasão das IFES ficou apenas um pouco distante do melhor resultado, pertencente à categoria pública estadual.

Foi possível identificar um crescimento significativo do número de matrículas nos cursos superiores em todos os Estados da Região Norte, sem exceção. Esse fato colabora com dados do IBGE que indicam escolaridade em nível superior crescente nos últimos dois censos realizados no país. Na Região Norte, entre as categorias administrativas, as IES privadas com fins lucrativos foram as que tiveram maior aumento percentual no número de estudantes matriculados entre 2010 e 2014. No Estado do Tocantins o melhor desempenho nesse quesito foi das IFES. Entre os Estados, o Amapá teve o maior crescimento percentual do número total de estudantes matriculados, seguido do Pará e Tocantins.

Os menores índices de evasão média por categoria administrativa foram obtidos pelas IES públicas federais no Pará, públicas estaduais em Roraima, públicas municipais no Tocantins, privadas com fins lucrativos também no Tocantins e as sem fins lucrativos em Rondônia.

Analisando os resultados estaduais, observa-se a melhor relação entre concluintes e ingressantes no Estado de Roraima. O melhor indicador de evasão total Estadual no período é do Estado do Pará, seguido de Roraima e Tocantins. Na comparação entre os índices do Tocantins com os da Região Norte, verifica-se que a evasão média do período é menor no Tocantins somente nas IES privadas com fins lucrativos e no total.

Analisando os dados das IES da categoria administrativa pública federal no Estado do Tocantins, confrontados com os demais, chegamos ao objetivo principal deste trabalho: avaliar o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Tocantins através do estudo comparativo realizado. Quanto à participação das IFES tocantinenses na oferta de cursos dentro do Estado, estas obtiveram a quarta colocação entre todas as IES públicas federais. Na comparação entre os índices da relação concluintes/ingressos as IFES do Tocantins não apresentaram bom desempenho, ficando em último lugar. Finalmente, quando comparados os índices de evasão média dos quatro anos (2011-2014) entre as categorias públicas federais de cada Estado da Região Norte, verificou-se que as IFES do Tocantins apresentaram o quarto melhor índice.

Na avaliação baseada na comparação entre as categorias administrativas dentro do Estado do Tocantins, as IFES obtiveram bons resultados, figurando em primeiro lugar na média de participação na oferta de cursos, maior média de estudantes matriculados e melhor índice médio de evasão anual no período. Entretanto, as IFES tocantinenses obtiveram o pior índice da relação concluintes/ingressantes entre todas as categorias administrativas das IES do Estado.

É tentador, e também pode ser útil, analisar o desempenho das IFES do Tocantins observando outros indicadores relativos aos cursos e Instituições de Ensino Superior da Região Norte, respectivamente o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC). A Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) obtiveram no IGC contínuo em 2014 índices de 2,79 e 2,64, respectivamente. As demais IFES da Região Norte (excluído o Tocantins) apresentaram uma média do IGC contínuo igual a 2,42 em 2014.

Quanto ao CPC, UFT e IFTO apresentaram em 2014 respectivos índices de 2,66 e 2,3. Juntos, os demais cursos das IES da Região Norte, excluído o Tocantins,

apresentaram um índice médio de 2,42. Não se pode afirmar que os índices tocantinenses acima da média possuem relação direta com o desempenho das IFES, mas aponta um fator de credibilidade das instituições junto aos estudantes.

Parece ser de grande relevância uma análise em separado do desempenho do IFTO e UFT, até mesmo de cada campus dessas Instituições, baseada nos mesmos indicadores de evasão. Um ponto bastante observado e que também poderia ser mais bem investigado é o fato das IES privadas apresentarem uma evasão constante e alta em todos os Estados analisados. A entrada de um número muito grande de alunos em instituições privadas pode ser um agravante para uma maior evasão?

Considera-se que o objetivo geral deste trabalho foi satisfatoriamente atingido. Os índices de evasão calculados a partir das variáveis do CES/Inep foram devidamente apresentados de forma a possibilitar o estudo comparativo entre os indicadores Estaduais e das categorias administrativas dos cursos das IES da Região Norte do Brasil. Sendo assim, também foi possível a comparação destes indicadores visando à avaliação do desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Tocantins, estabelecendo seu posicionamento no cenário regional da evasão nos cursos superiores.

Os quantitativos de estudantes matriculados, concluintes e ingressos nos cursos superiores da Região Norte no período de 2010 a 2014 foram extraídos do Censo da Educação Superior do Inep e organizados por Estado e categoria administrativa, possibilitando uma análise estatística descritiva e conseqüentemente a apresentação de outros indicadores, como o aumento no número de matrículas no Estado, a participação de cada categoria administrativa no total da oferta de cursos superiores e a relação entre concluintes e ingressantes, entre outros.

Uma das dificuldades de pesquisa encontradas se refere às informações prestadas pelas IES ao CES/Inep, que podem possuir inconsistências e eventualmente gerar dados de menor representatividade da realidade empírica. Foram calculados índices negativos de evasão para algumas categorias administrativas, o que suscita uma explicação, e não foi possível dentro do prazo e abrangência deste trabalho verificar tais fenômenos de forma mais específica, a fim de esclarecer por completo os casos. A investigação desses índices fica como sugestão para futuros trabalhos. Outra limitação diz respeito à grande quantidade de

informação trabalhada, que impôs cuidados e atenção redobrada, a fim de minimizar os erros e produzir indicadores confiáveis. A pouca afinidade do pesquisador com a estatística foi uma barreira vencida com muito estudo e dedicação.

Os microdados do Censo da Educação Superior, devido à sua granularidade e abrangência, possibilitam um universo de investigações, estatísticas e comparações. Vale lembrar que aqui foram utilizadas apenas três variáveis de uma dimensão (curso) que possui outras 60 variáveis. Existem ainda outras três dimensões no CES/Inep: aluno, docente e IES. Na verdade o censo oferece a possibilidade de extrair dados e estudar de forma detalhada muitos aspectos da educação superior, tantos quantos se desejarem investigar, independente da sua relevância.

Espera-se que as informações aqui apresentadas sejam de grande valia para gestores públicos e pesquisadores. Que eles possam utilizar tais dados para avaliar e reformular suas ações, propor novas políticas para a educação superior ou desenvolver outras pesquisas. Seria interessante, por exemplo, desenvolver este estudo sobre evasão com dados de outras regiões do país e compará-los, ou ainda usar estas mesmas informações com foco em outra categoria administrativa ou Estado. Como consequência deste trabalho sugere-se investigar as causas da evasão relacionando variáveis de outras dimensões do CES/Inep aos dados aqui apresentados. Por exemplo, poderia ser útil (ou mesmo somente revelador) correlacionar os índices de evasão nos Estados e categorias administrativas aos fatores condicionantes de permanência dos estudantes nos cursos, como idade, renda familiar, ensino fundamental cursado em escola pública/privada, etc.

Finalmente, em consonância com a importância das IFES tocantinenses para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade tocantinense, espera-se que os resultados e conclusões aqui mostrados possam de fato contribuir com as ações dos gestores e instigar novas pesquisas, não só no Tocantins, mas em toda Região Norte do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica.** in ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento.** UNESP/EDUSP, 2001. Disponível em: < <http://www.fea.usp.br>>. Acesso em 22/12/2014.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. **Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula.** Educ. Pesquisa, v. 40, n. 1, p. 61-76, 2014.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional.** Editora Cortez, 2007.

BITTENCOURT, Helio Radke; CASARTELLI, Alam de Oliveira; RODRIGUES, Alziro César de Moraes. **Sobre o índice geral de cursos (IGC).** Revista Avaliação, Campinas, v. 14, nº 3, p. 667-682, 2009.

BRASIL (1996a). Ministério da Educação. **Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <<portal.mec.gov.br>>. Acesso em 02/02/2014.

_____(1996b). Ministério da Educação. **Decreto nº 2.026 de 10 de outubro de 1996.** Disponível em <<portal.mec.gov.br>>. Acesso em 02/02/2014.

_____(2004). **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em <<www.planalto.gov.br>>. Acesso em 17/08/2015.

_____(2012). Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012** – Brasília, 2012. Disponível em <<portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20/08/2014.

_____(2014). Balanço Social MEC/SeSu: **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Disponível em <<portal.mec.gov.br>>. Acesso em 02/07/2015.

_____(2015). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD.** Disponível em <<www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13/04/2015.

_____. Ministério da educação. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais–REUNI.** 2007.

_____. Presidência da República. **Lei 11. 892 de 29 de dezembro de 2008:** cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

BULGACOV, Sergio. Estudos comparativo e de caso de organizações de estratégias. **Organizações & Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 53-76, 1998.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1994.

_____, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DYE, T.R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: HEIDEMANN, F.G.;SALM, J. F. (org.) **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 3ª edição. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

_____, Carlos Aurélio Pimenta de. **Ideias, conhecimento e políticas públicas**: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003.

FILHO, Roberto Leal Lobo Silva *et al.* **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

FILHO, Roberto Leal Lobo Silva; LOBO, M. B. de Carvalho Melo. **Como a mudança na metodologia do Inep altera o cálculo da evasão**. Instituto Lobo. Disponível em: < http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_079.pdf>. Acesso em 20/11/2015.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Revista Planejamento e políticas públicas, nº 21, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. – Brasília: Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

IFTO (2010). **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Computação**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-*campus* Porto Nacional. Disponível em <www.ifto.edu.br>. Acessado em: 22/03/2013.

INEP (2013). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse do Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 02/03/2015.

_____. (2014). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Coletiva do Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 29/09/2014.

_____ (2015a). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior 2010-2013**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Último acesso em 29/09/2015.

_____ (2015b). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice Geral de Cursos (IGC)**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br> >. Acesso em 29/06/2015.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público nº 56, pp. 137-160, Brasília, Abr./Jun. 2005.

_____, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

KRAWCZYK, Nora Rut (2005). **Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?** Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 799-819, Especial - Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 19/07/2014.

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro; MUNIZ, Cátia Regina; RODRIGUES, Lea Carvalho (2010). **Metodologia qualitativa em avaliação de políticas públicas: pesquisa sobre o Pronaf em Caucaia, Ceará**. Disponível em < http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/5d/PG-51-62_Aval-6.pdf> . Acesso em 21/06/2015.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. **O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores**. Estudos em avaliação educacional, v. 18, nº 37, p. 189-216, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MARQUES, Antônio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. **Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos**. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 42, 2012.

MEC. **Universidade é descredenciada para graduação a distância**. Portal do Ministério da Educação. Notícias, 07/10/2009. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=14440:universidade-e-descredenciada-para-graduacao-a-distancia>>. Acesso em 29/01/2016.

MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz; DE SORDI, Mara Regina Lemes. **Metodologia de Avaliação de Implementação de Programas e Políticas Públicas**. Revista Eccos, nº 30, p. 93, 2013.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. **A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho**. Artigo preparado para o Instituto Futuro Brasil, 2001. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em 20/01/2015.

NERI, Marcelo *et al.* **Motivos da evasão escolar**. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

OLIVEIRA, R. T. C. **A LDB e o contexto nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos**. 1997. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.

ONU (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em 28/07/2014.

_____(2012). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2012**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em 02/04/2015.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

PINHO, Maria José. **Políticas de formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia: Editora Cênone, 2007.

RAMOS, Mozart Neves. **Educação na agenda política**. In: ROITMAN, Isaac. RAMOS, Mozart N. **A urgência da educação**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. **Avaliação da educação superior no segundo governo Lula “provão II” ou a reedição de velhas práticas?** Educação & Sociedade, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan./mar. 2011.

SACHS, Inacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOARES, Ismael S. **Evasão, retenção e orientação acadêmica: UFRJ–Engenharia de Produção–Estudo de Caso**. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia-COBENGE. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior: avanços e riscos**. Revista Científica Eccos, v. 10, nº Esp., p. 67-93, 2008.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96**. Ensaio, p. 925-944, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

UFT (2015). Universidade Federal do Tocantins. **UFT - O futuro da educação e da pesquisa no Tocantins**. Disponível em < <http://ww1.uft.edu.br/> >. Acesso em 02/08/2015.

UNITINS. **Relatório de Gestão 2011**. Janeiro a dezembro de 2011, Palmas – TO. Disponível em: < https://www.unitins.br/portal/arquivos/ge_2011.docx>. Acesso em 29/01/2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

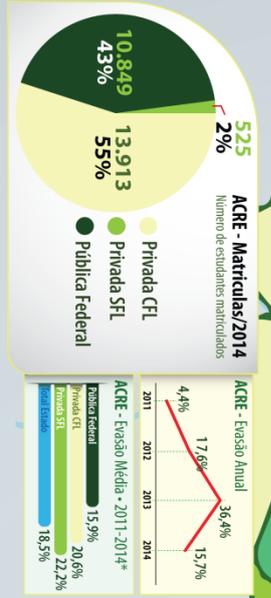
VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. **Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro**. Revista Ensaio, v. 14, nº 52, p. 291-310, 2006.

VIEIRA, Eliane (2011). **Educação no Tocantins: uma história de desafios em intensa transformação**. Disponível em <casacivil.to.gov.br>. Acesso em 24/08/2015.

SOARES, Ismael S. **Evasão, retenção e orientação acadêmica: UFRJ–Engenharia de Produção–Estudo de Caso**. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia-COBENGE. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006.

APÊNDICE A – Mapa da Evasão nos Cursos Superiores da Região Norte 2011-2014

MAPA DA EVASÃO NOS CURSOS SUPERIORES DA REGIÃO NORTE 2011-2014



*Evasão média dos quatro anos por categoria administrativa.

Fonte: microdados CES/Inep • Elaborado por Luciano Correia Franco